

hele na

ano 1

nº2 abril 2013
uma publicação
Secretaria de Estado da
Cultura



EDITÓRIA

Helena chega à terceira edição como quem vem do alfaiate com o terno ou o *tailleur* prontos para a festa de gala. Decisão inicial tomada, seleção dos materiais concluída, profissionais recrutados, medidas, provas, ajustes, e – *voilà* – Helena desfila com elegância e charme pelos intelectos mais antenados e exigentes do Paraná e – por que não? – daqueles que simplesmente apreciam pequenas e grandes histórias bem contadas, recontadas, inventadas.

O número inicial desta revista trouxe a trajetória de Helena Kolody e não apenas na forma figurada, de caminho poético trilhado. Também os trajetos que sua família percorreu, da pequena Cruz Machado, no Sul do Paraná, passando por União da Vitória e Rio Negro, até chegar à capital, pelos vapores do Iguazu. Não foi apenas um tributo à nossa poetisa, mas à descoberta de um naco da nossa identidade, tão costumeiramente desprezada, como se autopiedade fosse o traço mais emblemático da nossa personalidade. Nada, somos apenas tímidos!

O número seguinte abordou o Norte do Estado e a riqueza cultural da região, a partir do talento dos grandes nomes das letras que lá nasceram ou por lá viveram. Do cafezal em flor ao cronista que coleciona Jabutis, Helena invadiu a privacidade de alguns para libertar o caboclo que habita cada um de nós. O “pé-vermelhismo” é uma marca do Paraná e ninguém tasca.

Agora chegou a vez de Helena mostrar um pouco dos três oestes que compõem o Paraná: o Oeste, o Centro-Oeste e o Sudoeste. Aqui estão, entre outros, textos que esclarecem a conquista do terceiro planalto paranaense, o deslumbramento gerado pelas Cataratas do Iguazu e a pacífica reforma agrária feita no Sudoeste por um grupo de técnicos do governo que não tinha ao menos um revólver; o massacre que deu origem à Coluna Prestes, a questão de Palmas, a ocupação do Oeste pelos colonos gaúchos. Mas há muito mais, compondo um conteúdo rico sobre esta região, a última a ser ocupada no Estado pelos colonizadores modernos.

Com esta edição, Helena completa a geografia física do Paraná, revelando o quanto somos diferentes para sermos assustadoramente iguais: paranaenses acima de tudo. Mas a geografia mental continua, porque quanto mais iguais parecemos, mais nossas ideias se diferem em sua essência, e acentuam o caráter da nossa gente.

Helena está madura, mas atenção: gosta da solteirice, da liberdade de ir e vir, de andar na contramão, de arriscar-se em alta velocidade; casar, só se for com comunhão total de bens e ideias, algo bastante raro na pluralidade atual. E não se esqueça: Helena é plural, multi, pan, é o que você quiser que ela seja. Por isso, antes de cuidar com o que diz, Helena está preocupada com o que ouve. Dê a sua opinião e ajude a fazer as próximas – muitas – edições de Helena.

Boa leitura.

PAULINO VIAPIANA

Secretário de Cultura do Paraná

3	EDITORIAL Paulino Viapiana
6	E ASSIM SE FIZERAM 32 MIL QUILOMETROS QUADRADOS Nivaldo Krüger
14	SPACE INVADERS João Marcon
18	QUANDO SE COMIA TATETO COM POLENTA Jorge Baleeiro de Lacerda
22	ADMIRÁVEL NOVO MUNDO Paulo Markun
26	ERA UMA VEZ NO SUDOESTE Deonísio da Silva
30	OS PRIMEIROS OCUPANTES Cecília Maria Vieira Helm
36	UMA UTOPIA NAS MARGENS DO RIO IVAÍ Josué Corrêa Fernandes
42	MEMÓRIAS DA TERRA Davi F. Schreiner
48	TEMPOS DO DOUTOR WALTER

O INFERNO DE CATANDUVAS
Domingos Meirelles

54

UM SUL DIFERENTE
Gabriel Tabatcheik

60

A NOITE EM QUE O CONDOR POUSSOU EM FOZ DO IGUAÇU
Aluizio Palmar

68

A GENTE NÃO TINHA NEM REVÓLVER
Entrevista

72

PARA VER, TOCAR E REFLETIR
Sílvia Bocchese de Lima

78

BAÊ LA PORTE, CHERA'Á?
Zé Beto Maciel

82

A BABEL DO CONSUMO
Ruth Bolognese

88

O CABELUDO DO KARATÊ
Julio Cesar Fernandes

92

PARA SEMPRE SETE QUEDAS
Davi F. Schreiner

96

GUAYRÁ, SOU O DEUS SERPENTE
Zé Beto Maciel

102

ADEUS A SETE QUEDAS
Carlos Drummond de Andrade

106

A detailed historical map of the Amazon basin, showing various provinces and regions such as AMAZONUM, COROPA PROV., PARANA YBA, TAPAYSA, REGIONIS, and BRAGA. The map includes geographical features like rivers (Rio Amazonas, Rio Paranaíba, Rio Tocantins) and mountains. A grid of latitude and longitude lines is visible. Overlaid on the map is the text '32 mil quilômetros quadrados' in a large, white, serif font, followed by 'E assim se fizeram.' in a smaller, white, serif font. Below the text, the author's name 'por NIVALDO KRÜGER' is written in a smaller, white, sans-serif font.

32 mil quilômetros quadrados

E assim se fizeram.

por NIVALDO KRÜGER

VISITADO DESDE O SÉCULO XVI, O OESTE DO PARANÁ FOI DISPUTADO POR PORTUGUESES, ESPANHÓIS, JESUÍTAS, BANDEIRANTES E OUTROS ESTRANGEIROS E BRASILEIROS QUE DARIAM O TOM DO CALDEIRÃO MÚLTIPLO QUE TÃO BEM CARACTERIZA A REGIÃO.



LINEA EQUINOCTIALIS

MARE BRASILIUM

OCEANUS

ETHIO

CUM

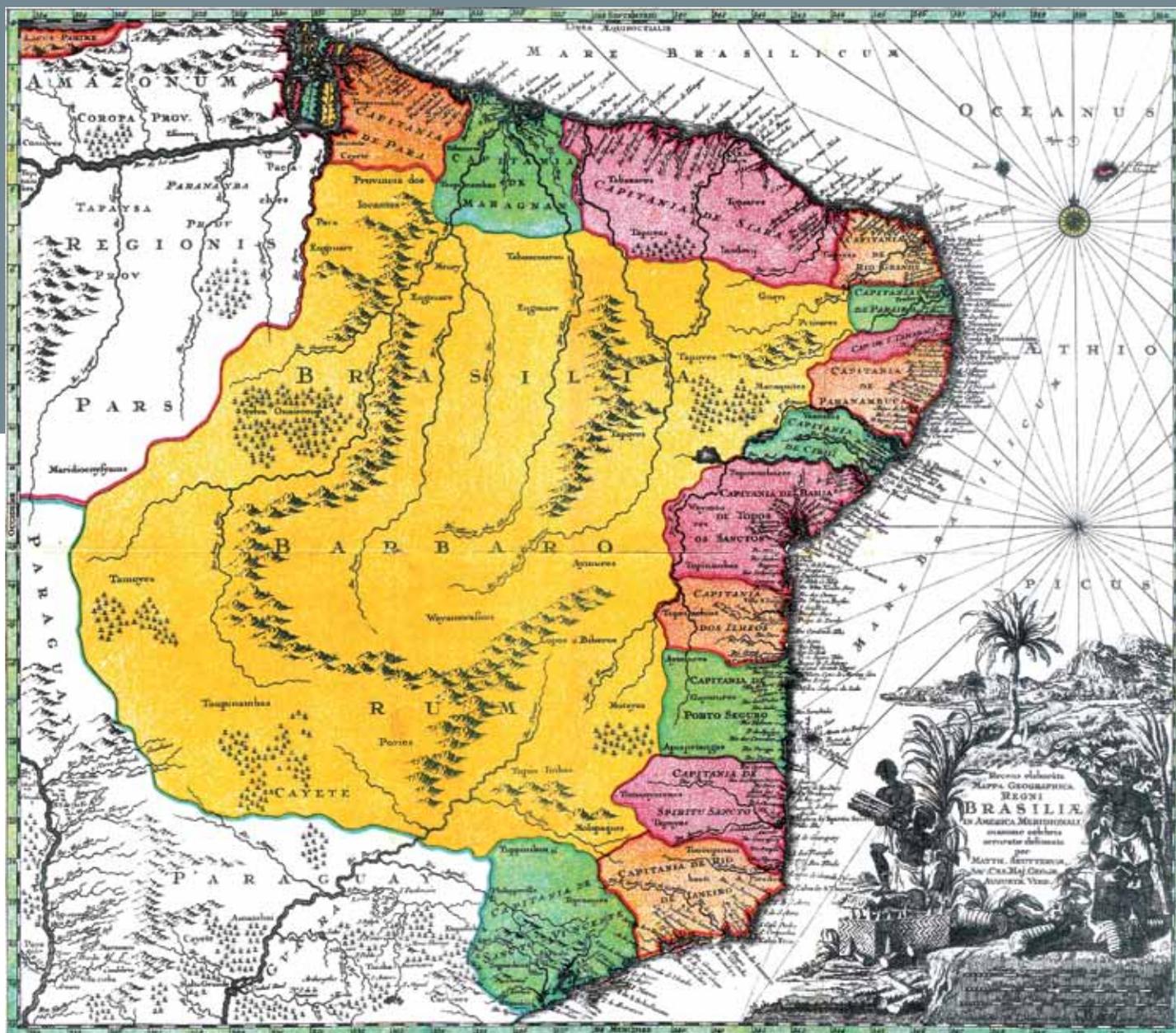
PICUS

MARE

Revis elaborata
 MAPPA GEOGRAPHICA
 REGNI
BRASILIA
 IN AMERICA MERIDIONALI
 maxime celebris
 accurata delineata
 per
 MATH. SEUTTERUM
 SAC. CES. MAJ. GEOGR.
 AUGUSTA. VIND.



Amst. & Lipsiæ, 1764.



Mapa das Capitanias Hereditárias.

No processo de definição dos territórios da América do Sul, entre portugueses e espanhóis, a região Centro-Oeste do Paraná foi uma das últimas a se consolidar como território de fato e de direito do Brasil. Oficializada a descoberta em 1500, o primeiro traçado do Tratado de Tordesilhas deixava apenas uma estreita faixa da América do Sul aos portugueses. Em 1532, após instalar o pelourinho em São Vicente, símbolo do domínio português, Martim Afonso de Souza oficializou as primeiras sesmarias em favor de João Ramalho e seus parentes, que já dominavam a região.

Naquele contexto, os espanhóis se adiantavam sobre o território do Paraguai, via Rio da Prata. No entanto, o primeiro europeu a penetrar profundamente o terri-



tório, a partir do Atlântico, foi Aleixo Garcia, marinheiro português a serviço do espanhol Juan de Solis. Após naufrágio diante da atual ilha de Santa Catarina, ele e mais 17 sobreviventes se adaptaram à vida dos índios. Ao saber dos tesouros dos Andes, Aleixo Garcia organizou uma expedição e pelo Caminho do Peabiru foi até o Peru — de onde saiu com amostras de ouro e prata, mas morreu na viagem de volta.

Fundada Assunção em 1537, em 1541 o célebre Alvar Nuñez Cabeza de Vaca desembarcou com 250 soldados e 26 cavalos na mesma ilha de Aleixo Garcia, com a incumbência de assumir a então chamada governança do Paraguai. Via Peabiru, a partir dos campos do Terceiro Planalto, ele seguiu para o Sudoeste e descobriu a foz do Rio Iguaçu. Ao território que trilhou deu o nome de Província de Vera.

Flechas, bandeiras e fusões

Em 1550, um fato inusitado. Nomeado Adelantado do Paraguai, morre na Espanha Juan de Sanabria. O rei Carlos I, preocupado com o avanço dos portugueses ao Sul de São Vicente, nomeia sua viúva Mencia Calderón de Sanabria como Adelantada. E ela se faz ao mar em abril de 1550, no comando de três navios, 200 homens e 50 mulheres, com a incumbência de, antes de chegar a Assunção, fundar povoações na costa atlântica garantida por Tordesilhas.

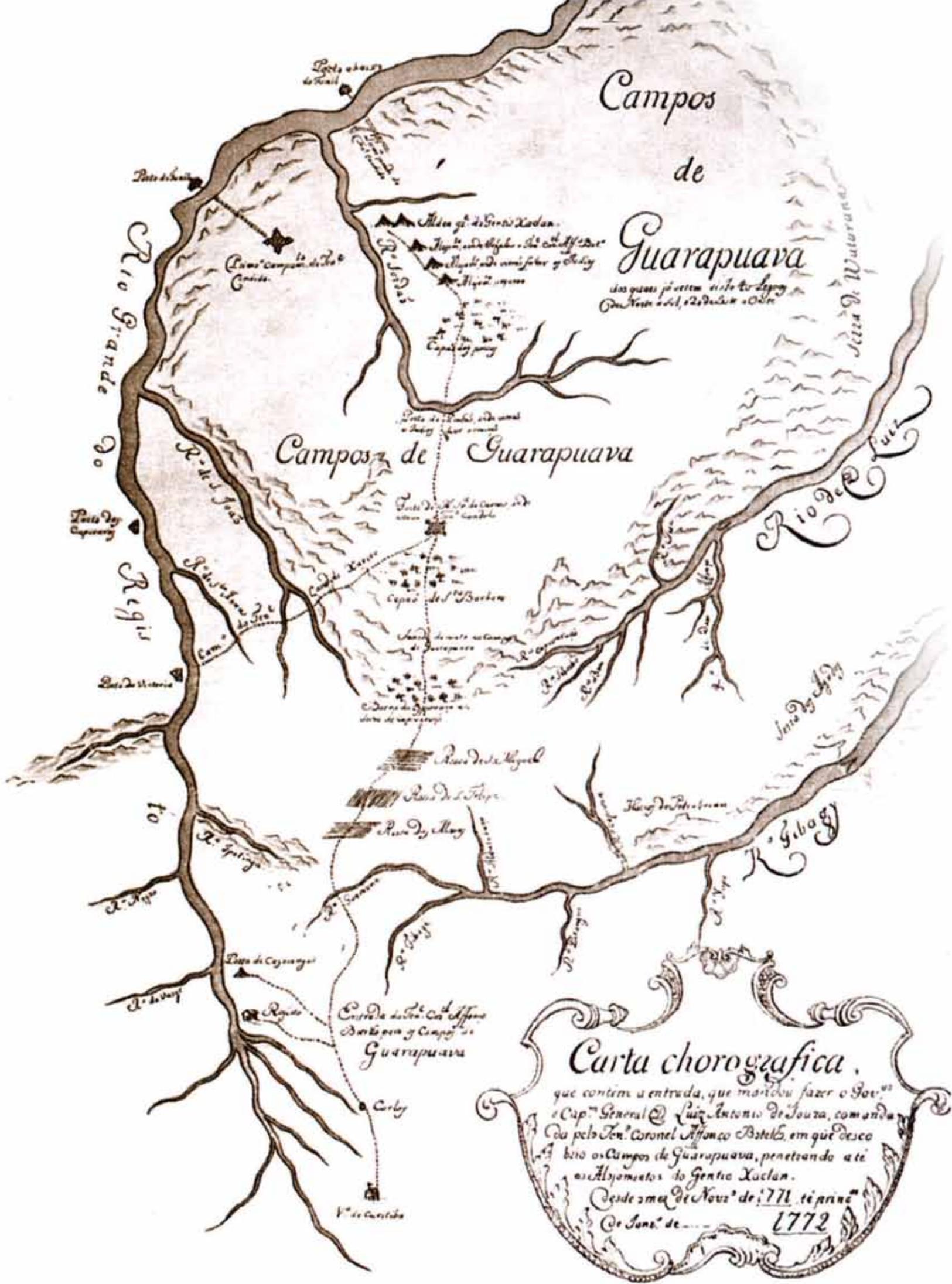
Após cinco anos de uma espantosa sequência de tragédias, Mencia Calderón chega a Assunção, após fundar a atual São Francisco do Sul, em Santa Catarina.

A proverbial hospitalidade dos guaranis tinha se transformado em ódio aos europeus, por conta da escravização que os espanhóis lhes impuseram. E em todas as tentativas de domínio, o exército espanhol foi derrotado por uma confederação de 12 tribos e cem mil índios, comandados pelo célebre cacique Guairacá. Após a última derrota militar para os comandados de Guairacá, em 1601, o rei espanhol D. Felipe III resolve mudar de tática.

Começa, então, a conquista pacífica pelos jesuítas

Quando as reduções jesuíticas alcançavam as proximidades de Guarapuava e as margens do Tibagi, garantindo a legítima posse espanhola do território, entram em cena os bandeirantes paulistas, completando por volta de 1640 a total expulsão dos espanhóis.

A ação lusitana foi intensa, e ultrapassou os limites da linha de Tordesilhas. A partir da fusão de Portugal e Espanha, entre 1580 e 1640, os portugueses tinham uma justificativa para o avanço a oeste da linha e, de fato, não perderam tempo.



Carta Cartográfica elaborada em 1772 pelo Ten. Cel. Afonso Botelho como primeira referência oficial dos Campos de Guarapuava.

Os Campos de Guarapuava

Nos anos seguintes, a descoberta de ouro e prata em Potosí — atual Bolívia — pelos espanhóis, e de ouro pelos portugueses em Minas Gerais, também colaborou para que as deslumbrantes matas e campos do Paraná permanecessem intactas por quase 200 anos.

Ao assumir o poder em Portugal, o Marquês de Pombal determinou ao Morgado de Mateus, governador de São Paulo, “alargar os domínios de S. Majestade que Deos Guarde, segurar nossos sertões e constituir uma barreira para que não se adiantem sobre eles nossos vizinhos castelhanos”.

A partir de 1765, o coronel Afonso Botelho, sobrinho do Morgado, organizou várias expedições de exploração e reconhecimento pelos rios Iguaçu, Ivaí e Piquiri. E numa delas, em 1770, comandada pelo tenente Cândido Xavier, foram vistos pela primeira vez os Campos de Guarapuava. Avisado Botelho, este veio ver pessoalmente, mas ante o massacre de sete soldados pelos índios, deixaram o local, que ficou abandonado por mais 40 anos.

Essa hostilidade, aliás, tinha sido uma garantia, desde a destruição das reduções, contra a passagem dos argentinos de Corrientes para o Paraná.

O Forte Atalaia

Seguindo a política iniciada pelo Marquês de Pombal, no mesmo ano de sua chegada ao Brasil D. João VI editava a Carta Régia ordenando a Real Expedição de conquista dos Campos de Guarapuava, sob o comando de Diogo Pinto de Azevedo Portugal.

Parte da expedição saiu de Curitiba em 2 de agosto de 1809 e avançou lentamente, alargando o caminho para os que viriam atrás. A segunda parte então saiu de Curitiba e acantonou próximo à Serra da Esperança. Construído o caminho restante, subiram todos a Serra. E em 17 de junho de 1810, 200 soldados e cem civis, homens, mulheres e crianças, acamparam nos campos.

Construído o Forte Atalaia, começa o reconhecimento e a expansão pelos arredores. Segue-se o contato com os índios, comandado pelo padre Chagas. D. João VI determinara que não houvesse violência, o que foi cumprido.

Apenas uma batalha ocorreu, quando um grupo de índios hostis atacou o Forte Atalaia, e morreram muitos índios e soldados. Na sequência, os índios foram de grande valia para a consolidação da posse.

Quinhões a cidadãos

Até então, a única ligação da Colônia com a província do Sul era o Caminho Sorocaba-Viamão, desde 1728. Em 1814, Azevedo Portugal incumbiu Athanagildo Pinto Martins de buscar um novo caminho, pelo Oeste. Enfrentando a hostilidade dos índios, que mataram alguns dos seus companheiros, Athanagildo chegou a São Borja. Estava descoberta a Vereda das Missões, que se transformaria na Estrada das Missões, concorrendo com o Caminho do Viamão no período em que os tropeiros ajudaram a consolidar o território brasileiro.

Definida a conquista de Guarapuava e arredores, em 1819 é criada a Freguesia. Em seguida, são distribuídas 14 sesmarias, devidamente registradas em mapas. As de Guarapuava foram as últimas sesmarias distribuídas no Brasil. No Paraná, elas se estenderam exclusivamente sobre os campos do primeiro, segundo e terceiro planalto. A vantagem eram as pastagens naturais, prontas para a criação do gado.

As sesmarias foram um eficiente instrumento dos portugueses para a consolidação e defesa do território brasileiro, ameaçado de fragmentação. Adotadas por Portugal de um costume aprendido dos romanos, distribuía-se terras rurais em quinhões com medida de cerca de 1.400 alqueires. Além de Portugal, o sistema foi usado no Brasil e nas demais colônias, com a doação dos quinhões a cidadãos com posses suficientes para torná-los produtivos, sem custo para a coroa, que também não cobrava foro. A única exigência era de que as terras fossem rápida e efetivamente exploradas.

Com elas se garantiu a povoação e o futuro ganho de várias regiões sob o princípio do *uti possidetis*. Dois grupos de sesmeiros de Guarapuava ocuparam em 1840 os campos de Palmas e daí — paulatinamente — avançaram pelo Sudoeste, onde argentinos tinham fazendas das quais extraíam erva-mate e madeira.

Expansão por estradas

A partir de Guarapuava, portanto, se deu o avanço sobre todo o território até o Rio Paraná, que só foi definitivamente consolidado com a demarcação, em 1903 (mesmo ano do Tratado de Petrópolis, que anexou o Acre), da região do Sudoeste paranaense, definida em favor do Brasil por arbitragem em 1895, pelo presidente norte-americano Cleveland. Ao ser cumprimentado pelo plenipotenciário argentino em Washington, logo após a decisão de Cleveland, o Barão do Rio Branco respondeu: “Foram os mapas”.

Em 1847, o médico francês Jean Maurice Faivre instalava às margens do Ivaí, próximo a Guarapuava, a célebre Colônia Tereza Cristina, com imigrantes franceses, em sua busca por uma sociedade ideal.

Em 1859, D. Pedro II criou a Colônia Militar do Chopim, só instalada em 1882, ante os protestos da Argentina que pleiteava a região do atual Sudoeste, de 32 mil quilômetros quadrados. Na mesma época, foi criada a Colônia Militar de Chapecó.

No ano da proclamação da República foi instalada a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, onde havia, de um total de 324 habitantes, apenas nove brasileiros. Para ir até lá, os militares construíram o primeiro caminho ligando Guarapuava e o Paraná a Foz do Iguaçu.

O último elo com o resto do Estado e do país foi estabelecido com a construção da Estrada Boiadeira, entre 1911 e 1918, pelo guarapuavano Manoel Mendes de Camargo, ligando Guarapuava a Campo Mourão e o Mato Grosso.

Apesar de as primeiras expedições terem sido por via fluvial, é de se observar que as três principais rotas que levaram à efetiva ocupação do Paraná foram terrestres: a Estrada das Missões, a estrada a Foz do Iguaçu e a Estrada Boiadeira. Esta veio facilitar o intercâmbio de gado entre o Paraná e Mato Grosso, que à época era intenso, e mais tarde serviu para o início do povoamento do Norte do Paraná, completado a partir de 1940 com o boom do café a partir de São Paulo.

Em todo esse processo, fica clara a preocupação com o abandono desta região, de 1640 a 1810, e o risco de perda para a Argentina. Primeiro pelo Marquês de Pombal, sob cujo governo Afonso Botelho iniciou as inúmeras expedições exploratórias pelo Iguaçu, Tibagi e Ivaí, até o Rio Paraná. E depois por D. João VI que, no mesmo ano em que aqui chegou, imediatamente ordenou a conquista efetiva dos campos de Guarapuava e as medidas seguintes de expansão.

Uma decisão estratégica que garantiu todo o território do Paraná atual para o Brasil, só confirmado em pleno século XX com o ganho, no litígio com a Argentina, dos 32 mil quilômetros quadrados do Sudoeste paranaense. ■

.....
: Nivaldo Krüger foi vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal,
: senador e presidente da Sanepar. Fundador e presidente da Associação dos
: Municípios do Paraná (AMP), é integrante da Academia de Ciências, Artes
: e Letras de Guarapuava. Escreveu, entre outros, os livros *Guarapuava seu*
: *território e sua gente* e *A primeira república das Américas*.

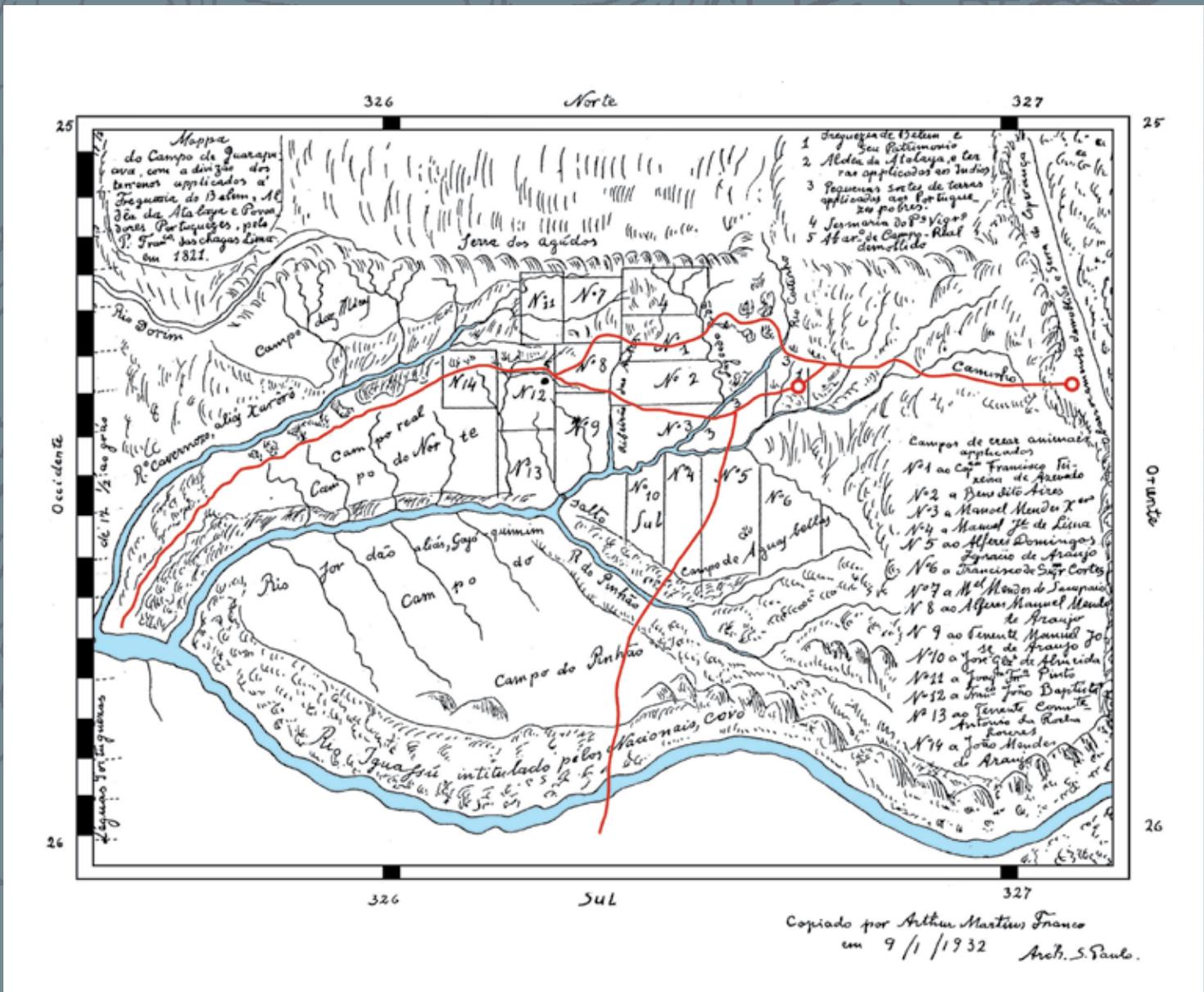


Mappa
do Campo de Guarapuava, com a divizão dos
terrenos applicados a'
Freguesia do Belém, Al-
deia da Atalaya e Povo-
adores Portuguezes, pelo
P. Fran. das Chagas Lima
em 1821.

Serra dos agúdos

Rio Dorim

Campo das Aldeias



Mapa das Sesmarias, confeccionado pelo padre Antonio das Chagas em 1821.

Rio Iguaçu intitulado pelos

Space Invaders

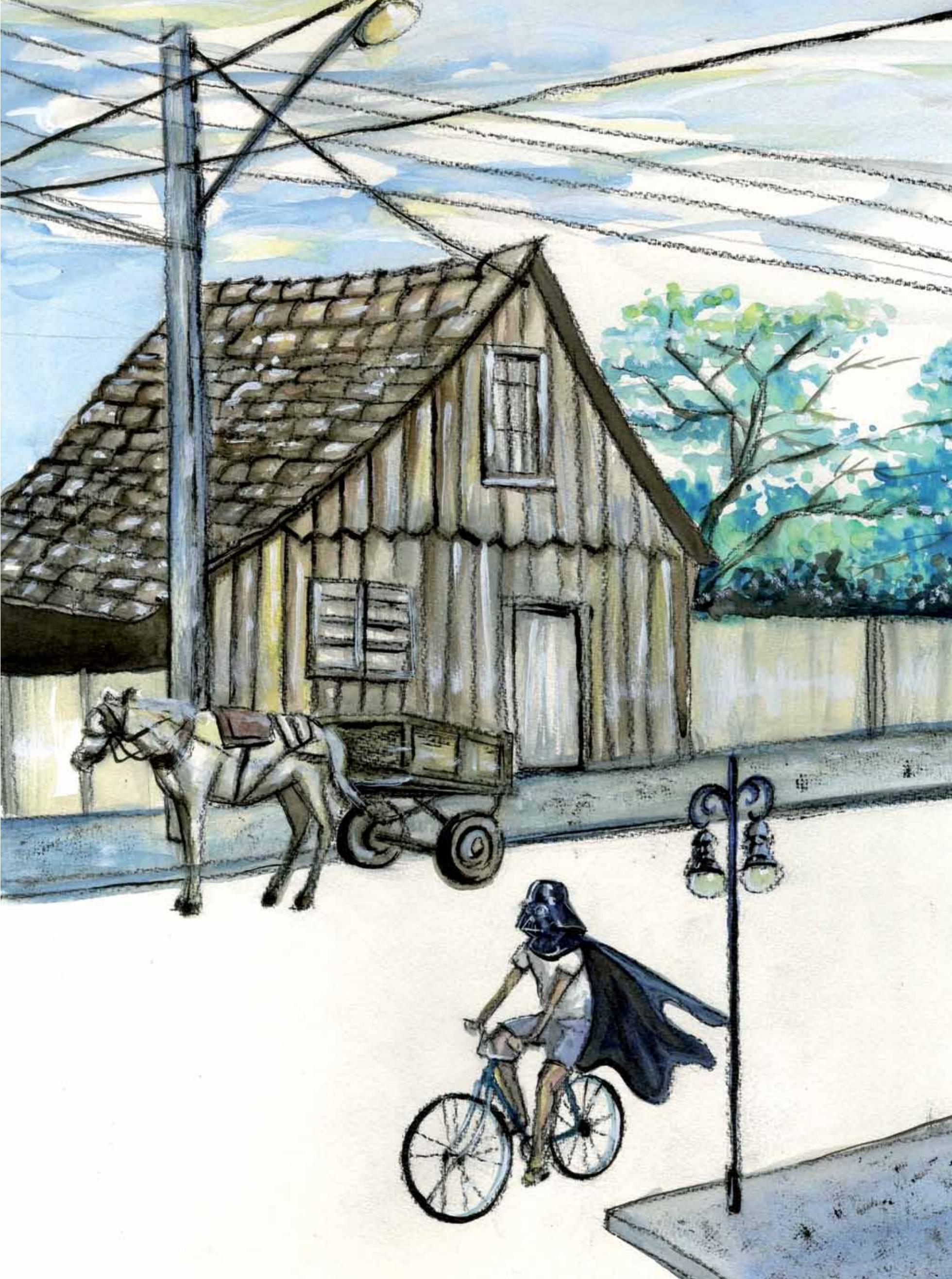
JOÃO MARCON RESGATA SEU PERÍODO DE FORMAÇÃO NA CIDADE DE DOIS VIZINHOS, EM UM PERÍODO DE GRANDES TRANSFORMAÇÕES NO PAÍS.

Tenho 14 anos e a minha cidade, 18. Não temos consciência da pouca idade e carregamos o orgulho de terra valente, última fronteira do Sul do Brasil, onde nem os bandeirantes quiseram entrar. Eu e ela estamos vivendo uma revolução.

A chegada do fliperama e a descoberta do x-salada provocaram profundas mudanças.

Já vejo distante o tempo em que ajudava o nonno a pisar uvas para dias depois tomar o vinho doce, primeiro pilequinho de inúmeros primos. Mas sei de que material sou feito. Esse nonno veio de ônibus e caminhão do Rio Grande até Pato Branco, onde chuvas fortes e prolongadas fecharam a estrada de terra. Ele estava distante 100 quilômetros do destino. E foi a pé.

É com esse espírito que fomos moldados, eu e a cidade. É com esse espírito que encaro a máquina que provoca com sua voz metálica: “Eu sou o cavaleiro negro e o convido para um desafio”.



Desafio é palavra muito conhecida por aqui. Até pouco tempo, o revólver fazia parte do vestuário. Toda a região ainda cheira a pólvora do enfrentamento às ordens de Lupion para ocupar as terras do Sudoeste. Foi nessa ocasião que um tio com 17 anos roubou a espingarda do pai e foi esperar os jagunços no Rio Santana. Ataco com decisão e derrubo todas as bandeiras do Cavaleiro.

Nos dois cinemas, as sessões de domingo são duplas. Primeiro algo singelo e, logo em seguida, altíssima violência. Nunca exibem filmes com sexo (o máximo que vi foi meio seio da garota que embrulhou-se para o aniversário do namorado), mas não há qualquer restrição para sangue. Num dos filmes de caratê, Shaolin enfiou a mão no peito do inimigo, arrancando-lhe o coração, exibido em close, pulsando em sua mão.

E depois do cinema... Space Invaders. Na versão Sudoeste, os nossos invasores espaciais chegam pelos rios Iguazu e Chopim, eliminam bugres, animais e araucárias, abrindo clareira para a descida de naves civilizatórias e pleno usufruto da terra conquistada. Logo em seguida, porém, muitos dos pioneiros sentem novamente o comichão de sair desbravando. E assim vão vendendo 10 alqueires para comprar mil no Acre, em Rondônia e no Mato Grosso. Na rodoviária, o ônibus da rota Dois Vizinhos-Porto Velho. Sete mil e quinhentos quilômetros de dureza por uma vida nova e eu, aqui, pensando por uma vida extra. Melhor não pensar. Morri de novo.

Posso comprar mais fichas. Desde os onze anos trabalho como sonoplasta na rádio do tio. Além de ter minha grana, ali vejo tudo o que está se passando.

— O homem que gastou a safra na zona e disse que foi roubado na praça por uma pessoa que fumava um cigarro diferente.

— O pastor que não compareceu para apresentar o programa da sua igreja porque havia fugido com a secretária.

— O recém-chegado da Amazônia contando que achavam que o ônibus tinha passado sobre uma árvore, mas era uma cobra.

— O novo frigorífico para exportação de frangos, com sua linha de produção apontada para Meca.

— O jogador reclamando que o adversário bateu com o olho no seu cotovelo.

Depois do trabalho, o lazer para os novos tempos de urbanidade. Vou para minha preferida, a máquina Solar Ride, com bolinhas. Há pouco eu estava no tempo do futebol todo-terreno, em que poteiros, terrenos, encostas de barrancos, tudo virava campinho de futebol, com a melhor bola de capotão disponível. Inovava-se a cada dia. Casca de arroz na área do goleiro (até o dia em que enterraram um ovo podre). Campinho no meio da plantação de kiris, contando com as batidas da bola nas várias árvores. Mando a bolinha na área que está piscando, pimba, bola extra.

Eram, sem dúvida, outros tempos. Os imigrantes italianos trouxeram as técnicas de plantio, os moinhos d'água, as montarias e a fé que construiu uma igreja com nave de 35 metros sem colunas. O Paulista trouxe o Sorvetão, com o fliperama e o x-salada pra competir com a bocha e a polenta.

São outros tempos. Para a cidade e para mim. A ficha caindo na máquina de corridas diz que já vão longe os carrinhos de madeira, com inovações tecnológicas como o volante de corda trançada e as rodas triplas. O primeiro permitia virar o carro no mesmo sentido do volante, o que não acontece se a corda for colocada sem trançar. O segundo era para que as rodas não quebrassem no cavalo-de-pau, única maneira aceitável de terminar uma descida pelas pirambeiras. Erro uma curva e morro bem perto da bandeirada. Não me dou bem em Daytona.

Mas não é só ali no fliperama que a cidade borbulha nesses tempos. No Brasil fala-se do fim da censura e da ditadura e alguns resultados chegam até aqui. Chego ao cinema com minha carteirinha de estudante falsificada (não ficou boa) para ver *O Último Tango em Paris*. O porteiro, recém-chegado do Batalhão da Guarda Presidencial, barra minha entrada com um “humpf”. Viro-lhe as costas e vou ao CTG para ver o *Tele Catch* ao vivo, com Ted Boy e Fantomas.

Na loja que vende jornais e brinquedos, vejo uma novidade, *O Pasquim*. E, ao lado de um triciclo, o livro do Fernando Gabeira. Suas *Entradas e Bandeiras* têm muito efeito sobre o meu pensamento, reavivam o sangue pioneiro, fazem pensar em quantas vidas extras existem além dos dois rios. E antevejo o curso natural, sair da cidade, ganhar o mundo.

Na praça da Matriz, paro para folhear a nova aquisição, uma coletânea do Drummond. O sol refletido na página grava a fogo na minha memória os versos do poeta velho para sua cidade.

Hoje é só um retrato na parede. Mas como dói. Game Over. ■

A decisão de Grover Cleveland

Três horas da tarde de 6 de fevereiro de 1895. Na sala de espera do Departamento de Estado (USA), encontram-se Estanislao Zeballos (advogado da Argentina) e o Barão do Rio Branco (no Brasil), convocados por Walter Gresham, Secretário de Estado, para receberem o laudo arbitral do presidente Grover Cleveland. Introduzidos no salão de recepção dos ministros estrangeiros, Gresham tomou assento à cabeceira da mesa de conferências, tendo à direita o primeiro subsecretário de Estado, Edwin F. Uhi, principal auxiliar do presidente no estudo da questão. À esquerda sentaram-se Zeballos e Rio Branco, o General Dionísio Cerqueira e os demais membros das duas missões. Dispensada a leitura da sentença, pediu Zeballos que fosse anunciado, simplesmente, o nome do vencedor. E, em meio a mais intensa expectativa, o Sr. Uhi levantou-se e proferiu as seguintes palavras com voz clara e pausada, quase solene:

— O laudo do presidente é favorável ao Brasil.

Sérgio Correa da Costa, em A Diplomacia do marechal, conforme citação de Jorge Baleeiro de Lacerda



Quando se comia tateo com polenta

por JORGE BALEEIRO DE LACERDA

Ao longo dos últimos 30 anos, aprendi a valorizar a fotografia como poderoso registro da cultura, da tradição, da vida e dos hábitos de cada comunidade. A Antropologia Visual é uma ciência experimental, como bem nos ensina gente do gabarito do Frei Rovílio Costa com sua *Antropologia Visual da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Aprendi com Rovílio Costa a ver mais fundamentamente cada foto que me chega às mãos, cada cena que registro ao longo dos anos.



Agricultor residente na costa do rio Iguçu com um tateto, década de 1970.
Foto | Júlio Odin - Acervo | Baleeiro

Tenho fotos que repousam em meu arquivo há 20, 30 anos. São mais de 10 mil fotos de todos os cantos do Brasil. Vale dizer que não empresto fotos nem livros. São instantes de trabalho, resultado de uma vida inteira.

Das fotos relacionadas com o Sudoeste do Paraná, uma das mais emblemáticas pelo que revela da vida do homem da mata, do habitante antigo desta parte do Estado, é a de um agricultor-caçador, fotografado por Júlio Odin, segundo me informou o fotógrafo profissional Antônio Raicicki, de Francisco Beltrão, meu amigo desde 1980. Raicicki não sabe o nome da pessoa, mas garantiu-me que a foto foi batida na costa do Iguaçu.

A foto merece análise detida. Observem a calça. Mal se sabe qual seria o pano primitivo, tantos são os remendos, o que demonstra a pobreza de então, a dificuldade de reposição de peças do vestuário. Hoje, o mais pobre dos favelados vestir-se-ia melhor. A camisa não está em melhor estado. Nota-se a série de remendos. A espingarda é uma taquari de encher pelo cano (notem sob o cano a vareta de socar chumbo e a pólvora). Descalço, um embornal no ombro esquerdo, um revólver, calibre 22, pelo que se percebe, na cintura. A faca não é visível, mas estava, por certo, à altura dos rins, sob o paletó.

Venho há 25 anos, embora muita gente importante que nunca me leu não saiba, registrando os mais diversos aspectos da vida beltronense e sudoestina. Não me limito à História pura e simples. Adentro pela Antropologia, Geografia, Dialetologia, Potamografia, pelo folclore, pela religiosidade, tendo o ensaio como fonte metodológica. Desejo levantar temas, sugerir pesquisas, provocar o debate.

Não posso substituir ninguém nem tenho forças nem tempo para tanto. Há centenas de universitários que bem poderiam abraçar temas sudoestinos para suas pesquisas.

Posso, quando muito, sugerir fontes, indicar e soprar temas. O campo é vastíssimo. Por exemplo: quem já se debruçou sobre o que se comia, na roça, nos anos 50, em Marrecas? Como era o café da manhã? Fazia-se cuca, pão de milho? O que se comia com polenta? O tateto [porco-bravo, caititu] era frequente, ao lado da carne de tatu. E o mel de abelha, mesmo da minúscula jataí, fazia parte do cardápio?

Lembro-me do que me contou seu Carlinhos (Carlos de Oliveira), pioneiro que ajudou abrir as primeiras picadas de Pato Branco para Beltrão e daqui para Ampere e Santo Antônio. Certa feita, indo na direção do Ampere, para na cabana de um caboclo, por certo foragido da Justiça, que vivia entre abelhas. Lembro-me da descrição do velho Carlinhos, toda ela cheia de colorido, rica em pormenores, detalhes que me faziam estar presente à conversa:

“Baleeiro, o homem vivia dentro dum enxame de abelha. Tinha bem umas oito caixas da cabalha. Voava abelha pra cá, pra lá e o caboclo só dizia ‘elas num pica, não! Pó fica tranquilo! Elas avoam mas num pica, não. Tão acostumada aqui comigo’. E de fato nenhuma picada, depois de mais de meia hora de conversa. Só de favo de mel tinha, numa gamela, bem uns dez. Era parte do alimento daquele caboclo. Dependurado, como se fosse um socol, uma banda de tatu e um pedaço de capivara moqueado. Era um verdadeiro homem do mato. A conversa toda girava em volta da caçada, disso e daquilo, principalmente do tateto. Falava também em onça rondando sua cabana. Às vezes mantinha um tateto amarrado numa corda. Quando desejava ter carne para mais tempo, salgava a caça e deixava secar. Mas o sal nem sempre era fácil.”

Carlinhos estava falando de 1946, quando muito 1948. Nessa época quem queria enganar o chegante trocava meia dúzia de hectares de pinheiro por um cavalo ou uma garrucha. Tempos pioneiros, sem retorno. ■

• Jorge Baleeiro de Lacerda é jornalista, fotógrafo e escritor.
• Escreveu, entre outros livros, *Os Dez Brasis* e *Os Dez Sudoestes*
• (do qual o texto acima e a foto que o acompanha foram retirados).



por PAULO MARKUN

Admirável NOVO MUNDO

EM SUA SAGA PELO CONTINENTE AMERICANO,
O CONQUISTADOR ESPANHOL CABEZA DE VACA
FOI O PRIMEIRO EUROPEU A CONTEMPLAR E DESCRIVER
AS CATARATAS DO IGUAÇU.

Novembro de 1541. Vinte e quatro cavaleiros, 50 arcabuzeiros, 50 espadachins, 100 arqueiros, dois frades e centenas de índios ouvem a leitura da capitulação em que o imperador espanhol Carlos V dera a seu comandante, dom Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, o direito de governar o imenso planalto que se desdobra diante da tropa. O fidalgo de 53 anos e seus homens estão em algum ponto do planalto paranaense. Nos últimos 19 dias, suou a cota de malha para vencer as escarpas da Serra do Mar.

Chegar até ali fora uma parada. Adolescente, Cabeza de Vaca lutara na Itália e na Espanha. Depois, embarcara rumo à Flórida como tesoureiro real da expedição comandada por Pánfilo de Narváez. Os 600 homens enfrentaram um desastre atrás do outro: naufragaram várias vezes, passaram fome, comeram uns aos outros, até restarem apenas quatro sobreviventes — entre eles, Cabeza de Vaca.

Sofreram como escravos, fugiram e perambularam pelo território americano, nus e descalços, até uma aldeia distante onde curaram um índio doente fazendo o sinal da cruz e se transformaram em renomados curandeiros. Seguidos por milhares de nativos, depois de uma jornada de mais de 18 mil quilômetros, reencontraram afinal seus conterrâneos no México.

Seus companheiros resolveram ficar no Novo Mundo. Cabeza de Vaca voltou para a Espanha, levando o sonho de ser o novo governador da Flórida e um detalhado

relato de suas aventuras para sensibilizar o imperador. Chegou tarde demais à corte: Carlos V já entregara a outro a conquista da Flórida.

Restou ao ex-curandeiro comprar pela fortuna de 16 mil ducados — equivalentes a US\$ 1,8 milhão atuais — o direito de ir para a América do Sul. Se o governo do Rio da Prata estivesse vago, como diziam notícias não confirmadas, ele assumiria o posto. Caso contrário, teria direito a governar a ilha de Santa Catarina e as terras que descobrisse nas redondezas durante 12 anos.

Em março de 1541, ele chegou à ilha onde muito mais tarde surgiria Florianópolis. Ali, uns naufragos que viviam de abastecer os navios lhe mostraram os troféus de uma malfadada aventura realizada uns 20 anos antes por outro morador da ilha e sua experiência na América do Norte.

Por volta de 1523, um português chamado Aleixo Garcia deixara a ilha e entrara pela terra adentro pela trilha usada pelos índios até chegar ao sopé de uma serra enorme, onde tomou algumas peças de ouro e de prata da tribo que ali vivia. Morreu flechado na volta, mas as tais peças de ouro chegaram à ilha com os sobreviventes, que passaram a mostrá-las para todos os navegadores.

Um comandante mais cauteloso não se animaria a repetir a façanha de desfecho tão desditoso. Não Cabeza de Vaca. Em vez de seguir a via usada por outros conquistadores, costeando o litoral até o Rio da Prata, decidiu trilhar o

caminho dos índios rumo à Serra de Prata. E assim chegou ao planalto paranaense, onde, diante de toda a tropa, batizou solenemente como província de Vera, em homenagem ao avô que conquistara as Ilhas Canárias do domínio mouro.

Mas não teve tempo de explorar a vizinhança: seguiu em marcha batida rumo a Assunção, a nova capital da província do Rio da Prata, depois que os colonos remanescentes tinham deixado para trás os escombros de Buenos Aires destruída pelos índios e pela fome.

A passagem de Cabeza de Vaca e seus homens pelas terras do Paraná foi registrada num livro publicado em 1555. O texto, de autoria de Pero Hernández, o secretário particular do fidalgo, tinha um intuito claro — mostrar que dom Álvaro era um bom comandante e um fiel súdito do imperador (acusado de traição, ele passara anos enfrentando processos judiciais na Espanha, depois de ter governado o Rio da Prata por um curto período). Sendo assim, não há maiores detalhes sobre o trajeto ou os costumes dos índios, ao contrário do que se encontra no relato anterior, sobre as aventuras na Flórida.

Mas a leitura dos *Comentários*, como foi intitulada a narrativa de Pero Hernández, deixa claro que a província de Vera estava longe de ser um deserto. Nos primeiros dias de caminhada pelo planalto, os espanhóis passaram por mais de uma aldeia a cada dia, até alcançarem o Rio Iguaçu (“água grande”, em tupi-guarani), provavelmente no seu curso superior, na região de Araucária.

Nas proximidades da atual Ponta Grossa, outro desafio: o Rio Tibagi, “todo ladrilhado, com lajes grandes e tão bem formadas como se ali tivessem sido colocadas pelo homem”. Para cruzá-lo, abraçaram uns aos outros, numa corrente humana.

Só no primeiro capítulo do livro, em nada menos que seis momentos, Hernández menciona nativos que vinham de longe para recepcioná-los (e aos cavalos que tanto os espantavam) carregados de mantimentos que ofereciam generosamente. O caminho tinha tantas aldeias à volta e era tão movimentado que a notícia do avanço dos espanhóis precedia sua chegada entre os índios.

Perto de um povoado, um sujeito que atendia pelo nome de Miguel, nascido índio na costa do Brasil e convertido ao

cristianismo, voltava de Assunção e ofereceu-se para guiá-los. Cabeza de Vaca aceitou a oferta de imediato e dispensou os guaranis da ilha de Santa Catarina que o haviam acompanhado até ali.

A partir desse ponto, a viagem tornou-se bem mais agradável — “Por todo caminho que se andava, depois de ter entrado na província, nos povoados da mesma, eram regiões alegres, com grandes campinas, árvores, águas de rios e fontes, riachos e filetes d’água; de fato, toda a terra é apropriada para lavoura e criação”.

Mais adiante, em outro trecho complicado, tiveram de construir 18 pontes num só dia para vadear pantanais e rios, entre eles o atual Ivaí. Vinte homens iam na frente, abrindo caminho por uma mata tão fechada que não permitia a visão do céu. E assim galgaram serras e montanhas.

Seis dias antes do Natal, no povoado de Tuguí, fartaram-se com os pinhões que eram a base da alimentação da tribo. A farinha abundante garantiu uma ceia farta. Tão farta que os soldados passaram mal e Cabeza de Vaca obrigou a tropa a marchar horas a fio, enquanto ele ia a cavalo (fato que seria arrolado entre as acusações formuladas por seus inimigos, mais tarde).

No dia 28 de dezembro, recompostos da comilança — ou da caminhada —, deixaram Tuguí. Depois de um dia sem encontrar qualquer aldeia, deram de cara com um rio caudaloso e largo, margeado por árvores, ciprestes e cedros (na descrição europeizada de Hernández). Era o Alto Piquiri, um afluente de grande porte do Rio Paraná, que exigiu quatro dias para ser cruzado. Retomando a marcha, passaram por mais cinco povoados bem providos de milho, mandioca e batata-doce, patos e galinhas.

Nas primeiras horas de 1542, o último povoado ficou para trás. Por cinco dias cruzaram uma região montanhosa sem ver ninguém, nem encontrar qualquer bicho para ser caçado. A salvação foram uns insetos de aparência nojenta, que comeram fritos. Nada mau, garantiu Pero Hernández, que os chamou de “gusanos” (vermes em castelhano). Até as margens do Rio Cobre, afluente da margem esquerda do Piquiri, os tais “gusanos” foram seu único alimento. A partir daí, vieram terras de boa água e muita caça — sobretudo caititus e veados.

Depois de descansarem por alguns dias numa aldeia próxima ao Rio Iguaçu e deixarem para trás 15 homens enfermos demais para caminharem, voltaram à trilha. Durante oito dias, não avistaram viva alma. E quando até o tal Miguel parecia perdido, encontraram um bando de índios que dizia saber como chegar a Assunção e que lhes narrou o trágico fim de um grupo de portugueses que Martim Afonso de Souza despachara de Cananeia em busca da Serra de Prata, atacados nas margens do Paraná.

O relato fez Cabeza de Vaca dividir seus homens: uma parte iria por terra, margeando o rio, protegendo os que embarcariam nas canoas compradas dos nativos. Logo a viagem se transformou num rafting emocionante: “[...] ao descer o rio chamado Iguaçu, a correnteza era tão grande que as canoas corriam com muita fúria; por causa disso, muito próximo de onde se embarcou, o rio dava um salto por um despenhadeiro altíssimo e a queda-d’água tinha um baque tão forte que de longe se ouvia; como a espuma caía com muita força, espirrava e subia alto”.

Essa é a primeira descrição conhecida e registrada das Cataratas do Iguaçu, que obrigou a tropa a carregar as canoas nas costas por três quilômetros. Vencidos os saltos, faltava cruzar o Paraná, cuja margem oposta era guardada por um bando de guaranis com os corpos pintados e enfeitados, mostrando seus arcos e flechas.

Depois de acalmá-los com a ajuda dos intérpretes e dos usuais presentes de troca, uma parte dos europeus cruzou o rio. Os cavalos foram em balsas improvisadas, pela união de duas canoas. Operação arriscada, que custou a vida de um soldado. Trinta homens, doentes ou fracos demais para tentar a travessia, foram embarcados em balsas e seguiram pelo rio, acompanhados por 50 arcabuzeiros e arqueiros.

Quando Assunção ainda estava a nove dias de viagem, surgiram os primeiros índios falando castelhano. E na manhã de 11 de março de 1542, depois de quase quatro meses e meio de viagem, a expedição foi recebida nas cercanias da cidade.

Na versão de Pero Hernández, a chegada foi triunfal, com os colonos comemorando e dizendo que já tinham quase perdido as esperanças de obter socorro (“porque o caminho era tão perigoso e difícil, ainda não havia sido descoberto e nunca se teve notícia dele”).

Mais um entre os vários exageros cometidos por Pero Hernández. Na verdade, como demonstram os autos dos processos envolvendo Cabeza de Vaca, o tal caminho era usado com tanta frequência que mais de uma vez foi incluído nos planos de fuga dos grupos que se digladiaram em Assunção depois da chegada do novo governador.

Um dos ramais do caminho, o que chegava até São Vicente, no litoral paulista, era tão utilizado que, em 1552, a alfândega daquela vila faturou o equivalente a cem salários da época com as taxas cobradas pelas mercadorias que os castelhanos traziam do Paraguai, cruzando as terras do Paraná. No ano seguinte, o primeiro governador do Brasil mandou fechar o caminho, temendo que os espanhóis pudessem atacar.

No início do século XVIII, em sua *História da Conquista do Paraguai, Rio da Prata e Tucumán*, o jesuíta Pedro Lozano chamou o conjunto de trilhas percorridas por Cabeza de Vaca de Caminho do Peabiru (“gramado amassado” em guarani). Desde então, muitos autores derramaram rios de tinta sobre a tal estrada. Mas, a partir daí, é impossível separar lenda de realidade. ■

Paulo Markun é jornalista, documentarista e autor dos livros *Meu querido Vlado* e *Cabeza de Vaca*, entre outros.





Ilustração | André Ducci

Era uma vez no Sudoeste

DEONÍSIO DA SILVA RECUPERA O PERÍODO EM QUE VIVEU NO PARANÁ E CONTA, EM DETALHES, COMO FOI PRESO PELO FATO DE, MAIS DO QUE QUALQUER OUTRA COISA, SER UM ESCRITOR.

Muitos contos resultaram da minha vivência no Sudoeste do Paraná. Alguns deles foram ambientados na cidade inventada de Sanga da Amizade, inspirada especialmente em Francisco Beltrão. Criei o lugar para que fosse o cenário de várias das histórias de meu livro de estreia, *Estudo sobre a carne humana* (1975).

Mas eu já não vivia mais no Sudoeste, e sim em Ijuí (RS), para onde me transferira e estreeva como professor universitário, quando senti os rigores da Lei de Imprensa e da Lei de Segurança Nacional. Ali, comecei a cumprir a pena de dois anos de prisão, convertida em *sursis* (suspensão condicional da pena), por obra da eficiente defesa de meu advogado Geraldo C. S. Bond.

Fui denunciado em Francisco Beltrão pelo promotor de Justiça substituto Alberto Luiz Cassou, por pressão do major Jorge Baptista Ribeiro, comandante do 2º Grupamento de Fronteira, 2ª Companhia de Infantaria, da 5ª Região Militar, do III Exército — apoiado pelo recorte de um texto, publicado por engano, no lugar da crônica habitual que eu fazia semanalmente no jornal *Tribuna do Sudoeste*.

Soube que quem levou o texto aos militares foi Natalino Faust, presidente da Associação de Pais e Professores. O comandante militar tomou providências no dia 8 de julho de 1974. No dia 9, o promotor substituto fez a denúncia. No dia seguinte, o juiz substituto, Darcy Gonçalves Bartapelli, aceitou-a. Em 19 de setembro, fiquei frente a frente com o promotor, com meu advogado e com o juiz substituto e fui devidamente qualificado. No dia 27 de maio de 1975, meu advogado requereu que fosse feito meu interrogatório, diante do juiz Raul da Costa Pinto e do escrivão Clementino Petla.

Eu já tinha a esse tempo — tudo corria muito rápido — prestado depoimento também na Polícia Federal, em Curitiba. Fui interrogado pelo general Alcindo Pereira Gonçalves, então secretário de Segurança Pública. Saí dali e, instruído pelo general, fui ao DOPS buscar certidão negativa para integrar o processo de alocação de aulas no Ginásio Estadual Nova Concórdia.

Durante todo o tempo, minha esposa, a professora Soeli Maria Schreiber da Silva, então com 21 anos, ficou ao meu lado e combinamos que não contaríamos nada às respectivas famílias. Nós tínhamos nos casado na Igreja das Mercês, em Curitiba, dois anos antes, quando ela estava com 19 anos e eu, 23.

O mundo amigo e inimigo

Não faltou quem prestasse bons serviços ao comandante militar, mas houve exceções. Os três diretores das escolas em que eu ensinava, Irmã Bárbara Zimmerman, do Colégio Estadual Mário de Andrade; Maria de Lourdes de A. da Silveira, da Escola Normal Estadual Regina Mundi; e Antenor Pezente, do Ginásio Estadual Nova Concórdia, deram atestados e declarações de que eu desempenhava com eficiência e assiduidade as funções de professor nos três estabelecimentos.

Antenor Pezente acrescentou no atestado: “Declaro mais, que o seu relacionamento com a direção desse estabelecimento, com os colegas de Magistério e com os seus alunos é o melhor possível”. Também a Inspetora do Ensino Médio, Ivete K. Accioly R. da Costa, esposa de um dos homens mais justos que eu conheci, que era juiz em Francisco Beltrão, atestou que eu era bom professor.

Fui afastado dos dois estabelecimentos (menos do Ginásio Estadual Nova Concórdia) por pressões vindas de pessoas cujos nomes as diretoras, com o olhar espantado daqueles tempos, não ousavam revelar. Nem eu lhes perguntei. Porque sabia tanto quanto elas quais eram os integrantes da alcateia que então se formara.

Esclareço que soube de tudo e com atraso, pois eu fazia em Ijuí o Curso de Letras, ministrado nas férias escolares do ensino médio. Às vezes estava em Curitiba, onde estudava Inglês no Centro Cultural Brasil-EUA, cujas diretoras, Laila Cury e Úrsula Neufeld, deram atestados de que eu estudava Inglês e que minhas médias finais eram 90 e 94, respectivamente, numa escala de 100.

Também não vou esquecer o nome de Maria Bond, Inspetora de Ensino, esposa de Geraldo C. S. Bond. O nome de quem nos defendeu, a gente nunca esquece. Não esquece também os nomes daqueles que acusaram e, principalmente, daqueles que se omitiram na luta. Mas talvez seja ainda cedo para tratar de temas tão complexos que envolvem a memória de vivos e mortos!

Na defesa, meu advogado juntou uma declaração que hoje soa curiosa e passível de complexas interpretações. Antes de lecionar naqueles estabelecimentos educacionais, eu tinha formado comunidades eclesiais de base no Sudoeste, em trabalhos mantidos pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assessorar), e feito um curso de Teologia, intensivo, em 1970, que durou apenas um ano, em Curitiba. Nessa época, morei no Convento dos Padres Saletinos, no Jardim Social, na capital. O documento dizia que na Assessorar eu integrava a diretoria, ao lado de Deni Lineu Schwartz, Euclides Scalco, Jorge Camilotti, José Emanuelli e Maria Salete Pereira.

No dia 10 de novembro de 1975, o juiz Raul da Costa Pinto me condenou a três meses de prisão por aquele texto, que tantos dissabores me causou, que tantas lições me deu

e que me afastou dos meus alunos e dos meus colegas-professores de dois colégios que eu muito admirava e aos quais prestava o melhor ensino que eu podia, com assiduidade e pontualidade, como reconhecido pelas autoridades, mesmo naquele contexto adverso.

Mas o juiz concedeu o sursis mediante algumas condições, entre as quais a de “não tornar a delinquir” (sim, leitores, houve um tempo no Brasil em que escrever era delinquir), “fixar residência e dela não se ausentar por mais de oito dias a não ser com autorização expressa deste Juízo” e “encaminhar a este Juízo exemplar dos escritos publicados durante o período de suspensão da pena, imediatamente após a sua publicação”. Dali por diante, durante alguns anos, escrevi com o pseudônimo de Kate Morel, por sugestão do jornalista Jefferson Barros.

Guerra sem testemunhas

Meu advogado, em vão, apelou ao Tribunal de Alçada, em Curitiba. O primeiro relator foi Jayme Munhoz Gonçalves, que negou provimento à apelação. O documento final da apelação 445/75, consolidando a negativa, é assinado no Acórdão 2566, pelos desembargadores João Cid Portugal (presidente), Schiavon Puppi (relator) e José Merger.

Aqui concluo este doloroso relato. Eu o fiz porque os leitores merecem que sejam levantados pelo menos alguns dos sete véus que ainda cobrem aqueles trágicos eventos. Em alguns casos foi uma guerra sem testemunhas. É verdade que está tudo resumido e anotado em diários que coleciono desde meus verdes anos.

Registro que me serviram de conforto memorável os apoios que recebi do médico Walter Alberto Pécoits, líder naquela região, vários anos antes, da única revolta social por terras em que os pobres venceram, e de sua esposa, dona Manoela, que viviam em Francisco Beltrão naqueles anos. Mais tarde, René Dotti obteria da União memorável indenização porque seu cliente, Dr. Walter, perdera um olho durante as torturas que lhe foram infligidas.

Há muito mais a contar, mas sempre que mexo nessas feridas ainda dói muito. Doe de novo, agora! ■

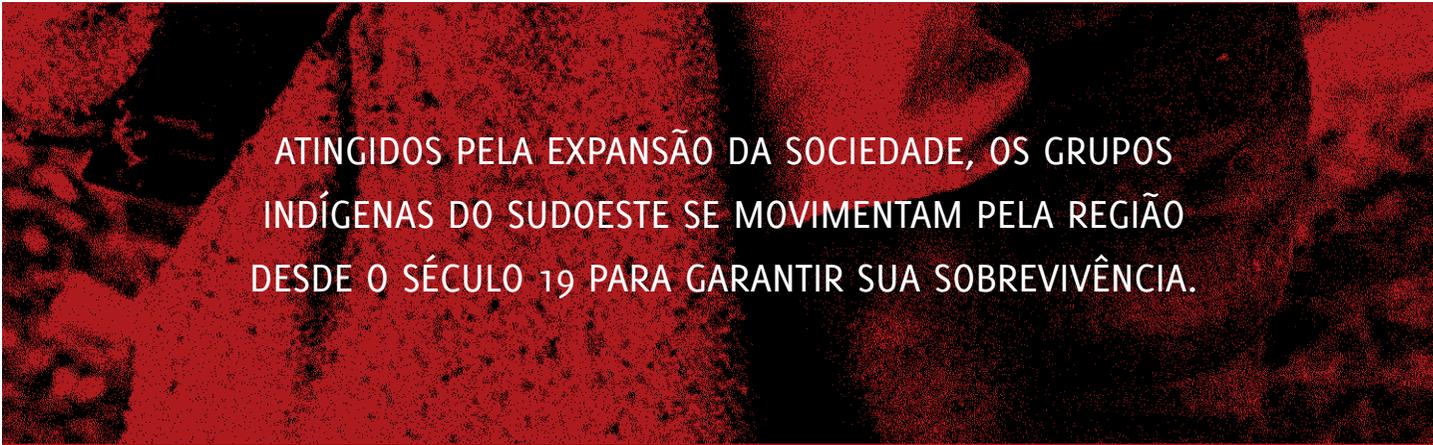
.....
 • Deonísio da Silva é autor de 34 livros, entre eles *O assassinato do presidente* (1994) e *Contos reunidos* (2010). É professor universitário e vice-reitor de extensão da Universidade Estácio de Sá.





Os primeiros ocupantes

por CECÍLIA MARIA VIEIRA HELM



ATINGIDOS PELA EXPANSÃO DA SOCIEDADE, OS GRUPOS
INDÍGENAS DO SUDOESTE SE MOVIMENTAM PELA REGIÃO
DESDE O SÉCULO 19 PARA GARANTIR SUA SOBREVIVÊNCIA.

Com a chegada dos colonizadores aos campos e matas de Guarapuava, no então chamado Oeste do Paraná, os grupos indígenas, habitantes tradicionais da região, foram atingidos pela expansão da sociedade nacional que se instalou e criou a povoação de Atalaia.

Um dos objetivos era a conversão dos indígenas. Uma parte da etnia kaingang não aceitou conviver com os fazendeiros e militares. Houve reação ao contato devido à política oficial de converter os índios para a religião cristã, sob orientação do padre Francisco das Chagas Lima, que participou da Real Expedição em 1810 para a tomada dos Campos de Guarapuava.

Para escapar, uma parte dos kaingang se refugiou nos campos de Palmas e nas proximidades do Covó (nome antigo do Rio Iguaçu). Um grupo se movimentou e se instalou nos Campos de Palmas. Alguns anos mais tarde, outra facção deixou Palmas para fugir dos fazendeiros que passaram a se instalar na região e foi viver também no Covó. É a região em que, hoje, estão situadas as cidades de Mangueirinha, Chopinzinho e Coronel Vivida.

Os kaingang, chefiados pelo cacique Antonio Joaquim Kretãn, ergueram os seus toldos, as suas aldeias. Foram os primeiros ocupantes do Sudoeste do Estado. Narraram para nós, em 1967, os velhos kaingang, quando iniciamos pesquisas etnológicas na região, que os seus ancestrais são os ocupantes dessa área de terras desde 1819. Contaram os índios velhos que seus ancestrais desejavam que a terra que ocupavam historicamente fosse legalizada, por decreto do governo estadual.

Mais tarde, houve interesse do governo em instalar uma Colônia Militar junto ao Rio Chopim, para a defesa das fronteiras. Os kaingang foram encarregados de abrir picadas para a comunicação com Palmas e Guarapuava, eles que são exímios no corte do mato.

Em reconhecimento aos serviços prestados, já que o cacique Kretãn, em nome dos kaingang, não aceitou o pagamento em papel moeda, reivindicando a garantia da posse do território ocupado por eles, o Governo do Paraná decidiu reservar uma área de terras para os indígenas do Ribeirão do Lajeado Grande, do Rio Palmeirinha e do Rio Iguaçu.



Antiga estrada Area Indígena Mangueirinha, hoje PR-281.
Foto C. Helm | 1996



Area Indígena Mangueirinha, às margens do rio Iguaçu, vista da BR 373.
Foto C. Helm | 1996

O governo aceitou. O Decreto nº 64 de 2 de março de 1903 em seu artigo único estipulava:

Ficam reservadas para o estabelecimento de tribos indígenas as terras ocupadas pelas cabildas do cacique Kretãn com as seguintes divisas: a partir da cabeceira do Ribeirão do Lageado Grande à cabeceira do Ribeirão da Palmeirinha e por estes dous rios abaixo até ao Iguassu que será a divisa norte, respeitados os direitos de terceiros.

Ass. Francisco Xavier da Silva e Arthur Pedreira de Cerqueira.

Antonio Joaquim Kretãn

Nas investigações para conhecer a realidade dos fatos que envolveram os kaingang na situação de contato, foram entrevistados os descendentes do cacique que habitam a Terra Indígena Mangueirinha. Também foram consultados documentos que tratam sobre a instalação da Colônia Militar do Chopim. Os kaingang com mais de 60 anos de idade narraram que a terra foi reservada oficialmente para eles devido às ações do cacique. Os indígenas criaram as aldeias da Campina e da Palmeirinha do Iguaçu, em gleba de 17,3 mil hectares.

Com a morte de Kretãn, seu filho José Capanema dirigiu os kaingang locais. Na época, fazendeiros passaram a requerer áreas e se instalaram nas imediações da reserva, que recebeu a designação de Reserva Indígena Cacique Capanema.

Por volta de 1915, um grupo de índios da etnia guarani estava à procura de terras para se instalar na região. Capanema ordenou que instalassem suas aldeias nas proximidades do Rio Palmeirinha. Ali ficaram os kaingang e os guarani. E, até pouco tempo, os kaingang escolhiam o chefe geral, sempre da sua etnia, para dirigir a reserva.

Depois, em Palmas, foi criado um posto do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, para dar assistência aos indígenas. O primeiro censo dos kaingang e guarani, realizado no local pelo indigenista Deocleciano de Souza Nenê, data de 1934. Nele estão arrolados os índios kaingang e guarani chefiados por José Capanema.

A política de redução das terras indígenas

Alguns anos mais tarde, em 1949, no governo de Moysés Lupion, entrou em vigor decreto federal “visando a regularização das terras destinadas aos índios no território daquele Estado”. Houve novas medições de terras, com a reserva sofrendo drástico corte, para 7,4 mil hectares. A área foi dividida: a gleba central era a mais valiosa, devido à reserva florestal de pinheiros, araucária angustifólia.

Os kaingang e os guarani não foram consultados sobre a decisão. Ficaram conhecendo o fato somente em 1961, quando a parte central foi negociada e transferida. Em comum acordo dos que negociaram a terra com o SPI, os indígenas foram levados para as partes norte e sul da reserva indígena.

Muitas famílias reagiram aos deslocamentos e foram punidas. Viúvas e velhos índios que não desejavam deixar o lugar onde haviam nascido e estavam enterrados os seus umbigos foram arrastados e conduzidos para outros locais da terra indígena. Perderam casas e roças. Os guarani, que enterravam os seus mortos no cemitério junto ao Rio Butiá, tiveram de escolher outro local, porque o antigo cemitério ficava na área do centro.

A família Slaviero instalou uma fazenda no centro da reserva. Colocou cercas, construiu casas para seus empregados e não permitiu que os indígenas percorressem o centro da área para caçadas, coleta de pinhões e produção de roças. Foi um longo período de abalos.

Anos mais tarde, na década de 70 do século passado, a Usina Hidrelétrica Salto Santiago foi construída pela Eletrosul no Rio Iguaçu. Algumas famílias guarani foram deslocadas para outro local, devido ao alagamento de uma parte do território indígena da reserva. As indenizações foram negociadas entre a Eletrosul e o SPI e, mais uma vez, os indígenas não foram consultados nem recompensados.

Durante o período em que estiveram administrados pelo SPI, não foram tomadas providências para ingresso na Justiça para mover ação contra os não-índios que ocupavam uma parte da terra indígena. Somente em 1974, a Fundação Nacional do Índio moveu ação para obter o reconhecimento de todas as terras, de domínio da União.



Portal de Entrada da Área
Foto C. Helm | 1996

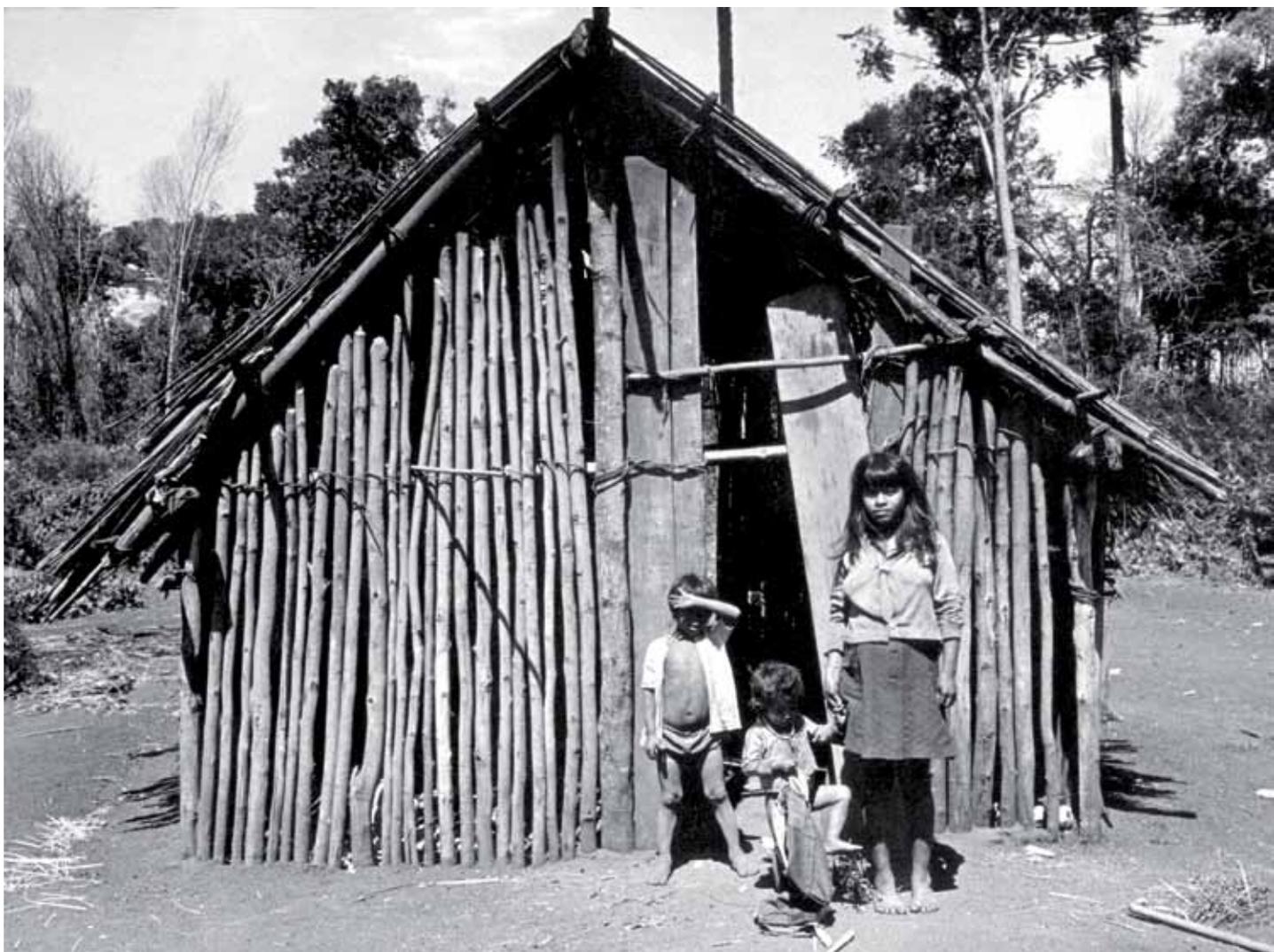


Índios guarani vendendo artesanato na beira da estrada
Foto Ivan Carlos Bueno | Acervo Museu Paranaense

Para os kaingang, toda a terra é deles, como relatou, em 1991, a velha índia Balbina da Luz Abreu: “Estão ocupando a Terra Mangueirinha, antiga Reserva Cacique Capanema, desde o tempo em que não havia morador branco e era só sertão”.

Balbina da Luz Abreu contou: “O vovô (o cacique Kretãn) ganhou as terras do governo e veio uma gente querer a terra e queimaram os marcos, invadiram e ficou pequena a nossa terra. O cacique José Capanema mediu as terras e esteve no Rio de Janeiro”.

Na década de 1980, os kaingang e os guarani planejaram expulsar os não-índios da parte do centro da reserva. Com o apoio de outros caciques de terras indígenas situadas nos três estados do Sul, atacaram a fazenda e retiraram os funcionários da indústria madeireira que ocupavam o local. Assim, a Terra Indígena voltou a ser ocupada em toda a sua extensão pelas etnias guarani e kaingang. As ações continuaram a tramitar na justiça.



Crianças guarani em frente a casa | Foto Carlos Ruggi | Acervo Museu Paranaense

A Constituição da República Federativa do Brasil e os índios

Em 1988, a nova Constituição Federal reconheceu os direitos dos indígenas de permanecer nas terras que ocupam. No Paraná, foi recomendada a elaboração de laudo antropológico sobre a Terra Indígena Mangueirinha, notadamente sobre a parte B, a central, da antiga reserva. Fui convidada para elaborar a perícia e o laudo antropológico. O documento contribuiu para fundamentar a sentença dada pelo juiz federal Mauro Spalding:

“Reconheço a posse indígena dos índios Kaingang e Guarani sobre a Gleba B da Colônia K e, conseqüentemente, o domínio da União Federal sobre as mesmas e, se referidas terras eram ocupadas pelos índios, eram constitucionalmente de domínio da União”.

A sentença foi ratificada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Ayres Britto.

Os indígenas localizados no Sudoeste do Paraná, na Terra Indígena Mangueirinha, primeiros habitantes do local, que contribuíram para a construção de estradas na região, permanecem ocupando sete aldeias na região, coletando pinhões, erva-mate, pescando no Rio Iguazu e em seus afluentes. Praticam uma agricultura de subsistência que garante sua sobrevivência.

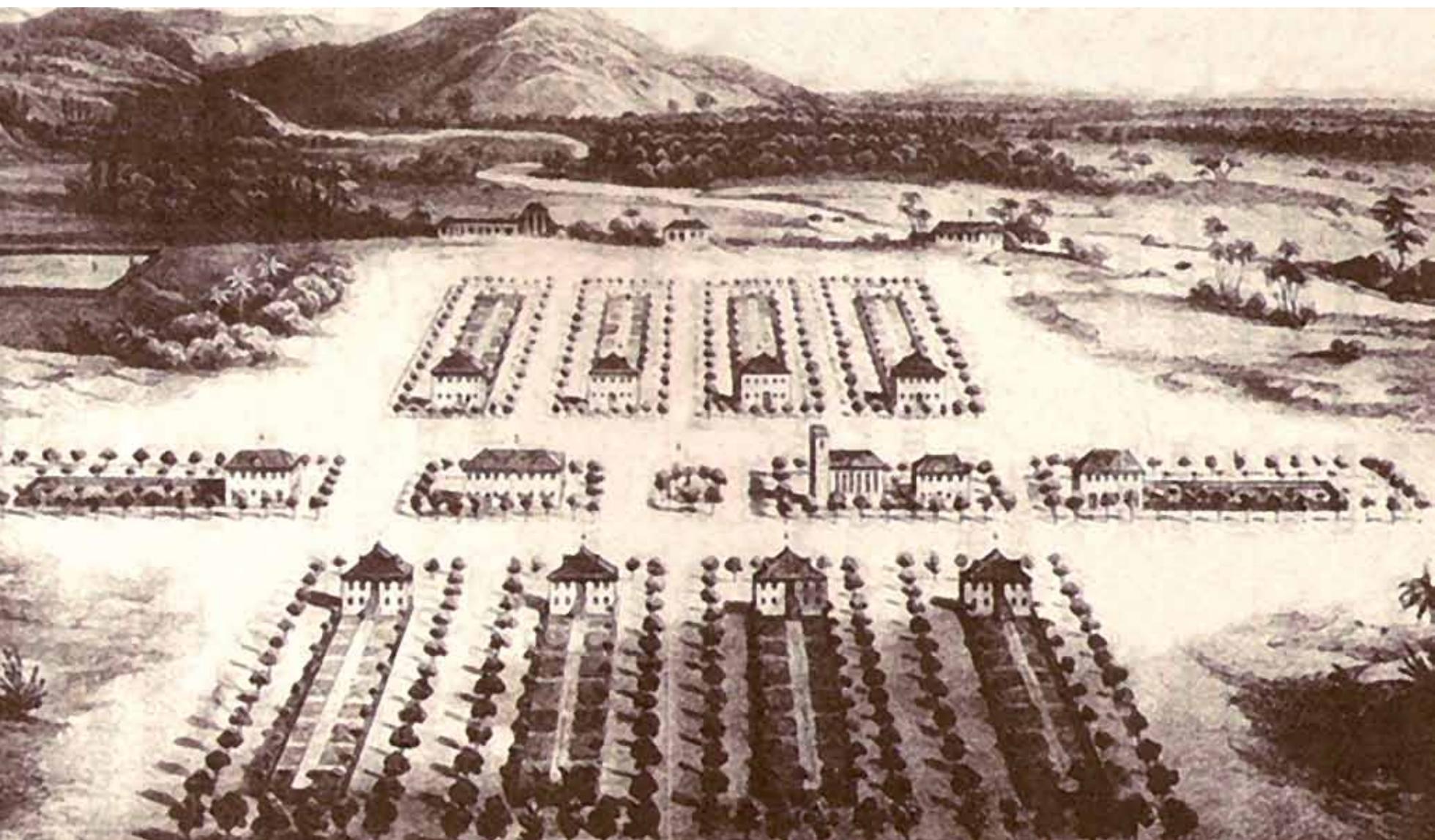
Alguns são contratados como diaristas para realizar tarefas em sítios da região. Visitam cidades para vender seus artesanatos de taquara, notadamente os guarani. Possuem atualmente casas de alvenaria, escolas, enfermarias, igrejas de diferentes credos e dois centros culturais em que são realizados eventos, encontros culturais e reuniões entre chefes indígenas e o Conselho Indígena. ■

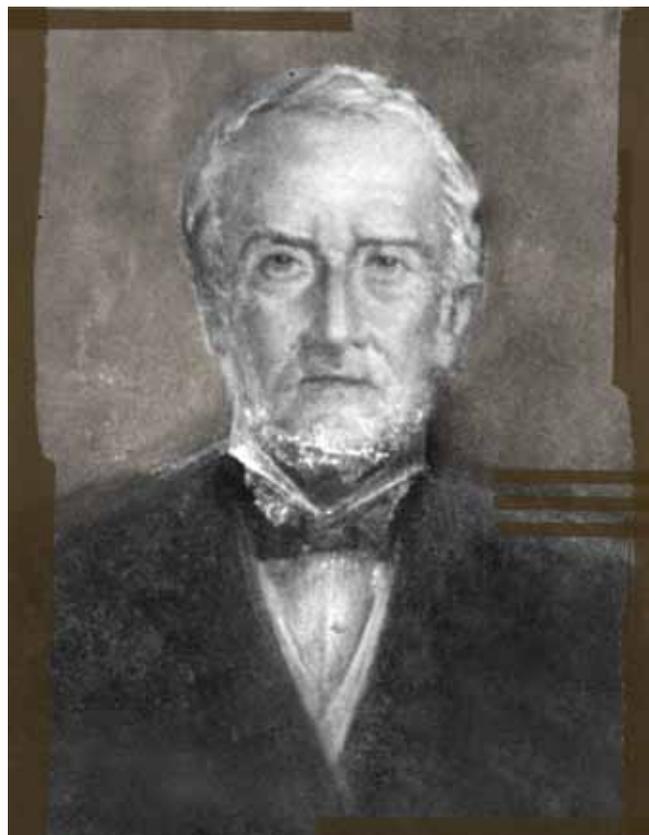
.....
● Cecília Maria Vieira Helm é antropóloga, professora titular
● aposentada da UFPR, membro da Academia Paranaense de
● Letras e da diretoria da Associação Brasileira de Antropologia.



Uma utopia nas margens do Rio Ivaí

por JOSUÉ CORRÊA FERNANDES





Retrato a óleo de Dr. Faivre | Academia Nacional de Medicina, RJ.

JEAN-MAURICE FAIVRE ABRIU MÃO DA VIDA NA CORTE E DE UMA REDE DE RELAÇÕES COM NOTÁVEIS PARA LEVAR AO INTERIOR DO PARANÁ IDEIAS E PRÁTICAS HUMANITÁRIAS NO SÉCULO XIX.

Muitas vezes, quando prefeito de Prudentópolis, atravesssei na velha balsa, que faz a travessia do Rio Ivaí desde 1920, para chegar ao município de Cândido de Abreu e visitar a localidade de Tereza Cristina, berço da numerosa família Corrêa e de minha mãe.

A parada obrigatória era diante da placa de bronze embutida em pedras roliças retiradas do mais extenso afluente do Rio Paraná, na qual se encontra gravada parte do elogio fúnebre feito pelo Barão de São Félix ao Dr. Jean-Maurice Faivre, em sessão magna da Academia Imperial de Medicina que contou com a ilustre presença do Imperador D. Pedro II.

Naquela época, em 1973, jovem ainda, cheio de ideais, ansioso por entender o mundo e por extinguir as desigualdades, punha-me a pensar nas verdadeiras razões que levaram, em 1847, o médico, botânico, mineralogista e filósofo francês a se internar naqueles ermos desprovidos de qualquer acesso ou de mínimos recursos para fundar uma colônia agrícola com visos do incipiente cooperativismo imaginado por Robert Owen ou do socialismo utópico abraçado por Charles Fourier, Saint Simon e outros.



Por informações verbais de familiares e de pessoas antigas da comunidade, sabe-se apenas que Faivre era um homem generoso, humanitário e que o seu objetivo primordial era o de tornar virtuosos e felizes todos aqueles que acorressem ao seu chamado, abrindo aquela que foi uma das primeiras clareiras de civilização no interior do Paraná.

Um francês no Paraná

Faivre era sintonizado com o mundo das ideias e com as personalidades do seu tempo. Foi médico de confiança da Imperatriz Tereza Cristina (cujo primeiro parto realizou), assistente de José Bonifácio de Andrada e Silva, a quem ajudou a embalsamar e a conduzir à última morada. Atuou como conselheiro de Zacarias Góes de Vasconcellos, o primeiro presidente da Província do Paraná, tendo recebido as comendas da Ordem de Cristo e da Ordem da Rosa, que D. Pedro II lhe outorgara em razão de suas pesquisas e estudos sobre a hanseníase, e foi um dos cinco fundadores da Academia Imperial de Medicina.

Apesar de todas as relações, Faivre viu chegar o momento de abandonar a Corte e seu mundo cintilante para se internar em pleno sertão e, ali, viver a grande saga de sua vida, merecendo, por isso, os especiais qualificativos de “apóstolo ensaiador” e “mártir da civilização”, nas palavras de seu confrade Félix Martins.

Quais os motivos o teriam levado a dedicar sua energia para agir no interior paranaense? Francês, nascido em 21 de setembro de 1795 na Grange Combe Raillard, pequena comunidade rural integrada ao município de Saint-Maurice, Departamento do Jura, Faivre formou-se em Medicina pela Faculdade de Paris e, em 1826, migrou para o Brasil, passando a trabalhar no Hospital Militar da Corte, ajudando a fundar, três anos depois, a atual Academia Nacional de Medicina.

Mortas a esposa Anne Taulois e a filha recém-nascida Marie Anne, resolve, então, dar um sentido novo e definitivo à sua vida: primeiro, por convocação que D. Pedro II faz à Academia Imperial de Medicina, aceita a difícil tarefa de estudar as propriedades medicinais das águas de Caldas Novas que, pensava-se, curavam as dezenas de leprosos que viviam em seu entorno. Então, convive com os doentes por cerca de dois anos; faz autópsias para descobrir a causa da moléstia; analisa os componentes dessas águas quentes que fazem de Caldas Novas, hoje, um dos maiores centros hidroterápicos do mundo; escreve um livro a respeito de suas experiências e da vida que manteve com as pessoas na região de Goiás.

Volta ao Rio de Janeiro e, devido ao relacionamento com a Imperatriz Tereza Cristina, recebe 20 contos de réis e parte para a França, onde arrebanha vinte e cinco famílias, num total de 63 pessoas, e com esse contingente freta o barco dinamarquês Fides, saindo de Antuérpia dia 21 de dezembro de 1846 em direção ao Brasil e a então Província de São Paulo. Cinquenta e dois dias depois, chega ao porto de Antonina e, com seus amigos e seguidores,

sobe a pé e a cavalo os ínvios caminhos da Serra do Mar, rumo ao local onde fincaria as raízes do estabelecimento de seus sonhos — Thérèseville — em terras indicadas pelo Barão de Antonina e cuja posse lhe fora repassada pelas autoridades do Império.

Ideais em prática

Antes de chegar a seu destino, Faivre passa por Ponta Grossa e, após abrir picadas na floresta densa, encaminha-se às barrancas do Ivaí. Instalado no local primitivo, mas acossado por kaingang que habitavam a região, muda-se para outro ponto, descendo — então — até à confluência dos rios Ivaí e Ivaizinho, onde finalmente implanta a sede definitiva da almejada Colônia, que considera “franco-brasileira”.

Começam, então, os trabalhos exaustivos de derrubada da mata, construção das primeiras habitações, limpeza dos terrenos que abrigariam as primeiras culturas — café, algodão, milho, cana de açúcar, baunilha etc. Ao lado dessas medidas práticas, Faivre, de próprio punho, escreve posturas e avisos disciplinando o uso das terras agricultáveis e a manutenção do perímetro urbano, ao mesmo tempo em que estabelece regras de convivência e de organização administrativa.

Os seus conterrâneos, pouco afeitos ao isolamento e ao ambiente hostil da floresta, abandonam o local, ora se instalando em Ponta Grossa ou na nascente localidade de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava.

Apesar da adversidade, Faivre continua firme nos ideais de implantar uma sociedade igualitária, sem lugar para a escravidão e para o individualismo, onde todos trabalhassem sob princípios regidos pela fraternidade e pelo espírito solidário: a Colônia Tereza, escrevia ele ao próprio Imperador, seria “uma vila modelo — suas casas construídas dentro de princípios higiênicos e seguros; o trabalho será regrado e feito em harmonia com as necessidades e as forças do homem; e a agricultura será honrada e praticada como o elemento principal da prosperidade geral e da felicidade individual, produzindo a abundância que implanta a paz e abre os corações à generosidade”.

Ao mesmo tempo em que dedica energia para instalar a Vila Agrícola Tereza Cristina (denominação que deu em homenagem à Imperatriz, sua amiga e benfeitora), Faivre também leva em conta a navegabilidade do Rio Ivaí até o local em que o mesmo desemboca no Rio Paraná. Por isso, faz várias expedições exploratórias, demorando-se nas ruínas da antiga cidade espanhola de Villa Rica del Espiritu Santo, na confluência do Corumbataí com o Ivaí.

Nos arredores de Tereza Cristina, descobre mina de sal gema, uma fonte de água sulfurosa que depois foi canalizada para diversas residências. Também incentiva o plantio de diversas espécies agrícolas, havendo sido o primeiro a adotar,





no plantio do trigo, o revolvimento do solo com o uso de arados que trouxe do Rio de Janeiro, nas seguidas viagens que fazia a partir do Porto de Paranaguá. Introduz a criação do bicho da seda, instala moinhos, forja, olaria e alambique, abre estradas carroçáveis que ligam a Colônia com Ponta Grossa e outra, mais estreita, que demanda à vila de Guarapuava.

Descobre vestígios de reduções semeadas a partir do século XVI, como as de Jesus Maria e São Paulo, Ivaí acima, e Los Angeles e São Thomé, Ivaí abaixo, que, juntamente com outras, formavam o que Aires Casal chamou de “Reino Espiritual Jesuítico”.

Socialismo utópico



A futura Colônia Agrícola Tereza Cristina, no começo do século XX.

Resguardando os valores da família e da religião, Faivre entendia que as diferenças de classes entre os homens promanavam do simples fato de uns terem mais do que os outros, tornando-se necessária, por consequência, a coletivização dos bens da vida e sua posterior distribuição na medida do que cada um precisasse. Isso, dizia ele, aniquilaria o egoísmo e os conflitos, promovendo a concórdia e o amor fraternal em pedras de toque de uma nova civilização.

Não encarava como fatais e imutáveis os patamares que atingiam a condição humana, fazendo de uns, miseráveis, e de outros, abastados. Daí porque, entre essas duas alternativas, não quis ser um revolucionário, estabelecendo a ruptura pela força das armas, mas chamou a si a condição de reformador, pregando o evangelho da igualdade e do desprendimento.

É quase certo que punha em prática orientações filosóficas que então floresciam na Europa. Mas como apóstolo dessa profunda reforma social, também exercitava pensamentos próprios, considerando o dinheiro como obstáculo número um da felicidade humana. Para ele, mostrava-se perfeitamente possível que os homens, trabalhando em comunhão de esforços, suprissem suas necessidades sem que um

fosse mais rico que o outro e sem que surgissem castas, separando pela fortuna aqueles que eram iguais na essência. Contudo, não abraçou o anarquismo e nem apregou o socialismo científico ou o materialismo ateu.

Foi apenas um daqueles que aparecem de séculos em séculos, defendendo o primado da harmonia e da fraternidade, e nessa crença empenhando bens, dons culturais e a própria vida.

Lembro, emocionado, das impressões gravadas pelo engenheiro inglês Thomas Plantagenet Bigg-Wither, chegado à Colônia Tereza Cristina 14 anos depois da morte de seu fundador, no livro *Novo caminho do Brasil meridional*: entre outras coisas, encontrou, na velha casa assobradada que serviu de residência a Faivre, um quadro pintado a óleo provavelmente pelo mapeador e homem de confiança do Barão de Antonina, o norte-americano John Henry Elliot. Nele, Jean-Maurice aparece ao lado do mapa da Província, apontando, com olhar messiânico, o exato local em que fora instalada a Colônia Tereza Cristina, numa viva demonstração de que ali, naquela mata, seria erguida uma grande cidade, reduto da igualdade, de solidariedade e de amor pelo trabalho simples do amanhã da terra, a qual teria comunicação não apenas com o Rio Paraná mas com o próprio estuário do Rio da Prata.

Quimera socialista, sonho igualitário, germe do cooperativismo brasileiro, a obra do Dr. Faivre terminou no dia 30 de agosto de 1858, quando faleceu, aos 63 anos, no posto que sempre almejou. Enterrado em algum ponto de Tereza Cristina, hoje um florescente distrito do município de Cândido de Abreu, esse corajoso homem deixou para sempre um rastro de luz inapagável e um testemunho redivivo de crença na humanidade e de amor pelos semelhantes. ■



Primeira leva de imigrantes poloneses.



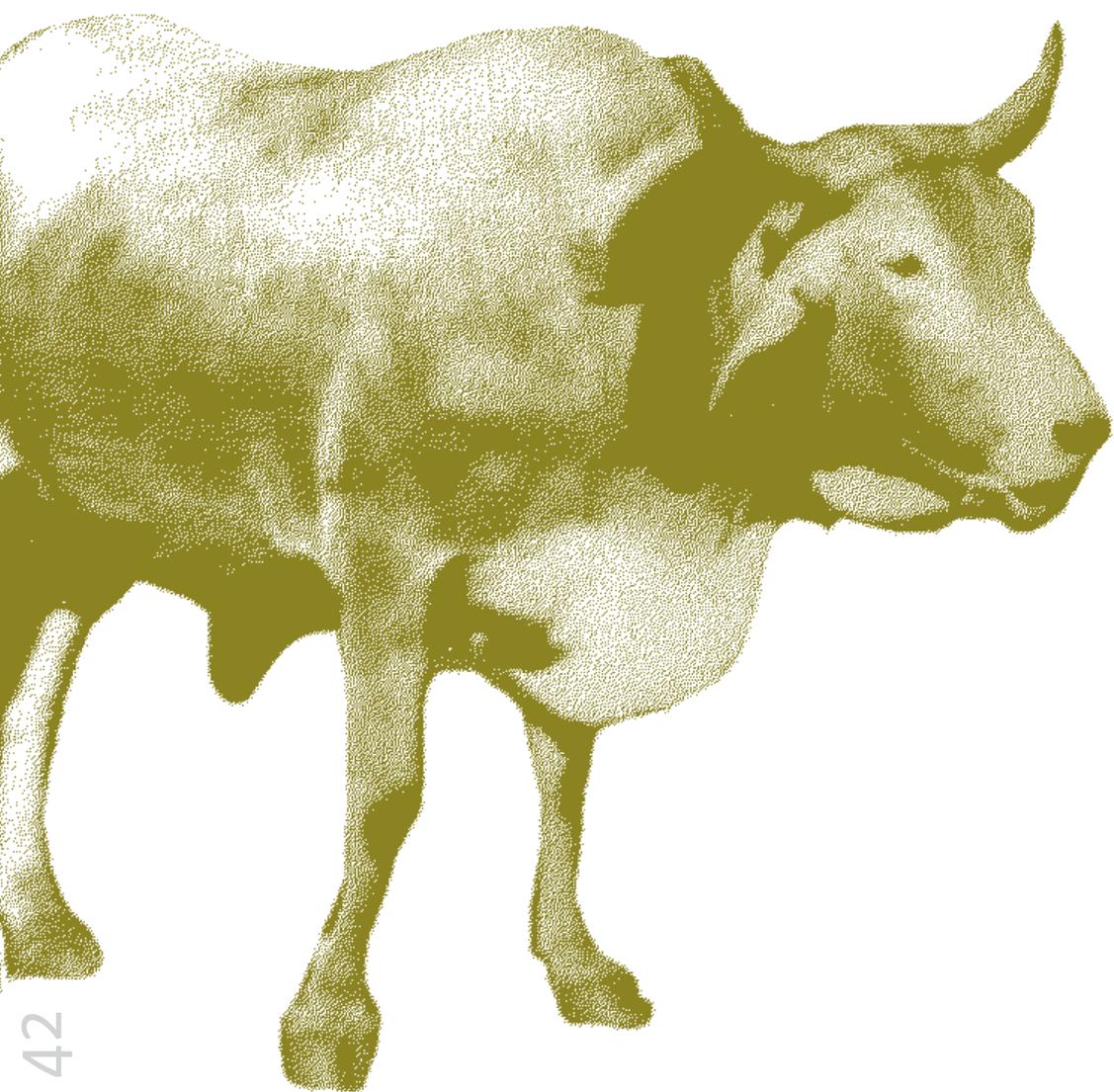
Construção da Cooperativa Tereza Cristina.

.....
 • Josué Corrêa Fernandes é historiador, advogado, juiz aposentado
 • e ex-prefeito de Prudentópolis. Escreveu o livro *Saga da Esperança:
 • Socialismo utópico à beira do Ivaí*, do qual as fotos que ilustram
 • este artigo foram tiradas.

M emórias da Terra

por DAVI F. SCHREINER

A FORMAÇÃO DA REGIÃO OESTE DO ESTADO É MARCADA POR MUDANÇAS IMPRESSIONANTES, OCORRIDAS NA VELOCIDADE E NO RITMO DA CONTEMPORANEIDADE.





Transporte de madeira em carros de boi, na área central da atual cidade de Marechal Cândido Rondon. Acervo | Cepedal/Unioeste

O Oeste do Paraná

é descrito como uma região de beleza ímpar nas narrativas dos viajantes de fins do século XIX e da primeira metade do século XX. Uma densa floresta com enormes pinheiros, rios e quedas de água. Estavam falando para si, para seus contemporâneos e para a posteridade, em descrições que ainda encantam os leitores. Ao rememorar como eram tais paisagens, tecendo um olhar comparativo com as da atualidade, percebemos que foram vividas, recriadas ou destruídas, em parte ou totalmente, por homens e mulheres.

Trata-se de um espaço diverso, multifacetado, constituído por sujeitos de diferentes origens, culturas, classes sociais e etnias (descendentes de alemães, italianos, ucranianos, poloneses, japoneses, entre outros). Expressões como “celeiro agrícola”, “polo do agrobussines”, “colonização de gaúchos e catarinenses”, utilizadas não raras vezes para designar o Oeste, são dimensões importantes, mas não abarcam a riqueza e diversidade da formação sociocultural da região.

Seu tecido histórico-cultural é permeado por experiências que se entrecruzam, permanências e excepcionais transformações que nos fazem olhar para as múltiplas temporalidades e para as ações dos personagens sociais na formação desse espaço social. A formação da região se fez por mudanças impressionantes, ocorridas na velocidade e no ritmo da contemporaneidade.

“Obrageros”, “mensus” e “colonos” formam a tríade central dos sujeitos de ação da história de ocupação e colonização do Oeste do Paraná, na leitura do renovado historiador paranaense Ruy C. Wachowicz. As “obragens” eram extensas propriedades cujo interesse principal do obragero era a exploração de madeira e da erva-mate. A colonização em regime de pequena propriedade não lhe afigurava como empreendimento fundamental.

Essa forma de exploração, típica na Argentina e no Paraguai, passou a ser instalada, em fins do século XIX e meados do século XX, à margem esquerda do Rio Paraná. Surgiram, assim, inúmeros portos da foz do Rio Iguazu até os Saltos de Sete Quedas, no atual município de Guaíra. Às obragens acorreram ou foram recrutados milhares de trabalhadores, os mensus, cuja maioria era paraguaia e guarani.

O cotidiano vivido pelos mensus, nas crônicas de viajantes da primeira metade do século XX, era de trabalho árduo e dependência financeira à empresa. Ao chegar numa

obrage, o peão tinha aberta uma conta corrente e lhe era dada uma antecipação, o “antecipo”. Ao terminar o limite, recebia uma espécie de vale por escrito, e, assim, contraía dívida que o mantinha preso ao patrão.

Os mensus habitavam ranchos espalhados pela mata, cobertos por esteiras feitas de folhas de taquara. A alimentação era precária. A exploração, os espancamentos, o controle rígido para evitar fugas e assassinatos dão contornos cruéis àquele cenário de outrora. Essas práticas também se estendiam às mulheres e aos filhos dos trabalhadores, “escravos” na acepção do tenente João Cabanas, que esteve na região durante a revolução de 1924.

No Oeste do Paraná e no seu entorno, destacam-se a obrage de Dom Júlio Thomas Allica e a da Companhia Matte Laranjeira. Allica era considerado um dos mais impiedosos e violentos proprietários, com seus cerca de 2 mil peões. Estendeu seus domínios do Porto Artanza, onde possuía uma propriedade de 400 alqueires, a centenas de quilômetros, chegando a alcançar a região de Cascavel e Campo Mourão.

A maior parte da erva-mate e madeira comercializada por Allica foi extraída em terras da Brazil Railway Company através de sua subsidiária, a Braviaco, a qual pagava taxas para obter tais recursos naturais. Talvez Allica não tenha estendido ainda mais seus domínios porque chegou às terras de posse da Companhia Mate Laranjeira, com sede em Guaíra.

Assim como Allica, a Mate Laranjeira transportava a erva-mate e a madeira (extraídas no Mato Grosso e em terras no Oeste do Paraná) até a Argentina através do Rio Paraná. Para este fim, a Companhia construiu uma infraestrutura que incluía armazéns, correios, portos, estrada de ferro entre o Porto de Guaíra e o Porto Mendes e linha telegráfica. Informações indicam que a receita financeira da Companhia era seis vezes superior à receita do estado do Mato Grosso. Essa força econômica também se fez política, evidenciada, por exemplo, na concessão pelo estado do Paraná, em 1916, de 10 mil hectares de terras devolutas e isenção de impostos estaduais por 30 anos.

O Estado, todavia, durante a primeira metade do século XX retomou algumas poucas concessões de empresas, que extraíam e comercializavam madeira sem proceder efetivamente à colonização, como previam os termos dos contratos firmados. Com o tempo, sobretudo a partir dos



Cultivo de mandioca, pé de 106 KG, Porto Mendes, Marechal Cândido Rondon, 1953. Acervo | Cepedal/Unioeste

anos 1940, a atividade da extração de mate entrou em declínio. E a comercialização de madeira foi sendo conjugada com a venda de lotes de terra pelas colonizadoras, em sua maioria, para colonos teuto e ítalo-brasileiros, migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Fragmentos da colonização

Às famílias que se tornariam migrantes chegavam informações estimulantes sobre as terras do Oeste do Paraná. Cartas de parentes, propagandas de venda de terra e relatos de viajantes contribuíram para a elaboração de um imaginário em relação à região. Expressões como “paraíso terrestre”, “uma nova pátria” e “terra prometida” fascinaram e mobilizaram as pessoas para que empreendessem mudança por um pedaço de chão.

Até meados dos anos 1940, a ocupação da região era rarefeita. O processo de colonização foi intensificado naquela década, no contexto do desenvolvimento do programa Marcha para o Oeste do governo federal. O esforço deste programa se fez sob a ótica do nacionalismo, dimensão da política ideológica do Estado Novo. O que se pretendia era que as fronteiras econômicas coincidisse com as fronteiras políticas.

O sentimento de brasilidade impunha, na visão de Getúlio Vargas, a ocupação do território por meio da colonização. Neste processo, a propriedade privada da terra se expandiu, como meio de produção e como objeto de especulação imobiliária.

Neste terreno movediço, a cultura política agrária regional se fez também pela ação de “grileiros de terra”, que utilizavam de práticas simbólicas e violentas, como



Transporte de madeira, na atual cidade de Marechal Cândido Rondon, em 1954. Acervo: Cepedal/Unioeste

ameaças, agressões físicas, queima de casas e até assassinatos (designados como “limpeza de área”), para expulsar pequenos posseiros, legítimos donos ou não de pequenas parcelas de terra.

Diversas empresas participaram da colonização da região, entre as quais a Colonizadora Madeireira Rio Paraná – Maripá, que atuou nos atuais municípios de Toledo, Marechal Cândido Rondon e outras cidades circunvizinhas, e a Pinho e Terra, com atividades em Cascavel e arredores.

As empresas optaram pela colonização centrada na pequena propriedade familiar. Vendiam, em geral, colônias de 10 alqueires. Uma colônia equivale a 10 alqueires paulistas (24 hectares). Nelas, buscavam que os migrantes desenvolvessem a policultura e a criação de animais. A produção deveria ser destinada ao consumo familiar e para o mercado. E, desse modo, os empresários anteviram a

possibilidade da industrialização, da qual as suas próprias empresas participariam.

Nesta perspectiva, priorizaram a venda dos lotes para colonos descendentes de europeus imigrantes do século XIX do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. A Colonizadora Maripá, em seu plano de colonização, manifesta claramente qual o tipo humano escolhido para a comercialização das terras e constituição de comunidades: “o descendente de imigrantes italianos e alemães”, “de mão de obra esmerada”, “de maior valor produtivo”, “primado pela sua operosidade e pelo seu amor à terra em que trabalha”.

Os anos iniciais dos migrantes na nova terra eram árduos. As dificuldades eram muitas: derrubar a floresta, cultivar produtos agrícolas, construir moradias e galpões de madeira. Também havia dificuldades para a comercialização dos produtos agropecuários. A imagem que

permaneceu nas lembranças oficiais é a do migrante como personagem heroico que sobreviveu a tudo isso, por meio do trabalho.

Esse discurso, disseminado pela teia social, contribuiu para obliterar a presença de outros sujeitos sociais, como os trabalhadores dos cultivos de hortelã, e a atuação das mulheres no processo de colonização. Do chão da cozinha, dos afazeres domésticos, à enxada e arado na mão nos roçados e na colheita, trabalhavam ativamente, não raras vezes, em jornadas de três turnos.

Também produziu a ideia do migrante teuto e ítalo-brasileiro como um colono que se tornou próspero, enriqueceu nas novas áreas de colonização. De fato, muitos obtiveram êxito. Adquiriram mais terras e se tornaram grandes produtores rurais do agronegócio.

Tal modo de produção agropecuária é, atualmente, predominante na região. As bases desse modelo se fizeram a partir da chamada “revolução verde”, que priorizava a mudança nas técnicas agrícolas em relação às mudanças na propriedade da terra. Esta forma de “desenvolvimento” produziu a denominada modernização conservadora da agricultura, entre as décadas de 1960 e 1980. Amalgamada a esse processo a construção de usinas hidrelétricas, o Oeste conheceu a emigração de milhares de famílias do campo para as cidades e outras regiões do país.

As famílias não tinham muito o que levar. Quase tudo o que possuíam cabia em sacolas e bolsas, mais conhecidas como “sacos de estopa”, usados para armazenar e transportar cereais ou ração para animais. Nelas, acomodavam alimentos para a longa viagem, panelas, sementes, roupas e ferramentas para o trabalho árduo na terra prometida pelo governo federal em projetos de colonização.

A política de transferir trabalhadores sem terra para outras regiões buscava minimizar os conflitos pela terra, evitando um fenômeno mais amplo de luta pela reforma agrária. Todavia, não foi suficiente para impedir o surgimento de movimentos de luta pela terra, como o Movimento Justi-

ça e Terra, dos atingidos pela construção da Itaipu, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e o Movimento de atingidos pelas Barragens do Rio Iguaçu – Crabi/MAB.

Tessituras do presente

Ao olhar para o cenário que se produziu no Oeste, desde a ocupação e colonização da região, capta-se, como uma das dimensões da identidade regional, uma cultura do trabalho. Essa cultura se fez, de diversos modos, nas trajetórias de vida dos múltiplos sujeitos sociais, do campo e da cidade, alterando a paisagem natural da região.

Desta tessitura, não poderíamos deixar de registrar a rápida urbanização, como das cidades-polo de Foz do Iguaçu e Cascavel, a forte presença da agropecuária moderna, com eventos para a promoção de sofisticadas tecnologias (como o Show Rural, realizado a cada ano em Cascavel), da cultura e do turismo que se faz nas festas típicas dos municípios, como a Festa do Boi no Rolete, em Marechal Cândido Rondon, do lazer nas praias artificiais ao reservatório de Itaipu, do turismo nas Cataratas do Iguaçu, uma das Sete Maravilhas do Mundo, e da própria Usina de Itaipu.

Não se têm as mesmas paisagens intocadas como as de outrora, descritas nas narrativas de viajantes e cronistas, todavia, recriadas como ambiências. O verde da floresta, em pouco menos de um século, foi gradativamente substituído pelo verde das plantações de milho, soja, trigo e outros cultivos.

Neste contexto, a educação ambiental, a preservação e a recuperação ambiental, a exemplo das ações do Programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional, e as experiências agroecológicas de agricultores familiares estão se fazendo como novos possíveis de uma cultura para um novo tempo. ■



Tempos do **Doutor**
Walter

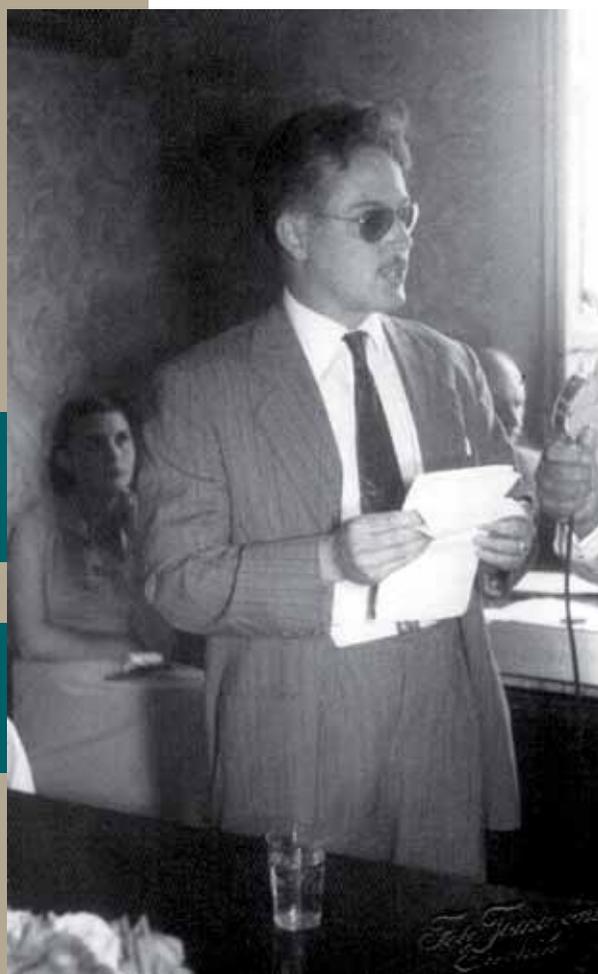
Walter Alberto Pecoits (1917-2004), médico gaúcho, fez história em Francisco Beltrão, cidade da qual foi prefeito. Eleito deputado estadual, foi preso e torturado pelo governo militar, perdendo uma vista. Teve seus direitos políticos cassados e jamais voltou a disputar eleições.

Foi dono de hospital, empresário de comunicação e fazendeiro, entre outras atividades. Casado com D. Manoela, teve três filhos.

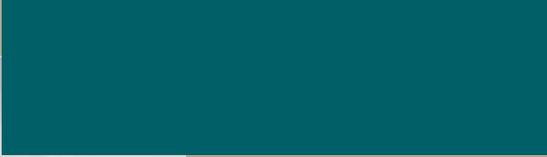
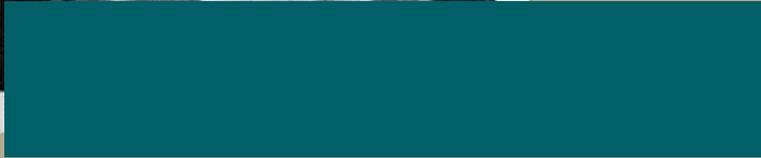
As fotos que compõem este ensaio são do arquivo da família, cedidas graciosamente. Mostram uma época em que o Sudoeste estava sendo construído, com a participação fundamental deste homem conhecido por seu invejável humanismo.

São imagens de cenas familiares e eventos políticos, inclusive do comício em Pato Branco para o anúncio da criação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste – Getsop, com a presença do presidente João Goulart, do governador Ney Braga e de líderes da região.

O Hospital Regional do Sudoeste, em Francisco Beltrão, foi inaugurado em 2010, com o nome de Hospital Regional Dr. Walter Alberto Pecoits.











O inferno de Catanduvas

O REPÓRTER DOMINGOS MEIRELLES NARRA TODO O CONTEXTO QUE ENVOLVEU A PASSAGEM DA COLUNA PRESTES PELO PARANÁ.



Nas trincheiras da Serra de Medeiros, no interior do Paraná, podia-se ouvir a conversa dos inimigos e sentir até o cheiro forte do café servido às sentinelas do Exército para que não fossem abatidas pelo sono. A distância das valas, escoradas com tronco de árvores, era de 300 metros, o que permitia que as tropas observassem a rotina do inimigo a olho nu. Em algumas noites, o lamento sofrido de uma viola lanhava ao mesmo tempo a alma dos rebeldes e das forças do governo que há cerca de cinco meses trocavam tiros e agressões verbais, insultando-se mutuamente, além de alfinetarem-se com todo tipo de provocações.

Nessas madrugadas, quando as armas deixavam de fumar, o que feria o peito era a saudade da família. Eram noites difíceis de suportar. Muitos começavam a se perguntar o que faziam ali, enfiados naqueles buracos, onde viviam como ratos.

As trincheiras estavam alagadas há vários dias em consequência das fortes chuvas que se abateram sobre a região. Os combatentes dos dois lados estão com água pelos joelhos e padecem de doenças infecciosas como tifo e disenteria bacilar. A situação do lado rebelde era ainda mais desesperadora. Eles não dispunham de medicamentos e assistência médica. Alguns estavam tão magros que pareciam esqueletos cobertos de pele.

O cessar-fogo firmado entre o governo e as tropas revolucionárias era constantemente interrompido, com revoltos e legalistas acusando-se de violarem a trégua. As granadas, lançadas a curta distância, e os ataques à baioneta deixavam sempre muitos mortos e feridos naquela batalha desigual.

A tática que o Exército adotara, de encurralar o inimigo, obrigando-o a cavar trincheiras para depois asfixiá-lo, inspirava-se na chamada “guerra de posição”, consagrada durante a Primeira Guerra Mundial. Esse conceito, que levava os aliados à vitória, era uma espécie de manual de combate, tanto nos quartéis como nas escolas de formação de cadetes, após a chegada da Missão Militar Francesa, em 1920.

A vanguarda revolucionária espalhava-se por uma linha de defesa irregular que ziguezagueava por cerca de 300 quilômetros. Ao ocuparem o arrabalde de Catanduvas, os rebeldes conquistaram um ponto privilegiado, na crista da Serra de Medeiros, de onde podia-se controlar a única passagem do planalto de Guarapuava para o canyon do Médio Paraná. Essa posição estratégica impedia o avanço das tropas legalistas sob o comando do General Cândido Rondon, que instalara seu QG em Ponta Grossa.

A vanguarda tinha ainda a missão de proteger o grosso da tropa acantonado em Foz do Iguaçu. Nessa região, que fazia fronteira com Argentina e Paraguai, cerca de 2 mil rebeldes, armados com fuzis e 20 canhões, aguardavam a chegada de reforços que chegariam do sul sob o comando do Capitão Luís Carlos Prestes.

Com efetivo superior ao dos amotinados (o Exército reunira cerca de 4 mil homens em Catanduvas), as tropas legalistas mantinham os rebeldes isolados no alto do morro. Com as linhas de comunicação e abastecimento cortadas, há



cerca de dois meses que não recebiam víveres, uniformes, remédios e munição de Foz do Iguaçu. Alimentavam-se apenas de milho, palmito, frutas e da caça existente na região. A única água que bebiam era a da chuva.

A maioria dos revoltosos era formada por soldados e oficiais da Força Pública de São Paulo que tinham hábitos urbanos, além de um punhado de imigrantes que havia lutado nos batalhões estrangeiros formados às pressas para enfrentar o Exército. Nas trincheiras rebeldes de Catanduvás havia cerca de 600 homens, em sua maioria soldados que policiavam o centro da capital paulista, sem nenhuma intimidade com a vida do campo. A fome e as doenças, como o impaludismo, produziam mais baixas do que o fogo inimigo.

A maioria dos rebeldes participara da revolta ocorrida em São Paulo na madrugada de 5 de julho de 1924. Tropas amotinadas da Força Pública tomaram de assalto os quartéis do bairro da Luz, no centro da cidade, e cercaram a sede do governo no Palácio dos Campos Elíseos. O objetivo dos revoltosos era marchar em direção ao Rio e depor o Presidente Artur Bernardes, a quem acusavam de ter ofendido o Exército e ser o responsável por todas as mazelas da República Velha. O movimento contava também com a participação de dezenas de jovens oficiais e cadetes do Exército envolvidos no fracassado levante do Forte de Copacabana, em 1922, que viviam clandestinamente em São Paulo.

A rebelião começou a perder musculatura na madrugada do levante, mesmo depois de vitaminada com a adesão de várias unidades do Exército sediadas na capital e cidades vizinhas. Apesar de planejarem o levante durante dois anos, os revolucionários cometeram um pecado mortal do ponto de vista militar: esqueceram-se de cortar as ligações telefônicas e telegráficas da cidade com o resto do país.

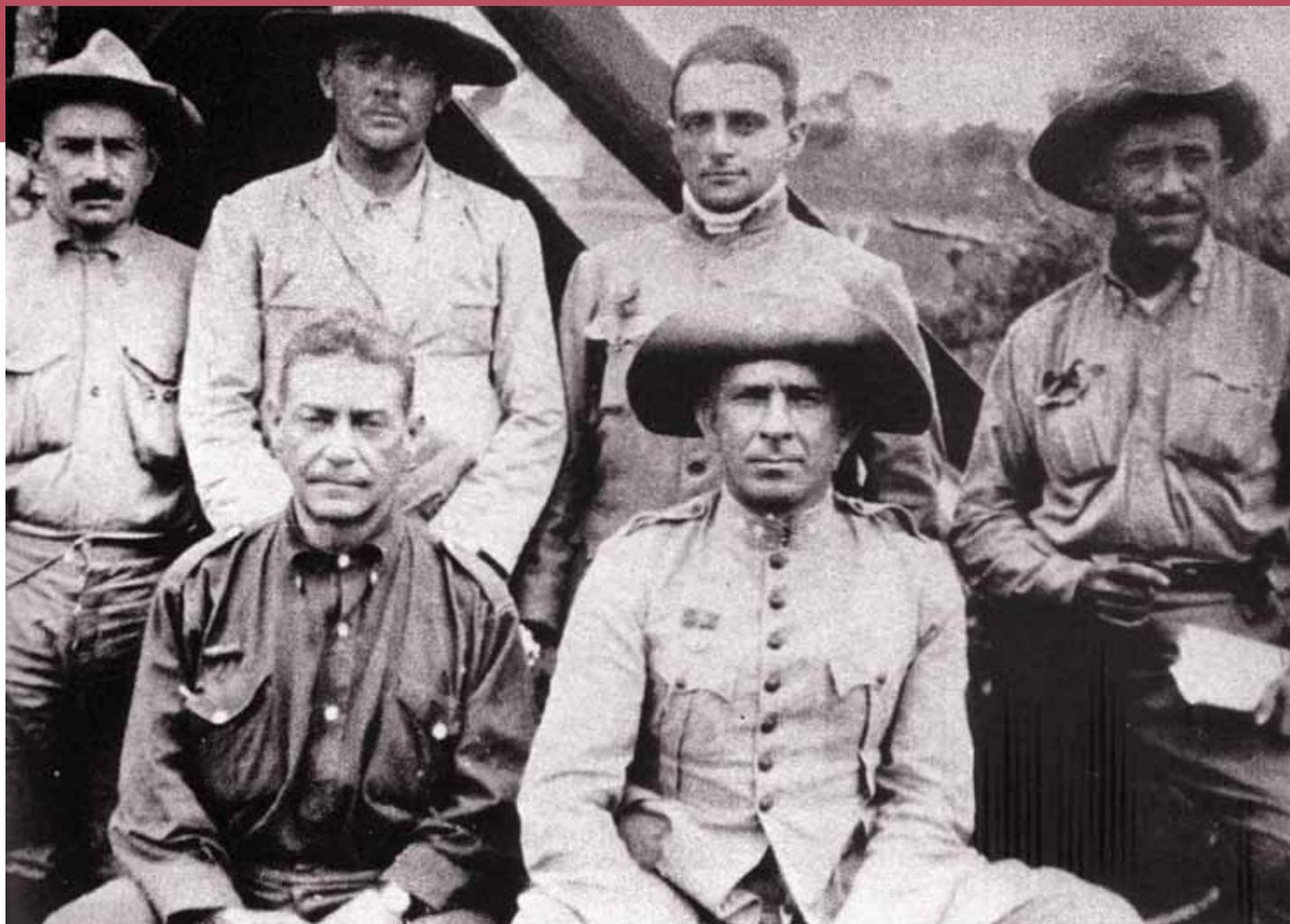
Na capital da República, o presidente Artur Bernardes foi arrancado da cama duas horas depois de iniciada a rebelião. Carlos de Campos, o presidente paulista, acordou o chefe da nação para informá-lo, pelo telefone, que se encontrava sitiado, em palácio, por tropas amotinadas da Força Pública. Bernardes, ainda de pijama, convocou o ministério para uma reunião extraordinária, às sete da manhã, no Palácio do Catete. O encontro definiu a sorte do levante. Após rápida exposição do que ocorria em São Paulo, Bernardes decretava o Estado de Sítio que estabelecia a censura da imprensa e a suspensão das garantias individuais.

As primeiras providências para esmagar a revolta foram tomadas pelo Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, antes da reunião ministerial. Duas horas depois de aprovado o ato de exceção, uma máquina de guerra já estava a caminho de São Paulo. Artilharia pesada, tanques franceses F-17, uma das coqueluches da Primeira Grande Guerra, caças e bombardeiros com as asas desmontadas foram embarcados em vagões, na Vila Militar, e despachados de trem para a capital paulista. Naquela época, além de não existirem aeroportos intermediários entre as duas cidades, os aviões não tinham autonomia de vôo para uma incursão aérea do Rio a São Paulo.

A oficialidade rebelde, apesar das rápidas vitórias conquistadas nas primeiras horas do levante, ignorava que seria novamente trapaceada pelo destino. As tropas amotinadas desconheciam que metade da Esquadra realizava manobras, com o fogo esperto, nas imediações da Baía de Guanabara. Ao ser informado da revolta, o Ministro da Marinha determinou que os navios se deslocassem, a todo vapor, para o litoral paulista. Ao entardecer de 5 de julho de 1924, a batalha começava a ser perdida. Mil e duzentos fuzileiros desembarcavam, de surpresa, no porto de Santos, ocupavam o Forte de Itaipu e iniciavam penosa escalada pela Serra do Mar em direção à capital.

Os primeiros combates com as forças enviadas do Rio começaram na manhã de 9 de julho, quando a cidade passou a ser bombardeada de hora em hora pela artilharia pesada. O chão tremia com o estrugir dos canhões. Cerca de 300 mil pessoas abandonaram a capital nos primeiros dias de luta. O Exército atirava contra fábricas e bairros proletários na tentativa de jogar a população civil contra os rebeldes. No dia 15 de julho, formaram-se três batalhões de estrangeiros, constituídos em sua maioria por imigrantes recém-chegados ao Brasil sem nenhuma experiência militar. Entre eles havia alguns veteranos da Primeira Grande Guerra, mas seu número era tão insignificante que mal permitia a formação de um pelotão.

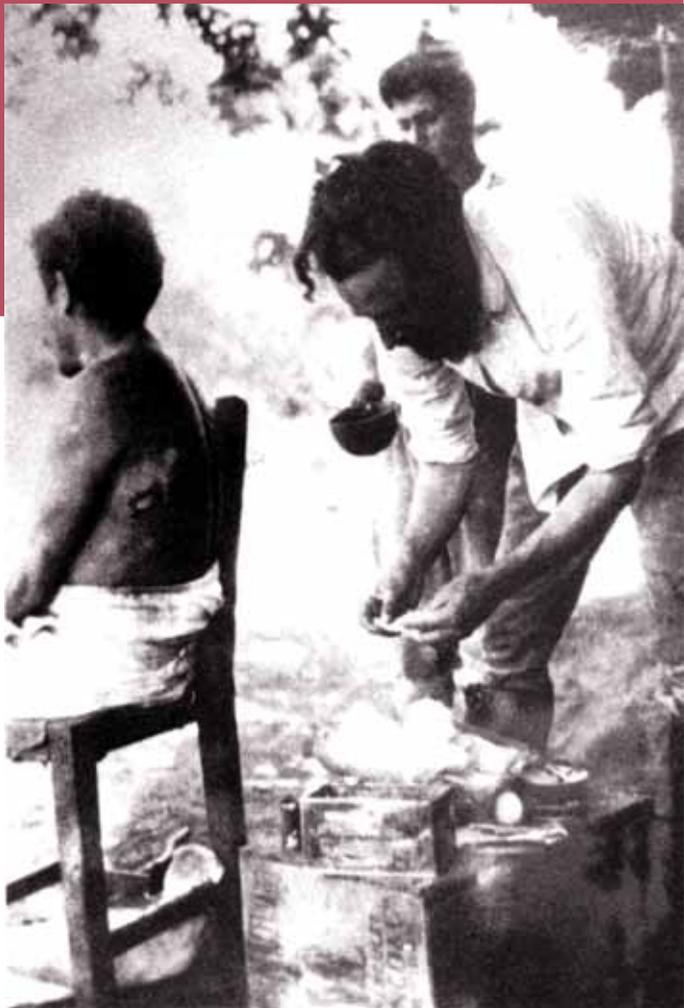
O reforço representado pelos batalhões de alemães, húngaros e italianos não foi suficiente para mudar o curso da revolta. Na madrugada de 28 de julho, assim que os primeiros aviões do Exército sobrevoaram a cidade, ameaçando bombardeá-la, os rebeldes decidiram abandonar a capital e migrar para o interior. A rebelião fora sufocada no berço.



A chegada ao Paraná

Após sofrerem pesadas baixas em Campo Japonês, no estado de Mato Grosso, os revoltosos invadiram o Paraná. A marcha revolucionária através do alto sertão paranaense impressionou os jovens oficiais do Exército e da Força Pública diante do abandono em que vivia a população do interior. A maior surpresa ocorreu em Guaíra, pequeno povoado encravado na margem esquerda do Rio Paraná, cuja guarnição militar debandou com a aproximação dos rebeldes. Seus três mil habitantes só falavam espanhol e guarani. Eram poucas as pessoas que entendiam português.

Na cidade, ninguém conhecia também o padrão monetário brasileiro: a moeda corrente era o peso argentino. Quem mandava naquele pedaço de chão era a Companhia Mate Laranjeira, que se dedicava ao plantio da erva-mate. A empresa não pagava nenhum tipo de imposto e exportava toda sua produção pelo porto de Buenos Aires. A Mate Laranjeira era um país dentro do outro e tinha suas próprias leis, inclusive moeda própria para pagamento dos trabalhadores que explorava.



As forças revolucionárias chegaram a Foz em 24 de setembro, onde foi instalado seu QG. O Alto Comando viu-se diante de um problema inesperado. A tropa imobilizada entregava-se, quase todos os dias, a deploráveis farras etílicas. A oficialidade determinou o imediato confisco de toda a quantidade de vinho e aguardente existente no povoado. Os soldados passaram, então, a tomar remédios produzidos com álcool ou atravessarem a fronteira para se embriagar na Argentina e no Paraguai. O Alto Comando endureceu a disciplina e decidiu ocupar a tropa fisicamente, obrigando os soldados a construir estradas e alargarem as ruas de Foz do Iguaçu, que não possuíam traçado definido e nenhum tipo de calçamento. Foi criado um rudimentar plano urbanístico que, em algumas semanas, apresentou resultados surpreendentes, mudando a fisionomia da cidade.

Depois de quase seis meses sofrendo toda sorte de misérias e privações, os rebeldes sitiados em Catanduvas viviam momentos desesperadores. Na manhã de 27 de março de

1925, o Exército bombardeou impiedosamente os revoltosos, das 7 às 14 horas, despejando 1,2 mil granadas de artilharia sobre as trincheiras. A resistência começava a desmoronar. Cerca de 400 homens estão cercados por quatro mil soldados. Às nove da noite do dia 29, recebem um ultimato: o assalto final ocorrerá ao amanhecer. Não havia mais como prolongar todo aquele sofrimento.

Os reforços prometidos por Luís Carlos Prestes, que se deslocavam em direção a Foz desde outubro de 1924, pareciam cada vez mais distantes. Prestes apareceu apenas com um bando de gaúchos cheios de penduricalhos, para desespero do Alto Comando.

Na madrugada de 30 de março, os rebeldes decidem se entregar e abandonam as trincheiras de mãos levantadas. O aspecto daqueles homens cobertos de farrapos é comovente. Estão quase todos doentes e descalços, com unhas grandes e sujas, cabelos longos endurecidos pela lama, o corpo enrolado por trapos que lembravam vagamente restos de um uniforme militar. Muitos, com o livor da morte estampado na face, rendem-se amparados pelos companheiros, sem forças para caminhar.

A visão que oferecem, magros e de rosto encovado, embrulhados em pedaços de pano e folhas de palmeira, o corpo coberto de chagas causadas pela sarna, chega a ser cruel demais para ser verdadeiro. Com feições pestilentas, não exibem vestígios da postura que tanto os orgulhava: o físico enérgico modelado por aulas diárias de ginástica e esgrima que salientava as diferenças entre os soldados da Força Pública de São Paulo das outras milícias estaduais. Treinados pelos franceses, desde 1906, sempre exigentes com a aparência e o uniforme impecável, a tropa se envaidecia de exibir o aspecto e a disciplina de um exército europeu.

Os que podiam caminhar foram conduzidos em fila indiana até a cidade de Irati e embarcados, como animais, em vagões de gado, com destino ao porto de Paranaguá. A marcha forçada, imposta pelo General Cândido Rondon, levou cerca de 15 dias. Os que desmaiavam de exaustão eram carregados nos ombros pelos que vinham atrás. Os revoltosos chegaram ao litoral do Paraná em estado deplorável. Ali foram confinados nos porões do cargueiro Cuiabá que os conduziria para outro inferno: a antiga Colônia Agrícola de Clevelândia, no interior do Amapá, que o governo transformara em campo de prisioneiros políticos.

Prestes só chegaria a Foz no final de abril, ao lado de um bando de gaúchos civis, armados com lanças, facões e espingardas de caça. Não conseguira agrupar a força que prometera. O Alto Comando se desespera, muitos oficiais paulistas resolvem se asilar na Argentina, convencidos de que a guerra estava definitivamente perdida. Após uma série de conversações, o que restou da tropa invade o Paraguai e sai em Mato Grosso decidido a manter acesa a chama da revolta. Ela se apagaria de vez em abril de 1927, após uma longa marcha através de 12 estados, quando Prestes e um exército de doentes e feridos cruzam o Pantanal, com água no peito, para pedir asilo político à Bolívia.

As condições miseráveis de Clevelândia ofereciam aos presos que chegavam dois destinos: a fuga através da mata, na esperança de alcançar a Guiana Francesa, do outro lado do Rio Oiapoque, ou os trabalhos forçados e a lenta agonia na selva, até serem consumidos de vez pelas doenças tropicais. Na Colônia, chegaram a viver 1,2 mil prisioneiros de todas as partes do país.

Com a posse de Washington Luís, as prisões foram abertas e conhecidas as misérias do Estado de Sítio. A população carioca recebeu com horror a notícia de que Bernardes mantinha um campo de prisioneiros políticos na selva amazônica. No dia 8 de janeiro de 1927, o povo se acotovelava, no porto do Rio, para ver o desembarque dos 179 sobreviventes de Clevelândia, dos quais 79 foram enviados para o Oiapoque sem culpa formada.

As pessoas choravam, comovidas, diante daquela legião de farrapos humanos de pele amarelada que descia a escada do navio meio desengonçados, sem expressar qualquer tipo de emoção no rosto. Entre eles só restavam 15 dos 400 combatentes que passaram pelo inferno de Catanduvas. Ao ler os jornais, no dia seguinte, o povo descobriu que boa parte dos sobreviventes que caminhava como zumbis estava cega, vítimas do excesso de quinino que tomaram sem orientação médica para combater o impaludismo que dizimava os indesejáveis hóspedes de Clevelândia.

Um ano depois de alargar os horizontes da nação, era o próprio presidente quem perdia a visão ao promover impiedosa repressão política contra os tenentes que tentaram derrubar Bernardes. No grande teatro da História, eles voltariam como os principais protagonistas do último ato. Entraram em cena cavalcando a crista do Movimento de 1930, que terminaria expelindo Washington Luís do poder, quatro anos depois de sua posse. Na sua lembrança, permanecerá intocado para sempre o momento em que entrara, pela primeira vez, no Catete, com o povo nas ruas, gritando em delírio: “Viva o libertador!” ■

Um Sul diferente

por GABRIEL TABATCHEIK

O TERRITÓRIO FEDERAL DO IGUASSÚ FOI UMA ESPÉCIE DE “QUARTO ESTADO” DA REGIÃO ENTRE 1943 E 1946.

Imagine se a região Sul incluísse um quarto estado, chamado Iguassú. Com uma área de 69 mil quilômetros quadrados, ele teria quase o dobro do tamanho do Rio de Janeiro e englobaria as atuais regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, mais o Oeste de Santa Catarina. Ou seja: cobriria toda a fronteira dos dois estados com a Argentina e o Paraguai.

Nem todos sabem, mas, há 70 anos, o Sul do país era assim. Criado pelo decreto-lei nº 5812, de 13 de setembro de 1943, o Iguassú foi um dos cinco territórios federais de fronteira criados durante o regime do Estado Novo (1937-1945), liderado por Getúlio Vargas. Os outros eram Amapá (atual Estado de mesmo nome), Rio Branco (Roraima), Guaporé (Rondônia) e Ponta Porã (parte do Mato Grosso do Sul).

Essa redistribuição territorial foi parte do projeto “Marcha para o Oeste”, que buscava integrar as áreas fronteiriças brasileiras. Naquela época, mais de 80% da população residia a até 100 quilômetros de distância da costa marítima, deixando o país com vastas regiões praticamente despovoadas.

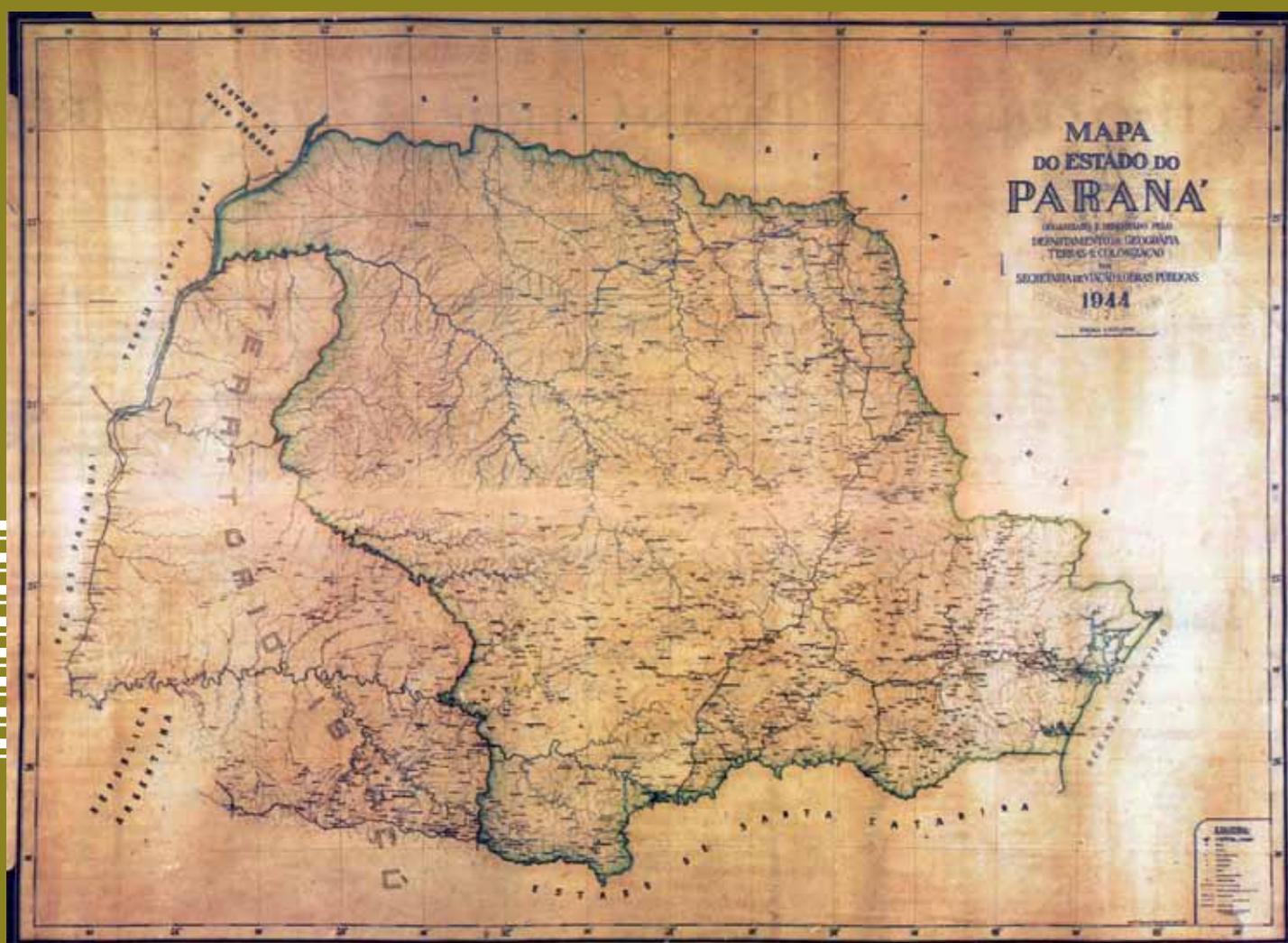


A criação de novos territórios pretendia desinchar os grandes centros e trazer desenvolvimento para o resto do Brasil. Eram oferecidas saúde, educação e assistência geral, serviços até então precários nessas regiões. Além disso, a iniciativa dificultaria uma eventual invasão pelo Oeste (uma preocupação constante em um período de Guerra Mundial).

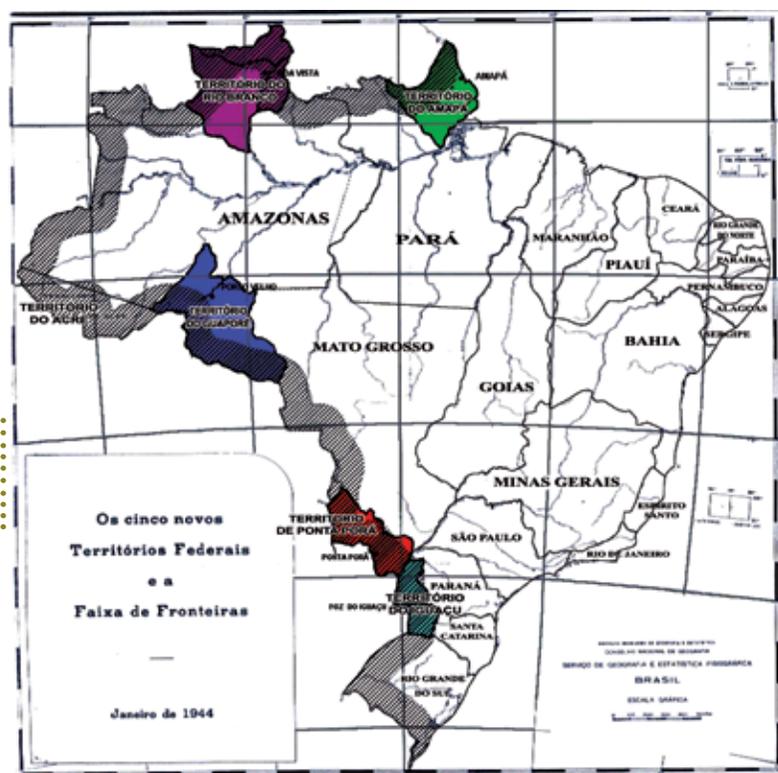
No entanto, após a queda de Vargas, políticos paranaenses e catarinenses se mobilizaram para extinguir o Território do Iguassú, pois consideravam que ele “mutilava” os dois estados. Até que conseguiram aprovar uma emenda na nova Constituição brasileira, promulgada em 1946. Entre sua criação e desmantelamento, o Iguassú durou cerca de mil dias.

A população local não foi consultada, apesar do momento de redemocratização pelo qual o país passava. Mas ficou a promessa de que Paraná e Santa Catarina manteriam os investimentos e as melhorias já implementados pelo governo do território.

Rita Geni de Paula Sathler, de 86 anos, é uma das poucas pessoas que vivenciou aqueles tempos e ainda pode contar suas histórias. Tinha 16 anos quando o Iguassú foi criado. Hoje, reside no município de Laranjeiras do Sul, no Oeste do Paraná, antiga capital do território. A vila de



Mapa do Paraná sem a área do Território do Iguassú.



Os cinco territórios federais no território brasileiro.

Laranjeiras tinha poucas centenas de habitantes, até ter o seu nome mudado para Iguassú e elevada à condição de centro administrativo.

De acordo com Rita, ninguém esperava a implantação do Território e muito menos que a pequena vila fosse escolhida como capital. “A minha mãe tinha um hotel na época. Eram 35 pensionistas só de funcionários do governo”, conta.

“Pense numa cidadezinha, numa vila pacata. De repente, acontece uma revolução dessas e o povo fica assombrado, não sabe o que vai acontecer. Mas, aos poucos, as pessoas foram percebendo que tudo poderia ser resolvido aqui mesmo, sem depender de Curitiba, de Ponta Grossa, do Rio, de Brasília, de nada. Foi uma coisa boa, pena que não durou muito”, resume.

Os governadores

O Território do Iguassú teve dois governadores: João Garcez do Nascimento, que assumiu em 6 de janeiro de 1944, e Frederico Trotta, que o sucedeu em 7 de fevereiro de 1946. Paranaense e homem de confiança de Vargas, o major Garcez do Nascimento percorreu todo o território e produziu um relatório com as obras mais urgentes para desenvolver a região. O documento destacava que a principal demanda era por estradas e pontes, além de

estrutura pública como hospitais, escolas e creches, até então praticamente inexistentes. Ele ainda estimava que a maior parte dos serviços levaria até cinco anos para começar a funcionar.

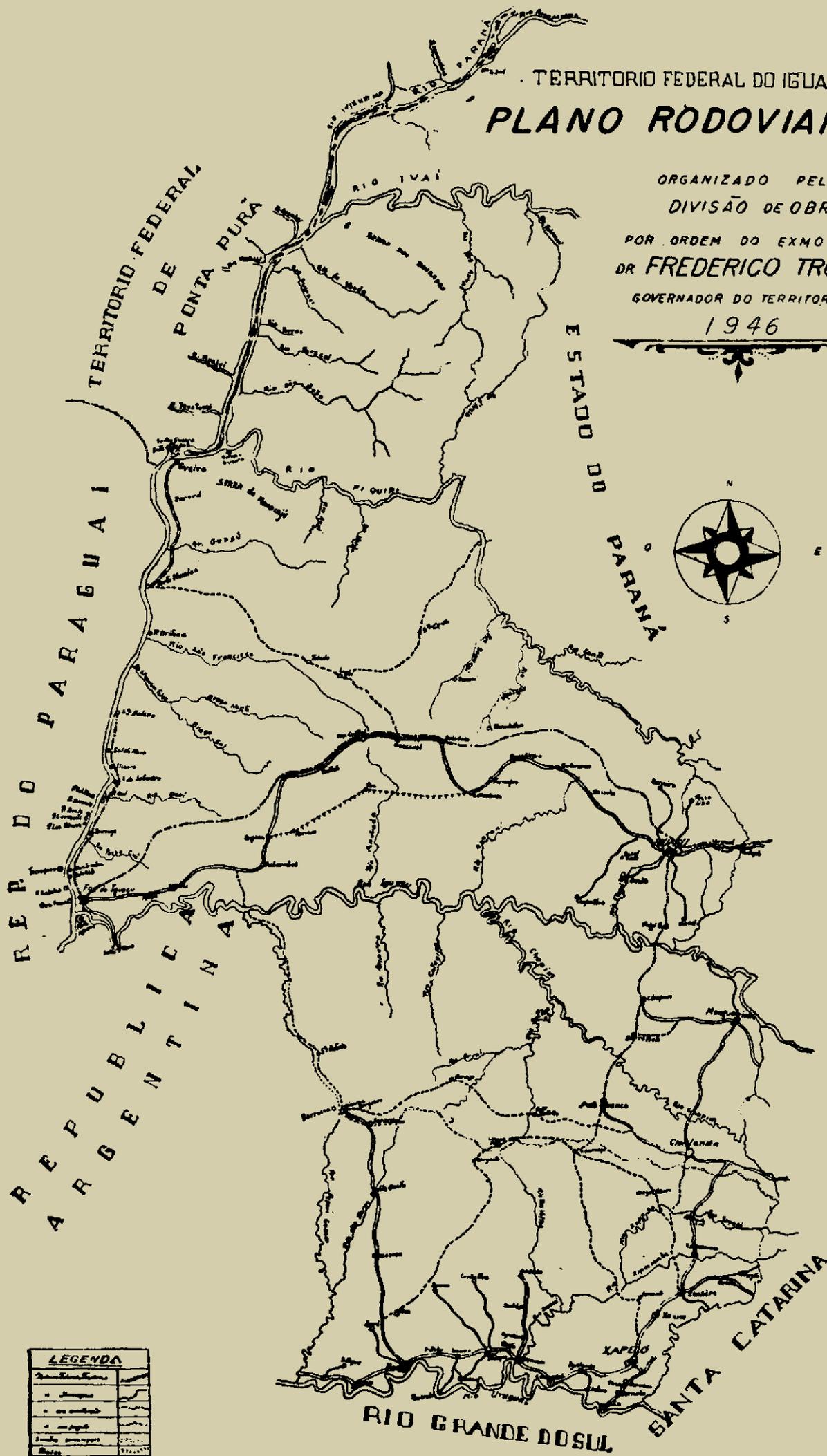
O segundo e último governador foi o também major Frederico Trotta, natural do Rio de Janeiro. Seu programa de governo tinha como base a solução de um triplice problema nacional: educação, saúde e comunicações.

“Nós, habitantes do Território do Iguassú que apreciamos e sentimos a maravilhosa e acertada mudança política administrativa desta zona fronteiriça da Pátria, olhamos esses atuais ‘portugueses’ da Constituinte como nossos antepassados viam os da metrópole em outros tempos e o mesmo lema que usaram ontem deve ser o nosso de hoje — Independência ou morte!”

Jornal A Voz de Chapecó, em 8 de setembro de 1946, dia em que foi extinto o Território.

TERRITORIO FEDERAL DO IGUAÇU
PLANO RODOVIARIO

ORGANIZADO PELA
 DIVISÃO DE OBRAS,
 POR ORDEM DO EXMO SNR.
 DR **FREDERICO TROTTA**
 GOVERNADOR DO TERRITORIO
 1946



LEGENDA

—	Rodovias
- - -	Trilhos
—	Limites municipais
—	Limites estaduais
—	Limites do território
—	Limites da República Argentina
—	Limites da República Paraguai

Mapa elaborado pelo governo do Território do Iguassú, gestão Frederico Trotta.

O Governo do Estado do Paraná, na certeza de interpretar os sentimentos do seu povo, congratula-se com V. Excia. no momento em que se constituem os territórios federais de fronteiras. A nação brasileira será altamente recompensada pelas grandes vantagens sociais e econômicas que resultarão desse ato de grande significação política e administrativa. Prestando todo o seu concurso à concretização dessa medida, o povo paranaense cumpre mais uma vez o patriótico dever de colaborar na execução do programa do governo de V. Excia., integrado por planos inteiramente coerentes com a nossa constituição política e executados com fins altamente patrióticos. Atenciosas saudações.”

Manoel Ribas, Interventor Federal do Estado do Paraná, em 1943.

De acordo com o Relatório de Atividades do Governo do Território do Iguassú, destacam-se as seguintes iniciativas implementadas pelos dois governos: a construção de uma estrada ligando a capital a Chapecó, a criação do Curso Normal Regional, o aumento de 70 para 216 estabelecimentos de ensino e a reforma na divisão de saúde (de dois subpostos com dois médicos e três guardas sanitários para cinco distritos sanitários com 11 médicos, seis enfermeiros e 20 guardas sanitários).

Políticos paranaenses e catarinenses insatisfeitos com a criação do Iguassú viram a oportunidade de reverter as áreas para seus estados de origem com o fim do regime varguista. Eles acreditavam que o território era “um golpe contra a integridade territorial do Paraná e Santa Catarina” e se mobilizaram pelo seu fim.

Era 1946, e uma nova constituição estava sendo escrita para o país. O deputado federal Bento Munhoz da Rocha Neto, pelo Paraná, e Lauro Lopes, por Santa Catarina, foram os principais defensores da extinção do Território Federal.

Diferentemente dos Estados, os Territórios Federais eram áreas controladas diretamente pela União. Pela legislação



Primeiros trabalhos dos funcionários do Território. Era grande a dificuldade para dirigir nas estradas de terra da região.

da época, não podiam eleger deputados ou senadores que os representassem. Sendo assim, a população do Iguassú não elegeu nenhum constituinte e ficou sem um defensor legítimo sequer, facilitando o trabalho dos opositores.

Contudo, a bancada do Partido Comunista, liderada pelo constituinte Luís Carlos Prestes, posicionou-se contra a extinção do Território do Iguassú, alegando que a população local não estava sendo consultada sobre o assunto. Propôs, inclusive, que fosse organizado um plebiscito para resolver a questão.

A bancada aliada de Munhoz da Rocha, contudo, argumentou que não existiam condições de consultar a população na região e que o governo do território também estaria interessado no resultado do plebiscito. Afirmou-se, então, que o Paraná se comprometeria a manter os projetos iniciados pelo Território. Em 8 de setembro de 1946, por 115 votos a favor e 15 contra, foi extinto o Iguassú.

Segundo o Relatório de Atividades, “Os serviços públicos foram mantidos até 31 de dezembro [de 1946], quando cessaram automaticamente por não haver dotações a eles destinadas no orçamento geral da República em 1947”.



A capital do Iguassú tinha até mesmo um plano urbanístico, iniciativa rara para a época.



O último governador do Iguassú, Major Frederico Trotta (no centro da mesa), toma posse com o seu secretariado.

“

É interessante notar que estas populações do Oeste do Paraná, tinham dúvidas sobre a conveniência da volta do território ao governo paranaense. Alegavam que o Governo do Paraná, tradicionalmente, sempre foi omisso quanto ao Oeste do Paraná, que toda a administração, toda a política se desenvolvia nesta parte dos arredores de Curitiba, que nós chamamos de Paraná Velho e que sempre este Oeste do Paraná foi desprezado, abandonado pelos governos. E que o Território do Iguacu teria muito mais condições de atender às necessidades e ao desenvolvimento dessas populações e dessas terras, do que o governo do Estado sediado em Curitiba e com seu velho costume de destinar toda administração para o ponto central, politicamente central do Paraná.”

Pinheiro Machado, Interventor do Estado do Paraná, em 1946.



DIVISÃO DE SAÚDE
QUADROS COMPARATIVOS

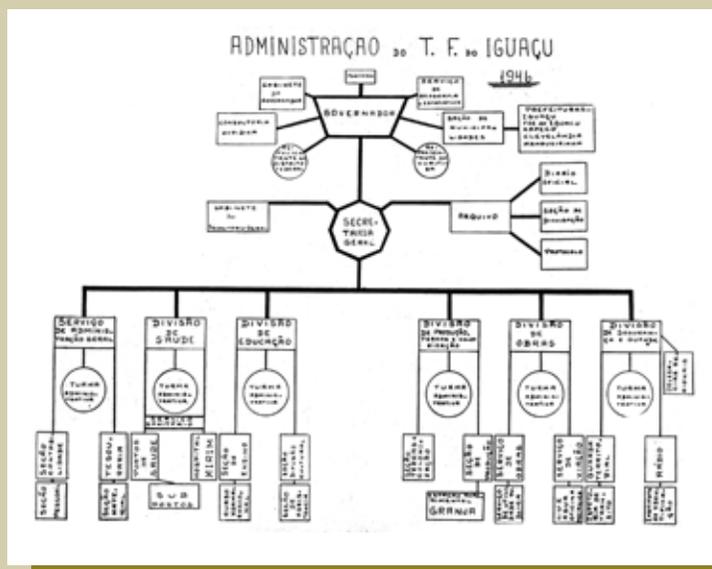
UNIDADE FEDERATIVA	ANO	VERBA PESSOAL	VERBA MATERIAIS	TOTAL
		Cr\$	Cr\$	Cr\$
Estado do Paraná	1943	36.720,00	3.500,00	40.220,00
Território Federal do Iguazu (Coronel Garcez) ..	1945	139.200,00	—	—
Território Federal do Iguazu (Major Trota) ..	1946	558.877,80	164.420,50 (sendo ... 87.162,30 só de medicamentos fornecidos gratuitamente aos doentes)	723.298,30

PESSOAL TÉCNICO

UNIDADE FEDERATIVA	ANO	MÉDICOS	ENFERMEIROS	SANITÁRIOS	TOTAIS
Estado do Paraná	1943	2 — 2	0 — 0	3 — 3	5 — 5
Território Federal do Iguazu (Coronel Garcez) ..	1945	4 — 4	0 — 0	11 — 11	15 — 15
Território Federal do Iguazu (Major Trota) ..	1946	11 — 16	6 — 9	20 — 45	37 — 70

Observações — O 1º número representa o pessoal nomeado e o 2º o existente no quadro. As vagas não foram preenchidas por falta de candidatos.

A estrutura administrativa do Território em 1946.



Detalhe do Relatório de Atividades do Governo do Território. Nota-se a comparação entre os períodos de governo do Estado do Paraná e do Iguassú.



Diploma do Curso Normal Regional do Iguassú, que formou uma única turma e foi extinto junto com o Território. O ensino superior só voltou à região muitas décadas depois.

“ A extinção do território do Iguazu, com o retorno ao nosso Estado da região que havia sido desmembrada daqui, foi sem sombra de dúvida uma vitória da democracia. É que no início do verdadeiro regime da liberdade, do governo do povo para o povo e pelo povo, outra não podia ter sido a solução no caso do Território do Iguazu, porque era essa a vontade do povo do Paraná. E todos que cooperaram direta ou indiretamente para essa solução podem ficar certos de que, assim como soubemos conquistar e desbravar aquela região, saberemos defendê-la em qualquer emergência..

Telegrama entregue ao deputado Lauro Lopes pelo Tribunal de Apelação do Paraná, em 11 de setembro de 1946.



O ex-prefeito de Iguassú, atual Laranjeiras do Sul, lutou pelo retorno do Território mas não obteve sucesso.

O Estado do Iguazu

Logo após a extinção do Território Federal do Iguassú, movimentos locais começaram a pleitear o seu retorno. Participaram desse movimento lideranças regionais, como o prefeito da antiga capital Iguassú, Alcindo Natel de Camargo. No entanto, a mobilização só ganhou força décadas depois, com uma nova geração que pleiteava não exatamente a volta do Território, mas a criação de um novo estado — o Estado do Iguazu.

O movimento ganhou novo fôlego a partir da década de 1960, com a criação da Sodei (Sociedade para o Desenvolvimento e Emancipação do Iguazu), que reunia lideranças regionais em nome da causa. Mas, com o golpe militar de 1964, a iniciativa murchou e mais uma vez desapareceu.

Em 1990, com outra proposta da criação do Estado do Iguazu, elegeu-se deputado federal o advogado Edi Siliprandi (morto em 2009), cuja base principal de apoio era Cascavel. O principal objetivo do novo grupo era conseguir que o plebiscito não realizado em 1946 fosse finalmente promovido. A Constituição de 1988 prevê que novos estados podem ser criados por meio de consultas à população — e era isso o que se queria. Siliprandi conseguiu colocar em pauta o decreto legislativo nº 141 de 1991, que dispunha sobre a criação do Estado do Iguazu, prevenindo consulta em todos os municípios que o compunham.

No entanto, outro grupo de políticos paranaenses e catarinenses mobilizou-se novamente para impedir o plebiscito. Entre eles o então primeiro-secretário da Assembleia Legislativa do Paraná, deputado estadual Aníbal Khury, que comandou o movimento “Paraná Indivisível”. Lideranças dos dois estados entraram em ação e derrotaram o plebiscito na Câmara dos Deputados, no dia 31 de março de 1993, por 99 votos favoráveis e 177 contrários. Anos depois, Khury admitiu que a derrota da proposta foi a maior vitória de sua carreira política. ■



Um dos poucos imóveis que restaram da época do Território é o antigo Palácio do Governo, onde hoje funciona a Câmara Municipal de Laranjeiras do Sul.

Fotos extraídas do Livro *O Território do Iguazu no Contexto da Marcha para o Oeste* | 2002 | Sérgio Lopes

- Gabriel Tabatcheik é jornalista. Fez parte da equipe vencedora do Grande Prêmio Esso de Jornalismo de 2010 com a série de reportagens intitulada “Diários Secretos”, que denunciou um grande esquema de corrupção na Assembleia Legislativa do Paraná.
- Trabalha desde 2008 na RPC TV, afiliada da TV Globo no Estado.

A noite em que o Condor pousou em Foz do Iguaçu

por ALUÍZIO PALMAR

O RAPTO DE QUATRO EMPRESÁRIOS, NO FIM DE 1974, FOI UM ENSAIO DO QUE VIRIA SER O INTERCÂMBIO ENTRE AS DITADURAS SUL-AMERICANAS PARA REPRIMIR OPOSITORES E ELIMINAR SEUS LÍDERES.

32

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

TELEGRAMA 03594

EXMO SR. DELEGADO DIVISÃO
ORDEN POLITICA ET SOCIAL
CURITIBA PR

RECIBIDO

De _____
A _____
Por _____

PR. AMB. PLM 20/5 DE FOZ DO IGUAÇU PR TEL 143 110 5 900

LIONS CLUB DE FOZ DO IGUAÇU COMUNICA VEXCIA BUE NA MADRUGADA ULTIMO
DOMINGO FORAM SEQUESTRADOS SUAS RESIDENCIAS NESTA CIDADE OS CIDADÃOS
ALEX MEMBRO DESTA CLUBE YG ALEJANDRO STIM MEDONDA YG
DIANTE DA ORIGEM DESSOS CIDADÃOS TODOS
PARA O FATO PT AFIM

ARQUIVO PUBLICO
PARANA

007

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

TELEGRAMA 03594

EXMO SR. DELEGADO DIVISÃO
ORDEN POLITICA ET SOCIAL
CURITIBA PR

ARQUIVO PUBLICO
PARANA

INDICAÇÕES DE SERVIÇO
TOMADAS E ENVIADAS

CAMBIO DA ESTACAO

NÚMERO DE ENVELOPE 03594

Recebido

De _____ horas

Às _____ horas

Por _____

PRAMA 2075 DE FOZ DO IGUAÇU PR TEL 143 110 5 900

LIONS CLUBE DE FOZ DO IGUAÇU COMUNICA VEXCIA QUE NA MADRUGADA ULTIMO DOMINGO FORAM SEQUESTRADOS SUAS RESIDENCIAS NESTA CIDADE OS CIDADÃOS ANIBAL ABATTE SOLEY MEMBRO DESTA CLUBE YG ALEJANDRO STUM MEDONHA YG RODOLFO MONGELOS ET CESAR CABRAL PT DIANTE DA ORIGEM DESSSES CIDADÃOS TODOS BEM RELACIONADOS NESTA CIDADE PEDIMOS SUA ATENCAO PARA O FATO PT AFIM GARANTIR VIDA ET INTERESSES COMERCIAIS DOS MESMOS YG SOLICITAMOS SEUS OFFICIOS JUNTO A QUEM DE DIRBITO PARA QUE SE DIVULGUE CASO FORA PRISAO DE NOSSAS AUTORIDADES YG LOCAL QUE OS MESMOS ENCONTRAM SE OU NEGATIVA PRISAO PARA TOMARMOS OUTRAS MEDIDAS PT ATENCIONAMENTE SILVIO KURE PRESIDENTE

PT 2218 243

7570 - 607 - 0066

162 x 229 mm

O medo tomou conta de Foz do Iguaçu na madrugada do dia 1º para o dia 2 de dezembro de 1974, quando quatro cidadãos, empresários bem relacionados na sociedade local, desapareceram de repente. Para Mongelos, Cabral, Aníbal e Stumpfs, aquele primeiro domingo de dezembro parecia ser igual aos outros tantos domingos vividos na cidade. O dia transcorrido não havia sido diferente dos demais — churrasco, siesta, tererê e Grenal.

À noite, Cesar Cabral foi dormir após ver o *Fantástico*; Anibal Abatte Soley, como de hábito, jantou e se recolheu ao quarto; Rodolfo Mongelos retornou da casa de sua namorada e Alexandre Stumpfs foi com a esposa ao cinema. De repente, o que parecia ser mais um tranquilo começo de madrugada foi tumultuado por uma manobra militar de grande envergadura, muitos recursos humanos e materiais.

Em pouco tempo, os quatro cidadãos foram sequestrados em vários pontos da cidade, simultaneamente. Tudo aconteceu em 30 minutos, numa operação executada pelo Centro de Informações do Exército envolvendo cerca de 20 homens fortemente armados e seis veículos de modelos diferentes.

Dos quatro, três eram refugiados políticos no Brasil desde 1959 e saíram do Paraguai devido à ditadura do general Alfredo Stroessner. Anibal e Stumpfs, empresários no ramo de exportação, e Rodolfo Mongelos, dono de padaria no centro da cidade. O único com uma história diferente era Cesar Cabral, empregado na exportadora de Stumpfs.

108

3856

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

FICHARIO PROVISORIO INDIVIDUAL

M-94-H



Nome **RODOLFO MONGELOS LEGUIZAMON** Vulgo
Data 1966 Prontuario na Delegacia M
Pai **JOSE RAMOS MONGELOS** Mãe **AVELINA LEGUIZAMON**
Idade **41 anos** Data do Nascimento **26-06-1929** Sexo **masculino**
Nacionalidade **Paraguaiã** Natural de
Estado Civil **Solteiro** Profissão **Comerciante**
Local do Trabalho **Ordenado**

Residencia atual **Foz do Iguaçu-Parificadora Progresso**
Residencias anteriores
É sindicalizado **sim** sindicatos e locais que costuma
frequentar

Nome e residencia dos conhecidos parentes: *Blanca Dolores Mongelos Leguizamón (irmã)*
Notas Cromaticas: *Av. Brasil 527 - F. Iguaçu*

PT 2218.243

Argentino de nascimento e filho de paraguaios, Cesar deixou a faculdade em 1966 e veio para o Brasil por força das perseguições da ditadura do general Onganía. Em 1968, entrou no MR 8 e um ano depois foi preso no Rio de Janeiro, onde cumpriu pena no Presídio da Ilha Grande. Em 1971, saiu em liberdade condicional por ter cumprido metade da pena.

Ele estava deitado quando bateram à porta. Levantou para atender, dois homens entraram e disseram secamente para acompanhá-los. Sua esposa, Adelaide, com os filhos Fabian, de dois anos, no colo, e Fabio, de seis anos, agarrado em sua saia, arregalou os olhos enquanto seu marido era raptado.

Na casa dos Abbate Soley não aconteceu diferente. A família estava dormindo quando foi acordada por uma buzina estridente de um carro que entrou na garagem. Aníbal pulou da cama, abriu a porta e três homens fortemente armados entraram na sala. Diante da esposa Cristina e das filhas (Maria Letizia, na época com oito anos, e as gêmeas de quatro anos Maria Rossana e Maria Grissel), os invasores arrancaram o fio do telefone e levaram Aníbal.

Com Rodolfo Mongelos e Alejandro Stumpfs Mendoza foi igual. Rodolfo voltava da casa da namorada quando foi arrancado de dentro de seu veículo Opala e jogado violentamente numa Veraneio que fugiu em alta velocidade. Algumas pessoas que estavam em frente ao seu estabelecimento comercial, a Padaria Progresso, assistiram à cena e nada puderam fazer devido à rapidez do sequestro.

Quanto a Stumpfs, ele voltava do cinema com sua esposa, Antonia Velasquez, quando seu carro foi abalroado por uma Veraneio e dela saíram três indivíduos que agarraram o empresário e dispararam em direção à BR 277, estrada que leva de Foz do Iguaçu a Curitiba. Os quatro carros, acompanhados por outros tantos, seguiram pela estrada e só pararam nas proximidades de Céu Azul, para que os raptadores interrogassem suas vítimas dentro do Parque Nacional do Iguaçu.

O rapto dos três paraguaios e do argentino foi uma operação militar com largo tempo de preparação, que deve ter exigido um grande esforço de coordenação. Foi extremamente sigilosa e executada por um grupo especial comandado pelo coronel Sebastião Curió, que se deslocou de Brasília para raptar os exilados e levá-los para uma unidade militar localizada em Formosa, no interior de Goiás.

Tomados pelo medo, aos raptados restou a submissão total, perda de autonomia como indivíduos, redução à indignidade de ser apenas coisa. Estavam em condições adversas, sem saber a razão daquele ato de violência. Sabiam que, por trás, manipulando a tropa, puxando os fios do comando, havia poderes e interesses maiores.

O calvário de Remigio Giménez nas mãos da repressão política de Stroessner

Há quase dois meses em greve de fome, está mais próximo da morte que da liberdade

Um dos mais monstruosos casos jurídicos da ditadura do general Alfredo Stroessner é a condenação dada pelo juiz "El Puma" Gregorio Partido Revolucionario Fabre, em sua sessão de 22 de janeiro último, à prisão de Remigio Giménez Gamarras, de 62 anos de idade, após o cumprimento das penas de liberdade por ele mesmo, para ser condenado, ao menos, a 10 anos de prisão por ter participado de uma greve de fome em 1968, em Curitiba, para protestar contra a ditadura de Stroessner, apesar de estar gravemente doente.

Em 17 de dezembro de 1978, quando o País a Federal brasileira sequestrou Remigio Giménez Gamarras, ele estava em Curitiba, em um apartamento que pertence ao seu irmão, o senhor Gregorio Partido Revolucionario Fabre. Quando os militares entraram no apartamento, ele estava gravemente doente e não pôde resistir à prisão. Ele foi levado para o Hospital Militar de Curitiba, onde morreu em 1979.

Remigio Giménez Gamarras nasceu em 1916, em Foz de Iguaçu, no Paraguai. Ele chegou ao Brasil em 1968, para trabalhar na empresa de construção civil da família. Ele foi preso em Curitiba em 1968, durante uma greve de fome em apoio aos presos políticos. Ele foi condenado a 10 anos de prisão, mas conseguiu escapar e se esconder no Brasil por vários meses. Ele foi preso novamente em 1978 e levado para o Hospital Militar de Curitiba, onde morreu em 1979.

Remigio Giménez Gamarras, o acusado de ter sido responsável por diversas mortes suspeitadas durante a guerrilha de 1965 a 1967. Tais acusações foram formuladas pela via de José Antonio Ovelo, vítima de um atentado em 1968, mas o magistrado não conseguiu provar a acusação. 21 anos após os fatos ocorrerem, a acusação não foi aceita.

Remigio Giménez Gamarras, o acusado de ter sido responsável por diversas mortes suspeitadas durante a guerrilha de 1965 a 1967. Tais acusações foram formuladas pela via de José Antonio Ovelo, vítima de um atentado em 1968, mas o magistrado não conseguiu provar a acusação. 21 anos após os fatos ocorrerem, a acusação não foi aceita.

EM 10-11-66-Fô. Ofício nº 283/66 da Delegado da Polícia de Foz do Iguaçu consta que: O fichado, ex-Delegado do Governo Paraguio em Concepción-Rep. do Paraguai, elemento de cultura superior, filiado ao Movimento Popular Colorado. Pertence à cúpula da resistência ao atual governo do Paraguai. PASTA=CASCATEL

EM 27-07-69-Consta que o fichado foi um dos criadores da Organização, que também é denominada MR-8, V/P- GPM-diário.

EM 03-09-70- O fichado foi indiciado em JPM que apurou as atividades de MR-8. Foi solto por não ter culpa comprovada. V/P- MR-8

Conheceram esses poderes e interesses quando foram interrogados por oficiais do Exército, de altas patentes. Descobriram que eram vítimas de uma parceria entre as ditaduras do Brasil e do Paraguai. Que foram raptados no meio da noite, em seus lares e em frente de suas esposas e filhos, em nome das boas relações entre os dois regimes ditatoriais e do

bom andamento das obras e do acordo para a construção da Usina de Itaipu. Eram vítimas da binacional da repressão e do terror.

Os empresários iguaçuenses, todos integrantes do Movimento Popular Colorado, eram acusados de conspirar no exílio contra o general Alfredo Stroessner e de terem contato com membros da resistência à ditadura que moravam no Paraguai. Esses ativistas foram presos em Assunção e executados por ordem direta do general Stroessner em 1976.

Passado o susto, em Foz do Iguaçu, familiares dos presos bateram à porta do então 1º Batalhão de Fronteiras e apresentaram denúncia na Delegacia da Polícia Federal. Os órgãos policiais estavam perdidos, sem rumo. A falta de informação era geral.

Maçonaria e Lions Club mexeram seus pauzinhos em defesa dos empresários sequestrados. Todos sabiam o que acontecia no Brasil e no Paraguai, onde presos eram torturados e desapareciam. Foram dias de muita apreensão. Os pedidos de informações não eram respondidos. A resposta era o silêncio.

Finalmente foram soltos, graças à forte pressão internacional. O papa Paulo VI e o presidente venezuelano Carlos Andrés Perez, entre outros, condenaram o governo brasileiro pelas prisões. Anibal, Mongelos e Stumpfs foram soltos no dia 23 de dezembro. Cesar foi libertado uns dias antes. A condição, tomada num acordo entre as ditaduras do Brasil e do Paraguai, foi que os presos, libertados, não voltassem a Foz do Iguaçu num prazo de dois anos.

Em resumo, o rapto dos exilados em Foz do Iguaçu foi um ensaio do que viria a ser a Operação Condor, criada em 1975 pelas ditaduras do Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai com o objetivo de coordenar a repressão a opositores e eliminar seus líderes.

Aluízio Ferreira Palmar é jornalista e estudou Ciências Sociais na UFF. Em 1980, criou o semanário *Nosso Tempo*. É autor de *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*, coautor de 68, uma geração que queria mudar o mundo e editor do site *Documentos Revelados*.

04/12/14-198
Folha de Londrina
MISTÉRIO ENVOLVE O SEQUESTRO DOS PARAGUAIOS EM FOZ

FOZ DO IGUAÇU (Da Folha de Londrina) — O sequestro dos três paraguaios e um argentino, ocorrido entre as 23h30 e 24 horas do domingo, nesta cidade, continua envolto em profundo mistério. Ninguém sabe dizer as razões, pois as vítimas são pessoas nativas da na cidade, onde moravam há 13 anos.

As esposas dos sequestrados e familiares contaram como foram realizadas as apreensões, em cada uma das mesmas casas.

A primeira vítima foi o empresário Anibal Stumpfs, de 48 anos, casado com a argentina Vera. Ele é proprietário da Exportadora Detal, reside em Foz do Iguaçu há cerca de 10 anos, sendo muito conhecido na cidade. Em 1973 foi vice-presidente do Incepa, órgão oficial.

Na noite do domingo, por volta de 23h30, um Onida branco entrou na garagem de sua residência, na rua Brasil de Malas e a motorista brasileira insistenteamente perguntando que todos ali eram os familiares dos sequestrados. Ela não conseguiu abrir a porta, já que estava em reforma e a porta de ferro estava sem os vidros.

EXPONTORES DE NATAL

Tres homens desconhecidos, que sequestraram a mulher de Stumpfs, foram encontrados em um carro, em um bairro de Natal. Um deles afirmava que o sequestrado não estava com o dinheiro que eles estavam procurando. Eles foram libertados e a mulher voltou para Foz do Iguaçu.

MISTÉRIO

Durante toda a noite, segundo a esposa de Stumpfs, os sequestradores estavam ali os carros e tentavam entrar para conversar com o marido. Mas não conseguiu falar com ele.

Na saída para Cascavel, abandonaram a mulher e foram para Assunção. Ela ficou em Foz do Iguaçu e os sequestradores foram para Assunção.

A gente
~
não
tinha
nem
revólver



O FARMACÊUTICO GAÚCHO EUCLIDES SCALCO CHEGOU AO SUDOESTE DO PARANÁ EM 1959, CERCA DE UM ANO APÓS A REVOLTA DOS POSSEIROS NA REGIÃO. A CRIAÇÃO DO GRUPO EXECUTIVO DE TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ — GETSOP, POUCO TEMPO DEPOIS, FEZ COM QUE OS ÂNIMOS SE ACALMASSEM, NO AGUARDO DE MEDIDAS QUE RESOLVESSEM A POSSE DA TERRA. NO INÍCIO DE 1962, O JOVEM ENGENHEIRO DENI SCHWARTZ FOI NOMEADO ENGENHEIRO-CHEFE DO GETSOP. A PARTIR DE ENTÃO, COMEÇOU A VERDADEIRA REFORMA AGRÁRIA QUE PACIFICOU O SUDOESTE, FEITA NA BASE DA CONFIANÇA. NESTE DEPOIMENTO COM A PARTICIPAÇÃO DO ADVOGADO EDUARDO ROCHA VIRMOND, EUCLIDES SCALCO E DENI SCHWARTZ CONTAM A HISTÓRIA.

SCALCO — Quando cheguei em Francisco Beltrão, a cidade tinha dois mil habitantes. A maioria era do Rio Grande do Sul, uma parte de Santa Catarina, serra abaixo. Eram descendentes de alemães e italianos, colonos que tinham vindo trabalhar na terra. Eles compravam posse na base da confiança. Alguém dizia: “Minha terra vai até aquela coxilha, até o rio”, e assim por diante. Eu mesmo comprei posse de um cidadão que se dizia dono do terreno, vivia em Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul. Fechei negócio, nunca tive problema. Esse era o espírito dos cidadãos: o da propriedade. Mesmo que lá ninguém tivesse propriedade, tinha posse. Na época, o Sudoeste tinha sete municípios: Palmas, Clevelândia, Pato Branco, Francisco Beltrão, Barracão, Santo Antônio do Sudoeste e Capanema. Alguns eram bem pequenos. Na primeira eleição para prefeito em Capanema, o candidato que se elegeu fez 42 votos. Voltando um pouco, Getúlio tinha criado a Colônia Agrícola General Osório, a Cango, durante o Estado Novo. Foram os técnicos levados para a região com a criação da Cango que passaram a demarcar aquelas terras. As medições eram feitas de forma técnica, equilibrada, mas a titularidade era estabelecida pelo que o sujeito dizia: “Isso aqui é meu”. O Sudoeste era o maior produtor de feijão preto do Brasil, Beltrão já organizava a Festa Nacional do Feijão. Mas era tudo muito precário. Fui morar em uma casinha, cinco por seis, no meio de um potreiro. A casa era tão pequena que não consegui desmontar a mudança que trouxe do Rio Grande. À noite, as vacas se coçavam nas paredes da casa e chacoalhava tudo. Uma epopeia. Quando essa casa foi vendida, procurei um amigo que era dono de um bar. Foi assim que morei dois anos no salão do bar. Era onde funcionava também o Clube União. O problema eram os bailes, porque eu morava embaixo do espaço da orquestra. Fiquei dois anos sem dormir de sábado para domingo. Ia a pé para o hospital, onde trabalhava com Walter Pecoits. A principal diversão da cidade, além dos bailes, era ver as pessoas escorregarem. Como a rua era de terra, barro vermelho, quando chovia aquilo ficava um sabão. Todo mundo ficava nas janelas para ver o povo escorregar. Eu mesmo caí diversas vezes.



fotos | Kraw Penas

DENI — A minha sogra chegou lá em 1962, vinda de Porto União. Quando desceu do ônibus, enfiou os sapatos no barro e atolou, não ia nem para frente, nem para trás.

SCALCO — Mas havia no ar uma esperança. Isso se devia muito a Walter Pecoits, uma figura fantástica, de uma grandeza pessoal pouco comum. Na Revolta dos Possesiros, foi nomeado delegado e dez dias depois, destituído. Mesmo assim, segurou o pessoal, para que não fizesse nenhum movimento. Dizia: “Vamos trabalhar que chegaremos a bom termo”. Não havia documentos sobre a posse da terra, eles se perderam. Durante a revolta, os colonos invadiram diversos cartórios, os documentos foram destruídos, as ruas forradas de papéis. Mas, antes da Revolta dos Possesiros, houve dois ou três episódios que ajudaram a conflagrar o conflito. Houve um levante no Baixo Verê, que pertencia a Pato Branco, e depois o assassinato de Pedrinho Barbeiro, vereador na cidade. Certa manhã, bateram na porta da casa, ele atendeu e foi executado ali mesmo.

“Fui morar no meio de um potreiro. À noite as vacas se coçavam nas paredes, chacoalhava tudo.”

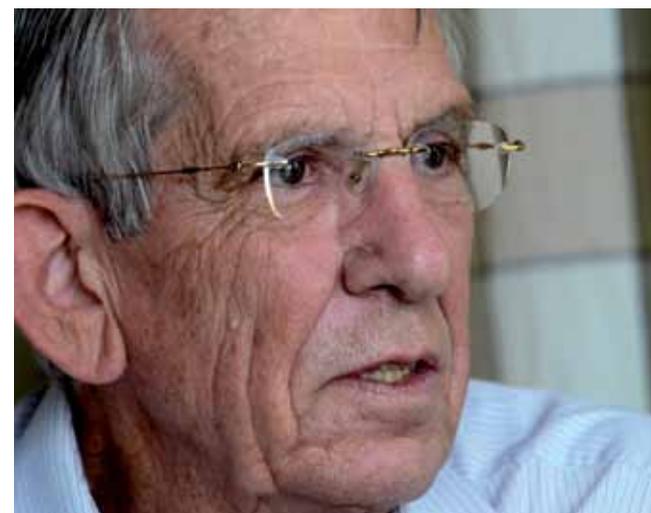
DENI — Não vou dizer que aconteceu uma revolução porque revolução precisa de um comandante. Ali não houve um líder, ninguém que tenha gritado em Santo Antônio, em Pato Branco ou em Beltrão: “É agora”. Aquilo explodiu por conta da insatisfação geral.

SCALCO — Não havia comunicação, mas é importante destacar o papel da Rádio Celinauta, de Pato Branco, e da Rádio Colmeia, de Francisco Beltrão. Elas é que informavam a população.

DENI – Havia um sujeito apelidado de Porto Alegre, que era vendedor de rádios de pilha e circulava pelas cidades. Ivo Thomazzoni* fazia comentários na Rádio Celinauta quando Porto Alegre avisou a ele que a coisa estava feia no Verê. Ivo comentou o assunto e uma hora depois a praça em Pato Branco estava cheia de gente. Interessante é que em Beltrão e em Santo Antônio também encheu de gente. Foi uma combustão espontânea. Algumas atrocidades contribuíram, como o massacre da família de um rapaz chamado João Saldanha, homônimo do jornalista, que andou desafiando uns jagunços. O que consta é que os jagunços foram à casa dele, torturaram sua mulher, os filhos, mataram todos. Ele, escondido, viu aquilo e enlouqueceu. Foram atrocidades desse tipo que acabaram por dar combustível para a revolta. Mas a grande culpada pela situação foi a morosidade do Judiciário, um tema, aliás, bem atual. Porque o problema vinha se desenvolvendo há décadas, desde a proclamação da República. Havia também resquícios do conflito do Contestado. Alguns grupos empresariais haviam comprado títulos da terra que o governo federal concedeu para a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. E isso ficou parado no Judiciário. Enquanto nada se decidia, até as matas de pinheiros foram derrubadas ou queimadas. Quando cheguei, em 1962, existiam ali 270 serrarias. Aquilo ficou como terra de ninguém, porque os colonos ocuparam a região, incentivados pelo governo. A tal de Congo levava o cidadão sem revolver o problema da terra. Então, as pessoas foram chegando e comprando posse. Não conheci colono que tivesse deixado de pagar pela terra. Enfim, o que permitiu que se começasse a solucionar a questão foi o parlamentarismo, quando os deputados passaram a ter mais força.

“Quando chovia a rua ficava um sabão.
Todo mundo se divertia vendo o povo escorregar.”

SCALCO — Aí vieram as eleições, em 1960. Jânio Quadros era, na época, deputado federal pelo Paraná, e muito amigo do deputado Antônio Anibelli, eleito pelo Sudoeste, seu colega de Câmara dos Deputados. Anibelli assumiu compromisso com Jânio: “Se o senhor desapropriar as terras do Sudoeste, nós vamos apoiar sua candidatura à presidência”. Walter e eu, que éramos do PTB, fomos juntos. A diferença é que, enquanto o slogan vencedor nas demais regiões do Paraná era “Jânio e Ney”, no sudoeste era “Jânio e Maculan”***. Portanto, no Sudoeste houve uma união das duas correntes políticas, o que representou um primeiro passo para a solução do conflito de terras. Logo depois, Jânio saiu. Quando Jango assumiu, mandou fazer o depósito judicial referente às terras da região e criou o Getsop. Isso no regime parlamentarista, com Tancredo Neves como primeiro-ministro. E eles foram até Pato Branco, que tinha aeroporto, para anunciar a criação do Getsop.

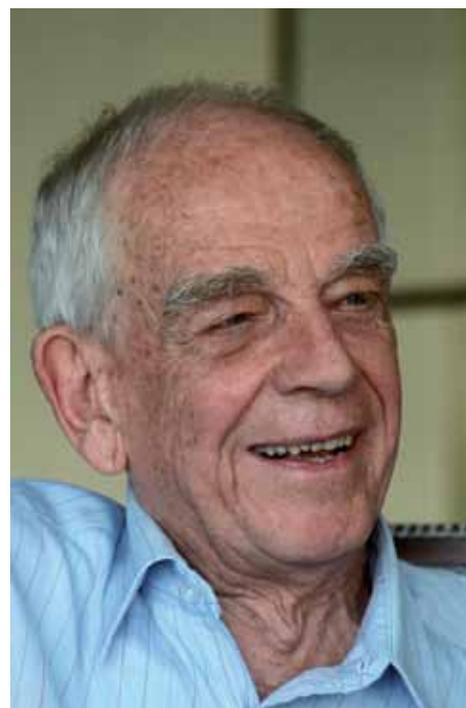


DENI — Inicialmente, Jango criou o Getsop com cinco representantes do governo federal. Aí aconteceu um episódio importantíssimo: o governo do Paraná também se dizia dono daquelas terras. Por isso, quando Jango foi a Pato Branco, parou em Curitiba para trocar de avião. Na continuação da viagem, o governador acompanharia o presidente. No aeroporto, Ney Braga abordou Jango dizendo que o Paraná tinha direitos sobre as terras do Sudoeste. Resolveram, então, fazer uma reunião ali mesmo. Trancaram-se em uma sala e de lá saíram cinco minutos depois, sorridentes, com a solução. Era o seguinte: o Getsop deixava de ser um órgão exclusivamente federal para incluir também quatro representantes indicados pelo governo paranaense. Com isso, o Estado se tornava solidário na ação. Veja bem: eles tinham posições políticas diferentes, mas acho essa lição política espetacular. Entre os quatro indicados pelo Paraná, estava o meu nome. Eu era funcionário do Instituto de Geografia, Terras e Colonização do Paraná, o IGTC. Fui para Beltrão para ser o engenheiro-chefe, o executivo do Getsop, nomeado pelo primeiro-ministro, Tancredo Neves. O vice-presidente do Getsop passou a ser o Coronel Brasília Marques***, que me pediu que escolhesse cinco funcionários do IGTC e levasse comigo para o Sudoeste. Chamou um assessor e mandou comprar cinco jipes: “Compre os jipes e dê para o Deni”. Perguntei como deveria agir. E ele: “Como os americanos. Vá lá, compre o que precisar e faça”. Hoje, nós seríamos presos (risos). Tive a felicidade de, ao chegar, encontrar Walter Pecoits, que era o prefeito. Isso em julho de 1962. Em seguida, vieram as mudanças políticas, entrou o regime militar, mas o Getsop foi mantido.



“Então desrespeitamos a lei: passamos a titular o que o cidadão tivesse.”

“Aquilo ficou como terra de ninguém.”



VIRMOND — Posso fazer um aparte? Bem, eu era advogado de um grupo que tinha direito a terras, na região de fronteira. Quando soube que o Jango vinha para cá, escrevi na *Gazeta do Povo* dois ou três artigos defendendo o ponto de vista do Paraná, ressaltando que as terras pertenciam ao governo do Estado. Dias depois, toca o telefone no meu escritório e a secretária anuncia: “O governador quer falar com você”. O Ney atende e me agradece: “Virmond, muito obrigado. Esses teus artigos vão ser muito importantes para defender a nossa posição”.

SCALCO — O fato interessante nessa ida do Deni para Beltrão é que ele tinha 24 anos. Imagina se era possível: entregar um problema de tal natureza para um guri. O Paraná não tinha nem estradas. Para ir de Curitiba era preciso passar por Santa Catarina, via Mafra. E ele foi resolver toda a questão do Sudoeste.

DENI — Outro problema é que não se podia titular uma terra que não representasse um módulo, que era de dez alqueires. Acontece que milhares de pessoas tinham terras com menos de dez alqueires. Então, desrespeitamos a lei: passamos a titular o que o cidadão tivesse. Foi assim que ganhei a confiança deles. Embora tivesse ouvido comentários do tipo “Esse piá não vai dar certo”, começaram a confiar em mim por conta de pequenas atitudes que davam resultado. As equipes iam à casa dos colonos e perguntavam quantos alqueires eles tinham, faziam um levantamento da propriedade e, em seguida, desenhavam um pequeno mapa do terreno, com o nome dos confrontantes. Com esse papel e a minha assinatura embaixo, o sujeito ia ao Banco do Brasil — em Pato Branco, a única agência do banco na região — e conseguia financiamento. Por aí se pode imaginar o nível de confiança que existia. Outro detalhe: toda a arrecadação dali o governo aplicava ali mesmo. Foi assim que construímos escolas, montamos o distrito rodoviário, compramos todas as máquinas necessárias, fizemos estradas, construímos pontes — inclusive sobre o Rio Iguaçu, para substituir a ponte provisória feita pela Copel.

“Distribuimos 43 mil títulos de terra. Só um ficou sem solução.”

DENI — De 1962 a 1974, quando o Getsop foi extinto, distribuimos 43 mil títulos de terra. E para não dizer que resolvemos a situação de todos os lotes, deixamos só um sem resolver. Um lote só, por conta de uma briga entre os membros de uma mesma família. E para fazer o que fizemos, não foi preciso disparar um tiro que fosse. Aliás, a gente nem tinha revólver.

SCALCO — O Getsop foi tão bem, deu tão certo, que revolveram acabar com ele. (risos)

*Ivo Thomazzoni mais tarde foi deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa

**Nelson Maculan, candidato derrotado por Ney Braga nas eleições para o governo do Paraná, em 1960.

*** Então presidente do IGTC.



por SILVIA BOCCHESI DE LIMA

Para ver, tocar



e refletir

ESPECIALIZADO EM ARTE PÚBLICA, O ESCULTOR KALU CHUEIRI TEM OBRAS ESPALHADAS POR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE.

Nas ruínas de um antigo britador desativado há décadas, no alto da Zona Sul, em Pato Branco, o artista plástico Sinésio Pereira Chueiri, o Kalu, instalou seu ateliê e sua residência. O local, escolhido para a entrevista, mais parece um trabalho a ser concluído por Vik Muniz. Com um pé direito alto, o lugar apresenta abundância de sucata de metais, resíduos de madeira, argila e pó, muito pó — matérias-primas de suas obras.

De simpatia rara e didática típica dos bons mestres, Kalu recebeu-me e logo apresentou um busto de mulher sobre a mesa, quebrado em diversas

partes. A peça, uma de suas esculturas, agora transformada em várias, foi um troféu entregue a uma empreendedora. A fragmentação aconteceu por erro de cálculo e da falta de atenção de uma auxiliar doméstica ao retirar a poeira acumulada sobre o objeto.

Como um ourives, Kalu passou a dar atenção ao trabalho, que exigia precisão, enquanto conversávamos. Em vez de metal precioso, o artista separou resina, cola e pó de café usado e seco ao sol para cumprir o desafio de encontrar o tom amadeirado adequado e semelhante ao da peça original.



Aos poucos, o artesão, tímido, foi se revelando e compartilhou que a paixão pela arte de esculpir começou ainda na infância, no Norte do Paraná, enquanto brincava com argila — material que anos mais tarde despertaria novamente seu interesse.

Com a herança artesanal do pai, um sapateiro de descendência libanesa, Kalu aprendeu a trabalhar com o couro, habilidade que o permitiu vender muitos sapatos, bolsas e acessórios em feiras hippies de Londrina e Rolândia.

Graduado em Educação Física, ele chegou ao Sudoeste quando ainda era estudante e por lá ficou depois de formado. Foi a abundância de madeira de imbuia na região que o levou a desenvolver agilidade no entalhe, um passo antes da escultura. Hoje, seus trabalhos se aproximam do acadêmico (resultado de sua especialização em Arte e Educação) e são uma combinação de diferentes escolas, passando pelo clássico, surrealismo, até chegar ao realismo. “Opto pelas formas abstratas porque configuram a escola do meu tempo. O diferente é o que instiga o questionamento no espectador da obra”, diz.

Kalu começou a fazer esculturas em 1990. Um ano depois, ao participar de uma mostra nacional, promovida pela Casa João Turin, de Curitiba, foi premiado pela primeira vez. Por causa de sua vocação educacional, e com o intuito de alfabetizar as crianças em aulas de Educação Física, Kalu colaborou com o projeto do Currículo Básico para escolas públicas do Paraná, baseado na orientação pedagógica de Paulo Freire.

Chueiri é especializado em arte pública, e o Sudoeste o adotou como seu artista principal. Prova disso são as inúmeras obras presentes nos mais diversos municípios da região. “Prefiro as esculturas públicas, aquelas que as pessoas podem ver e tocar. Despertar no público interesse, dúvidas e críticas é um desafio gratificante”, afirma.

Ele utiliza com frequência a pedra moura na confecção de suas esculturas. Este é um dos materiais encontrados com fartura nas terras sudoestinas e pouco aproveitadas para a produção de trabalhos artísticos. Outra riqueza natural é a abundância de argila no solo de Pato Branco.

Apesar de ser avesso às questões burocráticas, Chueiri é um artista politizado, atento às questões públicas e sociais. Ele defende a necessidade de aplicação de políticas públicas e culturais próprias para o desenvolvimento do artesanato e salienta que, para a atividade ocorrer em qualquer lugar, são imprescindíveis três elementos: matéria-prima abundante, pessoal qualificado e escoamento da produção.



Ilustração | DW Ribatski

Baê la porte, chera'á?

LÍNGUAS UNEM, DIVERSIFICAM HÁBITOS E CULTURAS
E TORNAM ESSE FANTÁSTICO CANTO DO CONE SUL
UM PECULIAR CENTRO COSMOPOLITA DO MUNDO.

por ZÉ BETO MACIEL

Tal qual escrevem Wilson Bueno em *Mar paraguay* e Douglas Diegues em *Dá gusto andar desnudo por estas selvas*, cresci envolto a um caldeirão linguístico que só fez aumentar com o passar dos anos. É assim mesmo. Tenho meus próprios códigos verbais e o mesmo acontece com qualquer pessoa em Foz do Iguaçu. Inexoravelmente, fala-se uma ou duas línguas a mais além do português, ou até uma mistura delas — o chamado jopara.

*Baê la porte, chera'á? — é um jopara guarani-espanhol que pode ser traduzido assim: “como vão as coisas, meu amigo?”.



A Tríplice Fronteira é uma torre de babel onde brasileiros, argentinos, paraguaios, latinos, árabes, chineses e coreanos dobram a língua junto com os descendentes de alemães e italianos — os primeiros migrantes — e outras tantas etnias que se radicaram na região.

É comum dar o tradicional “bom dia” em três idiomas diferentes, conforme quem encontrarmos pelo caminho. Línguas unem, diversificam hábitos e culturas, e tornam esse fantástico canto do Cone Sul um peculiar centro cosmopolita do mundo. E não é de hoje. A variante linguística sempre foi uma constante. Uma língua ou outra se revezou no grau de importância até o predomínio do português, bombardeado agora pelo multilinguismo. A língua portuguesa, por sua vez, sofreu a influência de duas outras línguas na formação do seu dialeto local: o espanhol (principalmente) e o guarani.

A história traz fatos interessantes sobre a língua da Fronteira. Até meados de 1900, a língua que predominava em toda a região Oeste (incluindo parte da Argentina e o Paraguai inteiro) era o guarani — a língua dos índios, que foi perdendo importância na medida em que as tribos foram sendo dizimadas ou se aculturando. Depois da implantação da colônia militar na cidade, em 1889, outra língua passou a predominar. Engana-se quem pensou que foi o português. Era o espanhol. O Brasil já tinha o domínio de sua fronteira, mas não da língua. O historiador paranaense Ruy Wachowicz revela em seu livro *A história do Paraná* intrigante depoimento de uma cozinheira na década de 1930. Recensada na época, a cozinheira não pensou duas vezes e tascou um “Soy brasileña, gracias a dios” aos pesquisadores.

Ocupação

O português só começou a mandar no jogo com a literal ocupação da região pelos gaúchos (italianos e alemães, em sua maioria) a partir das décadas de 1940 e 1950. A gauchada, que trouxe churrasco e chimarrão, modificou o sotaque regional com os “parlari” e as carroças com um erre só. A força da invasão gaúcha repeliu a “indiarada” e trouxe preconceito contra a língua guarani (e o povo paraguaio), que ainda hoje é marcante. O espanhol e os argentinos não sofreram tanto porque o país da “plata” estava passando por “desarrollo” econômico, se transformando na Suíça da América Latina na década de 1950.

Mesmo sofrendo reverses do preconceito econômico e cultural, muitos “xiruns” se fixaram por essas bandas. O Paraguai também não era nenhuma ilha de tranquilidade democrática e, a toda quartelada de colorados ou liberais, “los

paraguayos” cruzavam o Rio Paraná, se exilavam por aqui, trazendo costumes, danças e, principalmente, o léxico guarani. Ainda nos idos de 1950 e 1960, as autoridades locais não entendiam muito bem o guarani, o que sempre trazia problemas aos irmãos paraguaios. Meu pai, José Maciel, era tradutor no fórum local. Ele, iguaçuense, descendente de paraguaio e estudioso do guarani (sabia ler e escrever), era convocado toda vez que o réu em julgamento era paraguaio. Nas conversas com meu pai, ele me dizia que acontecia muita briga de faca e os paraguaios se defendiam bem. Às vezes feriam um brasileiro, outras vezes até matavam em defesa própria. Quando iam a julgamento, eram condenados porque não sabiam expressar uma só palavra em português. Daí o juiz na época convocava meu pai para traduzir e perguntar aos paraguaios.

Nuestros filhos

Meu pai também me contou que a maior dificuldade na sua infância era aprender o português na Escola Bartolomeu Mitre (ditador argentino). Ele se saía bem em outras matérias, mas o português era uma dificuldade que se tornava maior porque em sua casa ninguém dava importância para a língua. Nós, os filhos, incorporamos várias palavras guaranis no dia a dia da família. Aportuguesamos a palavra “guaú”, que significa, entre outras coisas, algo como mentira ou brincadeira. Então quando um irmão descia o braço no outro, logo dizia: d’guaú, que para nós passou a significar “de brincadeira”, “de mentira”.

Depois dos paraguaios, vieram os árabes na década de 1960. Os “turcos”, como até pouco tempo eram chamados, invadiram as duas fronteiras (Brasil e Paraguai) de forma mais incisiva na década de 1970. Hoje, fazem parte do cotidiano da cidade e os “salamaleicom” e “chucran” são verbetes assumidos por todo comerciante não árabe quando atende “um brimo”. A língua árabe está totalmente incorporada na cidade. Os árabes também leem da direita para a esquerda, ao contrário das línguas ocidentais (que são lidas da esquerda para a direita). Outro problema: o

alfabeto árabe é formado por letras que formam ideogramas-frases. Chineses e coreanos foram os últimos a embarcarem no caldeirão linguístico. Além de representar poder econômico, o mandarim corre solto nos bares, confeitarias, escolas, supermercados e até danceterias da cidade.

Em pleno século XXI, Foz do Iguaçu vive o multilinguismo descrito no clássico *Blader runner — O caçador de androides*, filme de Ridley Scott. O longa-metragem mostra que a língua falada numa grande metrópole de 2025 é um “codemixing” (mistura de línguas) de vários dialetos. Acredito que somos iguais a Zelig — personagem do filme de Woody Allen — que mimetiza as transformações físicas conforme o grupo em que vive. Em particular, os iguaçuenses têm ainda muito do manifesto antropofágico de Oswald de Andrade, que pregava mais ou menos o seguinte: deglutir tudo o que vem de fora e vomitar, ou usar, conforme a gente quer. *Tupi or not Tupi, that is the question.*

A crescente atividade econômica ligada ao turismo e às compras paraguaias potencializaram também a mixórdia linguística. A cidade é a segunda escala no Brasil para o turismo internacional. Guia de turismo que não domina uma (inglês) ou mais línguas, tem o seu mercado de trabalho reduzidíssimo. A preferência do turismo internacional trouxe também uma leva de profissionais estrangeiros que trabalham em diversas áreas de prestação de serviços. Temos bailarinos argentinos que dançam nas casas de shows, americanos proprietários de agências de turismo, franceses livreiros e portugueses hoteleiros. Outro fenômeno verificado que exemplifica a integração linguística são os casais bilíngues. Brasileiras são casadas com paraguaios, argentinos ou coreanos. A integração latino-americana pode ser puxada por fatores econômicos, mas os “nuestros filhos” comprovam que o multilinguismo moldou a cultura da Tríplice Fronteira.

Academia de todas

Linguística, bilinguismo e multilinguismo marcaram os trabalhos do curso de Letras da Unioeste/Foz nos anos 1990. Estudantes pesquisaram as variantes entre o português, árabe, espanhol, mandarim e o guarani. Na época, exemplos peculiares: uma chinesa trabalhava em Ciudad del Este, no Paraguai, morava em Foz do Iguaçu, aprendia o espanhol, ministrado por uma brasileira, para se comunicar com seus funcionários que, na maioria das vezes, falavam guarani. Havia caso de brasileiros, professores de português, dando aulas numa escola chinesa no Paraguai. Há outro exemplo hilário de um grupo de nordestinos que, em visita a parentes, saiu para comprar carne para churrasco justo num açougue árabe.

A partir de 2010, novos falantes entraram em cena e reforçaram as pesquisas através da Unila (Universidade Federal da Integração Latino-Americana). A escola atraiu estudantes de 11 países: Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Venezuela e El Salvador. E professores de Cuba, Colômbia, Espanha, Itália, México, Panamá, Brasil, Argentina, Paraguai, Peru e Uruguai.

Estes novos personagens circulam pelas ruas e utilizam o transporte coletivo como os demais moradores e turistas. Enquanto se deslocam, conversam em guarani, quéchua, aimará, achuar, kreyól, espanhol, castelhano e português. Vale ressaltar que, nesses espaços, geralmente também há falantes de outras línguas. Brasileiros estão aprendendo novos idiomas, dialetos, e os latinos estão desvendando a língua portuguesa. Como é o caso da equatoriana Sofia Mideros, estudante de música na Unila. “Estou fazendo aula de português com alunos e professores da universidade. No começo era bem resistente para falar em português, queria falar apenas espanhol. Hoje vejo que é necessário aprender, se envolver”, diz.

Integração

No último ano, muitos estudantes foram morar nos bairros de Foz do Iguaçu, o que contribuiu, e muito, para a troca de informações, aprendizado, integração, construção e desconstrução de paradigmas. Sofia Mideros, parte integrante deste processo, destaca que ainda há muitos obstáculos. “Ainda somos muito apegados ao que já sabemos. E com isso deixamos de aprender. Muitos repetem diariamente argumentos como: ‘Meu país tem isso’, ‘Lá fazemos assim’, ‘Lá é melhor’... Isso atrapalha o envolvimento, crescimento e a própria integração latino-americana”, reflete.

Nesse processo, a Unila pretende fazer sua parte com uma série de atividades abertas à comunidade, tais como cursos de extensão sobre línguas nativas, experimentos de web rádio e projetos na área de música, entre outros. Para Maria Eta, professora da universidade, existem muitas informações desconhecidas sobre as línguas nativas na América Latina. “Precisamos quebrar o preconceito de que o número de falantes do guarani no Paraguai é mínimo. Todos os paraguaios falam guarani. Da mesma forma que os brasileiros falam português. Se falam com domínio total das normas, é outra história”, analisa.

A ideia é confirmada pelo paraguaio Pascual Irala, radicado em Foz do Iguaçu há mais de 30 anos. “Em casa falamos guarani, espanhol, castelhano e português. Às vezes, brinco com minha família dizendo que nós falamos todos os idiomas mais ou menos. E não dominamos nenhum deles, misturamos tudo, mas no final nos entendemos”, diz o aposentado, participante do curso de extensão de língua guarani promovido pela Unila.

as línguas

WEMERSON CEARÁ

Diversos projetos de extensão estão provocando o intercâmbio de idiomas e culturas. As iniciativas desenvolvem a comunicação, integração, plurilinguismo e interculturalismo entre estudantes, professores e comunidades. Os trabalhos somam esforços às pesquisas e trabalhos já realizados pela Unioeste e faculdades particulares.

Projetos

A música é um meio porque rompe as barreiras geográficas, e não se precisa necessariamente saber um idioma para prestigiar uma música, uma melodia. A música é universal. É com esse objetivo que um grupo de estudantes e professores da universidade participa de um projeto de música no Centro Comunitário da Vila C, região Norte de Foz do Iguaçu. Outro projeto interessante é o Web Rádio Unila: Integração via Ondas Sonoras, que pretende desenvolver a comunicação em português, espanhol e línguas indígenas. A iniciativa, ainda em fase experimental, pretende envolver seus conteúdos também em rádios comerciais, como Transamérica Foz e CBN.

O projeto desafia seus participantes a conhecer, testar e experimentar outro idioma. “Os falantes de espanhol, guarani, quéchua são colocados para redigir e apresentar programas e conteúdos em português com sotaque, erros; não importa. O importante é colocá-los em situação de comunicação real em língua portuguesa. E os alunos brasileiros também começarão a fazer suas matérias em espanhol”, explica Anna Fonseca, coordenadora do projeto.

Anna destaca ainda que alguns programas ou chamadas serão em guarani. “Preferencialmente, a variante guarani jopará, que é falada no Paraguai aqui desta região e entendida pelos falantes de guarani mbiá (Argentina/Misiones) e guarani kaiowá (Brasil/Mato Grosso). Então, de cara, ela começa com três línguas, podendo ampliar esse número daqui para frente, incluindo o quéchua, por exemplo, que também é uma língua estudada na Unila e que tem falantes na universidade, sobretudo alunos de algumas regiões da Bolívia, do Peru e do Equador.” ■

.....
: Wemerson Ceará é editor dos sites H2Foz e Megafone.



A Babel do Consumo

A JORNALISTA RUTH BOLOGNESE
MERGULHA NA EFERVESCÊNCIA
COMERCIAL E MULTICULTURAL
DA TRÍPLICE FRONTEIRA,
ONDE, SEGUNDO ELA,
VALE QUASE TUDO.

Comprar é a única função da natureza humana que tem o mesmo efeito da excitação sexual, descobre pesquisa da University of Westminster. No pau da goiaba (epa!), isso significa que umas “compritas” básicas desbancam qualquer objeto feminino, ou masculino, de desejo. Ou, mais direto e reto ainda, no específico caso do Paraná, quem tem Ciudad del Este não precisa de Gianechini nenhum para chegar lá. E com “la garantia” de gozos múltiplos.

Na verdade, a vetusta universidade inglesa só confirma o que nós, paranaenses, descobrimos ainda criancinhas quando, em família, ou na excursão da escola, atravessamos a Ponte da Amizade: comprar fustiga os instintos mais primitivos. Desde a mais tenra infância, portanto, vivemos em tentação constante, sabendo que às nossas costas está a terceira maior zona franca de comércio do mundo, depois de Miami e Hong Kong.



FOI BOM
PRA VOCÊS?



Ciudad del Este, que há menos de um século era uma rua poeirenta e desconsolada nas barrancas do Rio Paraná, com nome de ditador paraguaio, hoje abriga quase 3 mil lojas e o maior shopping da América Latina, onde se pode comprar desde lápis chinês até lençol de algodão egípcio que, se for do gosto do freguês, vem com um egípcio enrolado. “Resistir quem há de?”, perguntaria Dalton Trevisan, o homem que sabe penetrar como ninguém na alma paranaense.

Mas Ciudad del Este é apenas uma parte das nossas Três Fronteiras, uma região com a qual o paranaense sempre nutriu um sentimento de negação e posse, de orgulho e preconceito, onde se mesclam perdas e ganhos, história e circunstância. Tal e qual uma grande paixão mal resolvida. Aprendemos, por exemplo, que as fabulosas Cataratas do Iguaçu, conjunto de força, água e rocha praticamente sem similar no planeta, só pode ser uma compensação de Deus por sermos o Estado, segundo pesquisas variadas, onde mais se trabalha e menos se peca, sexualmente falando. E uma prova eterna, também, da ironia divina que, ao criá-las, instalou a imagem mais bonita das quedas no lado argentino. Mas que, ahááá, só pode ser vista do lado brasileiro.

Bem, presente é presente e somos agradecidos até porque, depois das Cataratas do Iguaçu, que trouxe no pacote o Parque Nacional do Iguaçu, que mais poderíamos querer? Da inspiração humana, porém, vieram outros dois eventos de grande importância para a região Oeste: brasileiros, paraguaios e argentinos demarcaram na história as Três Fronteiras de seus respectivos países, por ali, nas adjacências das Cataratas. Sábia decisão, que poucos povos ousaram reprimir. E, mais recentemente ainda, militares brasileiros e paraguaios, num rompante patriótico-ideológico, sem a participação direta de Deus na parada, surpreenderam a história e em nome da geopolítica mudaram o clima, a paisagem e o rumo das águas na construção da maior hidrelétrica do mundo, a Itaipu Binacional. Como nada é de graça nessa vida, perdemos as Sete Quedas, mas a Itaipu garante luz acesa para 20 % dos brasileiros e figura entre os grandes exemplos de tecnologia hidráulica no mundo. Bom também.

Sedução e sofisticação

E entre esses três eventos, de tal magnitude, a brasileira Foz do Iguaçu, a paraguaia Ciudad del Este e a argentina Puerto Iguazu foram se firmando, quase sozinhas, como cidades. Hoje, as três



alardeiam seus poderes de sedução e conquistas. Sem jamais ter visto uma gota de água salgada, Ciudad del Este ganhou um porto a quase 800 quilômetros de distância. O transporte dos milhares de contêineres recheados de tudo o que gostamos de comprar é feito por caminhões que vencem a distância entre Foz do Iguaçu a Paranaguá percorrendo, dia após dia, toda a nossa espinha dorsal, de alto a baixo. Não dá, assim, um arrepio? Uauu!

Por sua vez, Foz centrou forças na rede hoteleira, investiu no conforto cinco estrelas e hoje se oferece, melhor dizendo, oferece tudo de bom que um turista, de qualquer parte do mundo, pode desejar. E, graças às lideranças empresariais da cidade, que acordaram pra vida há quase 10 anos e criaram a Câmara de Comércio de Tecnologia de Informação (CCTI), e a um *help* maneiro e eficiente da Itaipu Binacional, já alcança grau de sofisticação que deixa muitos centros de compras de Miami, aqueles que os brasileiros adóooram, com chinelo de dedo. Já Puerto Iguazu não deixou por menos e dá o que tem de melhor: cassinos de primeira linha, o famoso chourizo ao ponto e tintos honestos.

Com tais diferenciais, e o vai-e-vem efervescente de turistas, celebridades, coreanos e árabes, além dos empresários de fronteira brasileiros e estrangeiros, é que se forma esse conjunto pacificado de etnias, idiomas e interesses variados que as Três Fronteiras exibem para o mundo, sem medo de ser feliz. Uma espécie de encontro de amor coletivo, onde vale quase tudo, menos beijar na boca, quer dizer, fingir que não é coisa nossa.

Diante do inevitável, os paranaenses relaxaram e, ao longo dos anos, desenvolveram ligações a torto e a direito, legais ou nem tanto, com as Três Fronteiras e, ao final, todo mundo sai ganhando, obrigado. E, quem quiser, pode comprovar: todo e qualquer habitante desse pedaço local das terras do Sul sempre diz: “Vou a Foz”. No Paraná ninguém fala “Vou para a Fronteira”, ou “Vou visitar as Cataratas”, ou “Vou para a Argentina”. Óbvio que é marcação de território, porque Foz do Iguaçu é legítimo município paranaense, nosso quinhão no pedaço brasileiro das Três Fronteiras, e invocar seu nome é lembrar esse fato o tempo todo.

E vamos ser sinceros, paranaenses, quem conta com Ciudad del Este logo ali, precisa mesmo de Miami? E do Gianni, sim ou não? ■

o cabeludo do ka | ra | tê

por JULIO CESAR FERNANDES



APAIXONADO POR CINEMA E ARTES MARCIAIS,
TALÍCIO SIRINO TRANSFORMOU CASCAVEL
EM UM PEQUENO POLO DE FILMES DE AÇÃO.



No finalzinho dos anos 1960, em meio às brincadeiras de criança na pequena Itambé, Talício Sirino vibrava com as aventuras de Ringo, personagem interpretado pelo ator Giuliano Gemma. Esse foi um dos motivos que o levou a trabalhar no cinema local, onde fazia a faxina e ajudava o trabalho do projetorista.

Entre um filme e outro, dá-lhe Mazzaropi, Cantinflas e o que mais fosse exibido na tela. Aquilo tudo impressionava o garoto, que nem imaginava que o futuro iria lhe reservar forte presença no meio, como ator e produtor.

Em 1972, Cascavel já chamava a atenção de quem queria progredir na vida. Era uma terra de oportunidades e o pai de Talício, o técnico em eletrônica Pedro Inácio, convenceu a esposa, Aparecida Silvestre, de que era tempo de mudar de vida.

A família, com quatro filhos, radicou-se na chamada capital do Oeste. Não era aquele Velho Oeste dos filmes de banguê-banguê, mas ainda assim uma cidade marcada pelas armas. “A gente tinha muito medo, Cascavel era conhecida como terra de pistoleiros. Mas logo fomos nos adaptando e gostando da cidade”, recorda Talício.

Na televisão, David Carradine empolgava como o personagem Caine, da série televisiva *Kung Fu*. Talício sentia profunda ligação com o personagem e logo estava frequentando a academia de karatê do faixa preta Antonio Felipe da Silva. Disciplina e responsabilidade foram os maiores conceitos reforçados ao caráter do rapaz, que logo se tornou conhecido pelo apelido de “Tigre”, em razão de sua tenacidade e obstinação.

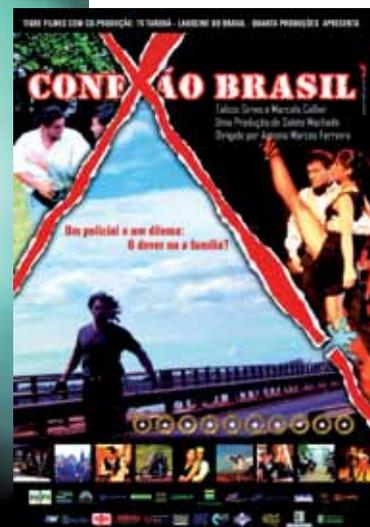
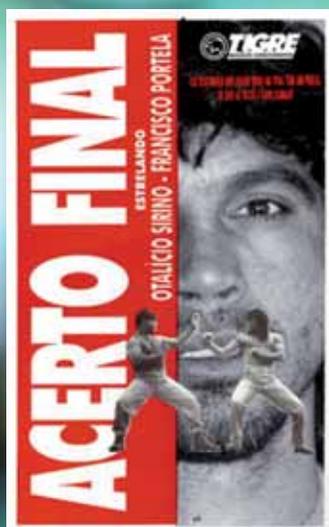


De um grupo de cem alunos, tornou-se um dos dez a alcançar a sua própria faixa preta, em menos de dois anos de treino. Talício saía às 5 horas de casa e treinava até às 12 horas, inclusive aos sábados e domingos. Os 32 episódios inéditos de *Kung Fu* eram uma espécie de combustível. “Eu adorava a filosofia da não violência, da necessidade de esgotar toda possibilidade de solução pacífica por mais difícil que fosse a situação”.

Duas meninas estavam sempre presentes nos treinos. Uma delas, Salete Machado, tornaria-se a mulher de sua vida. Desta união seriam gerados Talyssa, Taylla e o caçula Pedro.

De aliança nos dedos, Talício e Salete logo estavam à frente da própria academia, a Tigre Karatê. Este amor e a paixão pelo cinema gerou também o primeiro roteiro, *Acerto final*, quando surgiu o personagem Franco, um “mocinho” de ótimo caráter, boa índole, mas que luta e atira bem.

As crianças não tiveram infância e adolescência exatamente comuns. Frequentar a escola era indispensável, mas convenções normais como café da manhã, almoço e jantar foram substituídas por longas jornadas de filmagens, busca de patrocínio e noites passadas no set de filmagem. Desde cedo, os três se habituaram a acompanhar e falar sobre tudo o que estivesse relacionado ao trabalho dos pais. Hoje, os três têm conhecimento detalhado do processo de criação cinematográfica e grande consciência crítica.



O sonho vira realidade

Batendo na porta de empresários, políticos ou qualquer pessoa que acreditasse no projeto, Talício lançou, em 1994, o primeiro longa-metragem da Tigre Filmes. *Acerto final* retratava a história de dois amigos de infância separados pela vida e transformados em inimigos após a morte do irmão de um deles.

Com a exibição em escolas, matérias na imprensa e grande aceitação na comunidade, a cidade de Cascavel começou a prestar mais atenção em Talício, Salete e na Tigre Filmes.

Um ano depois, chegava *Fronteira sem destino*, para reforçar a capacidade da turma. O “cabeludo do karatê”, o Tigre que chamava a atenção pela força de vontade, continuava mostrando raro talento para viabilizar suas ideias.

Talício, Salete e alguns obstinados amigos, como o diretor Antonio Marcos Ferreira, lançaram em 2000 *Conexão Brasil*, história policial ambientada na tríplice fronteira. Franco, já transformado em policial, acaba matando o filho de um chefe do narcotráfico, que passa a desenvolver um violento roteiro em busca de vingança.

A Tigre Filmes seguia mostrando qualidades. Com um projetor 35 mm em mãos e grande capacidade para vender o próprio peixe — *Conexão Brasil* foi exibido em escolas, pequenos cinemas de cidades vizinhas e igrejas —, a produtora montou um cine drive-in no centro de Cascavel e projetava o longa em meio a

sucessos mundiais como *Titanic*, *O advogado do diabo* e *A outra face*.

Foi um momento de grande reconhecimento para Talício em toda a região. Mais de 110 mil espectadores assistiram ao filme, que motivou matérias na *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Estadão* e *O Globo* — a reportagem do jornal carioca ocupou duas páginas, com o título de “Cascavel Pictures — a Hong Kong Brasileira”. No *Programa do Jô*, a história de obstinação e sucesso chamou a atenção do Brasil.

Talício e Salete foram à luta e tiraram do papel a sequência das aventuras de Franco contra o narcotráfico comandado a partir da área de fronteira. *Conexão Japão*, lançado em 2007, trouxe um produto ainda mais bem-acabado tecnicamente, com filmagens em Cascavel, Foz do Iguaçu, Curitiba, Posadas (Argentina), Paris e Tóquio.

Conexão Japão enfatizou ainda mais a excelência e a qualidade das cenas de ação. A ótima coreografia das lutas (o roteiro coloca em destaque a disputa por um cinturão mundial de artes marciais) e os efeitos especiais mais elaborados se destacam. “É o nosso Van Damme”, “Nada fica devendo aos filmes de Steven Segall”, foram alguns dos elogios colhidos na imprensa estadual.

O sucesso da Tigre Filmes demonstrou também a capacidade de Talício de angariar apoio. Há um grupo de atores e entusiastas cascavelenses que o acompanha em todas as



iniciativas, incluindo nomes como o de J J Durán, Portela, Assis Ricardo, Marcelo Horikawa e Antonio Marcos Ferreira. O carioca Luiz Carlos Lacerda, o “Bigode”, autor de filmes célebres como *Leila Diniz* e *Mãos vazias*, também está entre os fãs e colaboradores da Tigre Filmes (inclusive dirigiu algumas cenas de *Conexão Brasil* e *Conexão Japão*).

A partir de 2008, a Tigre Filmes iniciou uma parceria com o diretor curitibano Elói Pires Ferreira, até então conhecido pelo longa *O sal da terra*. A empatia de Talício com o cineasta foi imediata e naquele mesmo ano o grupo conquistou, com roteiro de Elói, o Prêmio de Cinema Paraná, no valor de R\$ 1 milhão, para custear *Curitiba zero grau*.

O filme foi rodado e finalizado entre 2009 e 2010, estreando, no ano seguinte, vitoriosa carreira em festivais internacionais (Rio de Janeiro, Cuba, Japão, Argentina), chegando ao mercado mundial. *Curitiba zero grau* ficou dez semanas em exibição em oito salas da capital paranaense, atraindo mais de 20 mil espectadores. ■

Julio Cesar Fernandes é jornalista. Foi editor-chefe de jornais diários no Paraná e atualmente exerce o cargo de Secretário Municipal de Comunicação e Cultura de Cascavel.



para sempre Sete Quedas

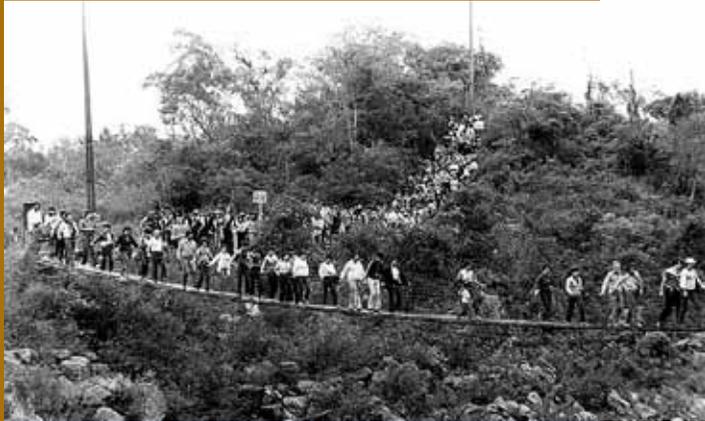
por DAVI F. SCHREINER

No ano de 1982, em apenas 13 dias, as Sete Quedas, de Guaíra, desapareceram. As imagens reunidas aqui nos transportam para aquele tempo. Carregadas de significações, fazem emergir memórias de uma das mais belas paisagens do mundo.

A água caía com força e se projetava para cima. A cerração, a neblina e o sol se encarregavam de apresentar aos milhares de visitantes o arco-íris. Um paraíso natural, que conferia ao município de Guaíra reconhecimento nacional e internacional e uma economia pautada, principalmente, pelo turismo.



fotos | arquivo da Prefeitura Municipal de Guaira.



A população de Guaíra se movimentou contra a destruição das Sete Quedas. De conversa em conversa em rodas de amigos, surgiu a ideia de organizar um movimento de protesto denominado Adeus Sete Quedas. Aos poucos, a proposta se espalhou pelo país, com manifestações em jornais, revistas e na televisão. Frederico Fullgraff, jornalista e cineasta, produziu um documentário sobre o fim das Sete Quedas e fez essas informações chegarem à Europa.

Neste contexto, entre os dias 23 e 25 de julho de 1982, realizou-se, em Guaíra, o festival de Arte e Ciência Quarup, que reuniu brasileiros de diferentes lugares do país e ecologistas da Argentina, Uruguai e Paraguai. Durante o evento, cada um dos participantes se manifestou sobre o fim das Sete Quedas. Por meio de uma programação marcada pela diversidade (e que incluiu apresentações musicais, exposições de pinturas e esculturas, mesas redondas, números de dança e peças de teatro), pessoas de diferentes áreas entenderam porque o fim daquela paisagem natural traria grandes repercussões para todos os habitantes daquela região.

Quarup, nome que os organizadores deram ao acampamento ecológico em Guaíra, é um ritual indígena que perpetua o cacique morto no espírito da tribo. Simbolicamente, por analogia, os organizadores diziam que não estavam apenas dando adeus às Sete Quedas, mas buscavam também fortalecer a consciência ambiental, ampliando o movimento no país e no exterior.

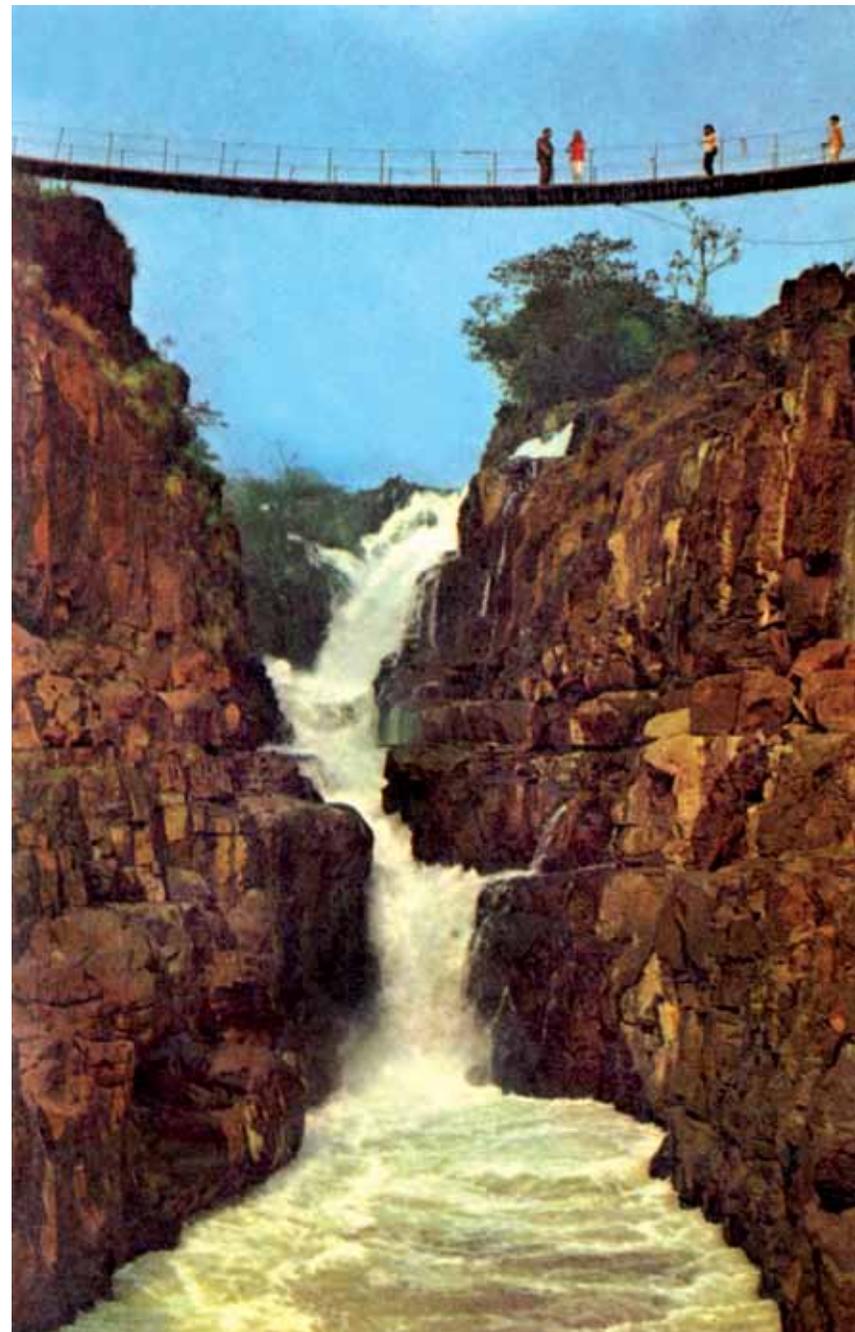


foto | arquivo Jornal O Presente — Marechal Cândido Rondon





Guayrá, sou o Deus Serpente!

por ZÉ BETO MACIEL

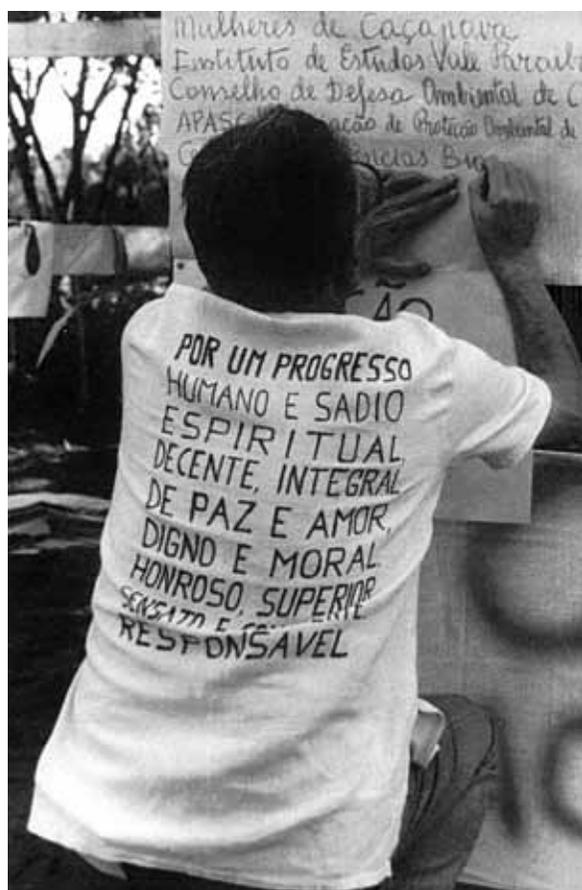


foto | arquivo Rede Verde

Nada tira da minha cabeça que aqueles três dias de julho de 1982 mudaram minha vida para sempre. Estava com 20 anos, meio perdido, tentando explorar uma veia poética, embora infantil e sem muito lirismo, quando me deparei com o Quarup. Era um protesto, embora tardio, pela construção da Usina de Itaipu, que acabou com o Parque Nacional de Sete Quedas e o maravilhoso conjunto de saltos no Rio Paraná.

Foram três dias épicos em Guaira que reuniram música, teatro, dança, poesia, comida natural e representaram um embrião do movimento ambientalista do Paraná. Lá estavam Roberto Ribas Lange, Teresa Urban – a ideia do Quarup foi deles, num encontro em uma praça em Curitiba – e Emidio Pucci Júnior (que organizou o palco do festival). Lembro da dupla Zezé e Simões, da banda Blindagem, da Rita Pavão dançando com os seios nus e da peça Deus nos Acuda, com o elenco mostrando a bunda para a plateia.



Mas o que cabia a mim, inebriado com aquela situação, no meio de 3 mil pessoas? Estava com um amigo, Marco Boldrini, e já tínhamos produzido um manifesto explicando, num jornal de Foz do Iguaçu, um pouco dos conceitos de ecologia. O estalo veio quando pegamos um rolo de papel pardo, colocamos no obelisco a 10 metros do palco, no fervo da moçada, e escrevemos “Dê seu recado”. Não faltaram mensagens, poesias e protestos contra Itaipu e o regime militar.

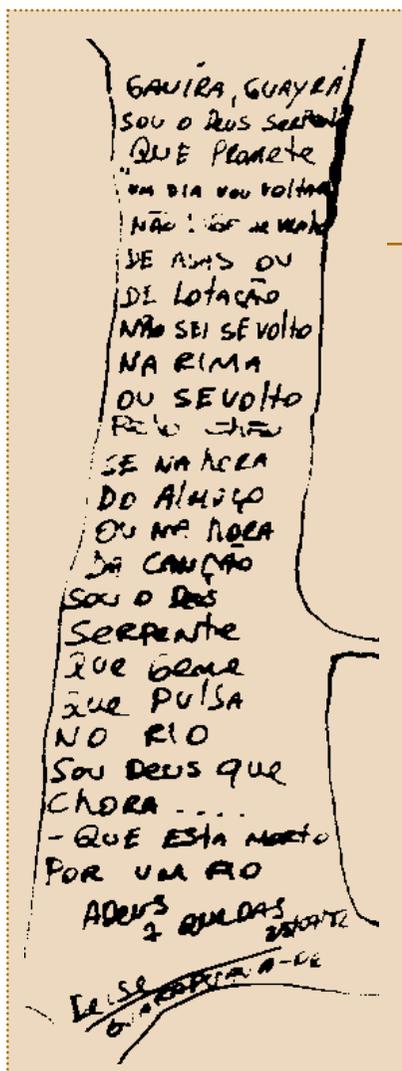
O mural funcionou bem. Eu estava feliz, fazia contato com os grupos ecológicos gaúchos (Em Nome do Amor a Natureza, Grupo Azul Terra Virgem). O clima, apesar do sentimento de perda, era de comunhão. Mal sabíamos que estávamos sendo monitorados e vigiados por agentes do serviço de informações.

O que aconteceu, em seguida, em plena tarde de domingo, quase no final do encontro, nem te digo. Estávamos absortos, assistindo a um show, quando nos avisaram: “Roubaram o seu mural”. Como? O quê? Só vi três pessoas, uma mulher e dois homens, saindo em desabalada carreira com o nosso mural enrolado nos braços. Uma correria só. É claro que investi sobre as barracas até encontrar a moça com o meu mural. Ela e um outro cara, com a arrogância comum das autoridades, esfregaram os distintivos na minha cara: “Polícia Federal, o material está apreendido e você está preso”.

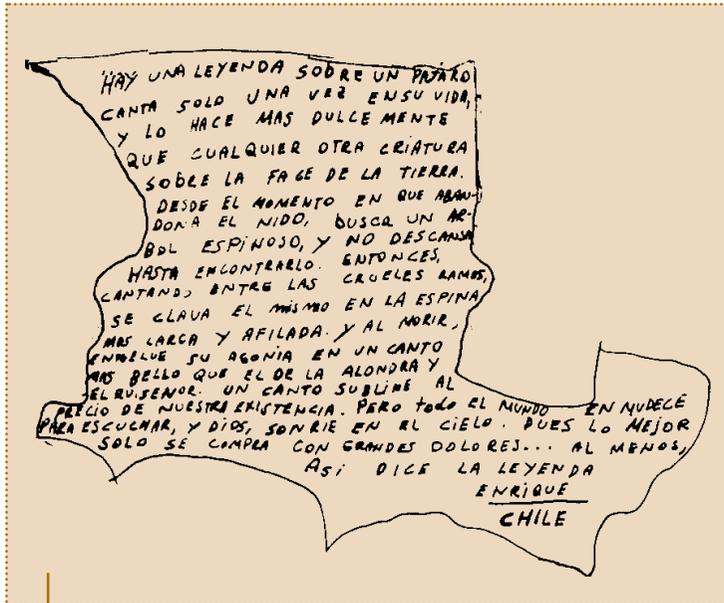
Foi um furdúncio só. Puxa daqui, empurra dali, eu e o Marco Boldrini fomos salvos por um guarda-parque, o cabo Ari. Ele era meu colega, tínhamos participado do movimento estudantil no ensino médio. O cabo Ari fingiu nos prender e nós, desolados, fomos chorar no microfone do palco. Não deu outra. Em poucos minutos, fizeram um outro mural. “Seguinte cara: não esquenta pelo motivo dos homens terem pego o teu mural. Esse vai ficar dez vezes mais legal. Falô!” , escreveu uma certa Adriana. E 30 anos depois, eis aqui um pouco do seu registro. Adeus, Sete Quedas! ■



Em julho de 1982, às margens das Sete Quedas, em Guaíra, 3 mil pessoas participaram do festival Quarup, realizado em rotesto contra a construção da hidrelétrica de Itaipu. foto | arquivo Rede Verde

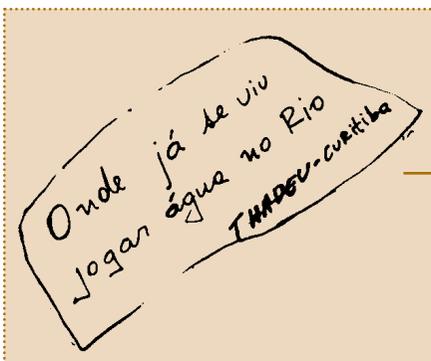


Guaíra, Guayrá!
Sou o Deus Serpente
Que promete um dia voltar
Não digo se volto
De asas ou de lotação
Não sei se volto na rima
Ou se volto pelo chão
Se na hora do almoço
Ou na hora da canção
Sou o deus serpente
Que geme... que pulsa... no rio
Sou deus que chora...
Que está morto por um fio
Adeus 7 Quedas
Deise, Guarapuava



Hay una leyenda sobre un pajarito
 que canta solo una vez en su vida
 y lo hace mas dulcemente
 que cualquier otra criatura
 sobre la face de la tierra
 desde el momento en que abandona
 el nido, busca un arbol espinoso,
 y no descansa hasta encontrar-lo.
 Entonces, cantando entre las crueles ramas,
 se clava el mismo en la espina mas larga y afilada.
 Y al morir, envuelve su agonía em un canto
 mas bello que el de la Alondra y el Quisenor.
 Un canto sublime al precio de nuestra existencia.
 Pero todo el mundo enmudece para escuchar,
 y Dios sonrie en el cielo. Pues lo mejor solo se
 compra con grandes dolores....
 al menos, asi dice la leyenda.

Enrique, um hippie chileno



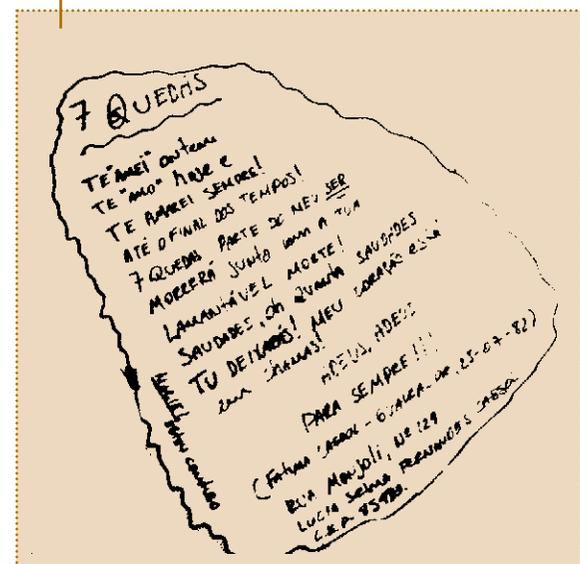
Onde já se viu, jogar água no rio
Thadeu Wojciechowski

A palmeira estremece/palmas que ela merece
Paulo Leminski, Curitiba



7 Quedas - Te amei ontem/ te amo hoje
 e/ te amarei sempre!/ Até o final dos
 tempos!/ 7 Quedas: parte do meu ser/
 morrerá junto com a tua/ lamentável
 morte!/ Saudades, oh quantas sauda-
 des/ Tu deixarás! Meu coração está/ em
 chamas!/ Adeus, adeus,/ para sempre!

Fátima Cassol, Guairá



Zé Beto Maciel é jornalista

Adeus a

Sete Quedas

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Sete quedas por mim passaram,
e todas sete se esvaíram.

Cessa o estrondo das cachoeiras, e com ele
a memória dos índios, pulverizada,
já não desperta o mínimo arrepio.

Aos mortos espanhóis, aos mortos bandeirantes,
aos apagados fogos
de Ciudad Real de Guaira vão juntar-se
os sete fantasmas das águas assassinadas
por mão do homem, dono do planeta.

Aqui outrora retumbaram vozes
da natureza imaginosa, fértil
em teatrais encenações de sonhos
aos homens ofertadas sem contrato.
Uma beleza-em-si, fantástico desenho
corporizado em cachões e bulções de aéreo contorno
mostrava-se, despia-se, doava-se
em livre coito à humana vista extasiada.
Toda a arquitetura, toda a engenharia
de remotos egípcios e assírios
em vão ousaria criar tal monumento.

E desfaz-se
por ingrata intervenção de tecnocratas.
Aqui sete visões, sete esculturas
de líquido perfil
dissolvem-se entre cálculos computadorizados
de um país que vai deixando de ser humano
para tornar-se empresa gélida, mais nada.

Faz-se do movimento uma represa,
da agitação faz-se um silêncio
empresarial, de hidrelétrico projeto.
Vamos oferecer todo o conforto
que luz e força tarifadas geram
à custa de outro bem que não tem preço
nem resgate, empobrecendo a vida
na feroz ilusão de enriquecê-la.

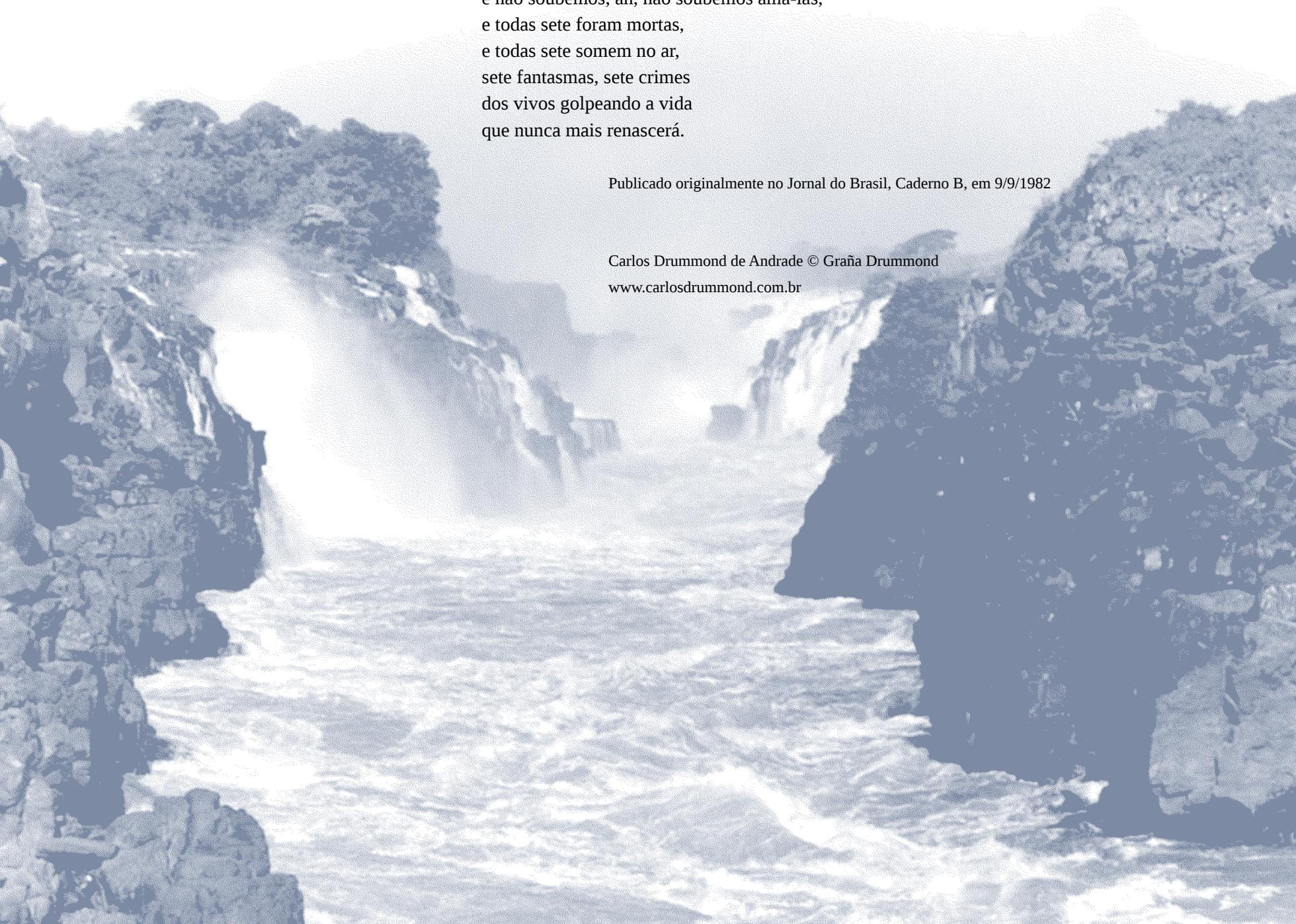
Sete boiadas de água, sete touros brancos,
de bilhões de touros brancos integrados,
afundam-se em lagoa, e no vazio
que forma alguma ocupará, que resta
senão da natureza a dor sem gesto,
a calada censura
e a maldição que o tempo irá trazendo?

Vinde povos estranhos, vinde irmãos
brasileiros de todos os semblantes,
vinde ver e guardar
não mais a obra de arte natural
hoje cartão-postal a cores, melancólico,
mas seu espectro ainda rorejante
de irisadas pérolas de espuma e raiva,
passando, circunvoando,
entre pontes pênseis destruídas
e o inútil pranto das coisas,
sem acordar nenhum remorso,
nenhuma culpa ardente e confessada.
("Assumimos a responsabilidade!
Estamos construindo o Brasil grande!")
E patati patati patatá...

Sete quedas por nós passaram,
e não soubemos, ah, não soubemos amá-las,
e todas sete foram mortas,
e todas sete somem no ar,
sete fantasmas, sete crimes
dos vivos golpeando a vida
que nunca mais renascerá.

Publicado originalmente no Jornal do Brasil, Caderno B, em 9/9/1982

Carlos Drummond de Andrade © Graña Drummond
www.carlosdrummond.com.br



Governo do Estado do Paraná
Beto Richa | Governador
Paulino Viapiana | Secretário de Estado da Cultura
Valéria Marques Teixeira | Diretora-Geral da SEEC

Revista Helena
Consultoria Editorial
Ernani Buchmann

Conselho Editorial desta edição
Davi F. Schreiner
Nivaldo Krüger
Zé Beto Maciel

Coordenador Editorial
Rogério Pereira

Edição Executiva
Omar Godoy
Thaísa M. Teixeira Sade | Coordenadora de Comunicação | SEEC

Edição
Luiz Rebinski Jr.
Marcio Renato dos Santos

Projeto Gráfico | Edição de Arte
Rita Soliéri Brandt | Coordenadora de Design Gráfico | SEEC
Adriana Salmazo Zavadniak | design gráfico
Maico Amorim | design versão digital

Revisão
Marjure Akemi Kosugi

Apoio Administrativo | SEEC
Aloisio Douglas Miecznikowski | Assessor Jurídico
Lucelia Maria de Oliveira Halizak | Chefe do Grupo Financeiro Setorial
Matias Marino da Silva | Chefe do Grupo de Planejamento Setorial
Regina Iório | Assessoria da Diretoria-Geral
Vilma Gural Nascimento | Assessoria da BPP

Colaboradores publicados nesta edição
Aluizio Palmar
André Ducci
Caco Galhardo
Carlos Drummond de Andrade
Cecília Maria Vieira Helm
Davi F. Schreiner
DW Ribatski
Deonísio da Silva
Domingos Meirelles
Gabriel Tabatcheik
João Marcon
Jorge Baleeiro de Lacerda
Josué Corrêa Fernandes
Julio Cesar Fernandes
Nivaldo Krüger
Paulo Markun
Rafael Campos Rocha
Robson Vilalba
Ruth Bolognese
Sílvia Bocchese de Lima
Wemerson Ceará
Zé Beto Maciel

Capa | Rafael Campos Rocha

Agradecimentos
Agência Riff
Família de Walter Pecoits
Jornal O Presente
Museu Paranaense
Núcleo de Pesquisa de Documentação sobre o Oeste do Paraná – Cepedal/Unioeste
Prefeitura Municipal de Guaíra
Sérgio Sade
Teresa Urban



Impressão
Departamento de Imprensa Oficial do Estado – DIOE
Papel Chambril 120g | miolo e 230g | capa

Esta é uma publicação da
Secretaria de Estado da Cultura do Paraná | SEEC
Ano 2 | número 2 | abril 2013

Tiragem | 5 mil exemplares
Distribuição gratuita e dirigida

Os textos assinados são de responsabilidade dos autores.
Proibida a reprodução parcial ou total dos textos, fotos
e ilustrações por qualquer meio, sem autorização prévia.
Todos os direitos reservados.

Sugestões e críticas devem ser encaminhadas para
seec@pr.gov.br

Helena na web
www.cultura.pr.gov.br
www.facebook.com/revistahelena
issuu.com/revistahelena
Também disponível para android e iOS | baixe o aplicativo



COMPARTILHE SUA REVISTA HELENA



Um pouco
de muito
da nossa
cultura